



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CERRO LARGO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**VANESSA UNFRIED FENNER**

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: ANÁLISE DAS VARIÁVEIS POLÍTICAS**  
**E SOCIOECONÔMICAS DETERMINANTES**

**CERRO LARGO**  
**2020**

**VANESSA UNFRIED FENNER**

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: ANÁLISE DAS VARIÁVEIS POLÍTICAS  
E SOCIOECONÔMICAS DETERMINANTES**

Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monize Sâmara Visentini

CERRO LARGO

2020

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Fenner, Vanessa Unfried

Transparência pública municipal: análise das variáveis políticas e socioeconômicas determinantes / Vanessa Unfried Fenner. -- 2020.

175 f.:il.

Orientadora: Dra. em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Monize Sâmara Visentini

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS, 2020.

1. Transparência pública. 2. Gestão municipal. 3. Variáveis políticas. 4. Variáveis socioeconômicas. I. Visentini, Monize Sâmara, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**VANESSA UNFRIED FENNER**

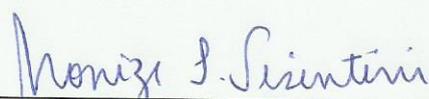
**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: ANÁLISE DAS VARIÁVEIS POLÍTICAS  
E SOCIOECÔNICAS DETERMINANTES**

Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Monize Sâmara Visentini.

Esta dissertação foi defendida e aprovada pela banca em: 04/03/2020.

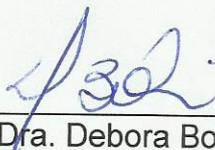
BANCA EXAMINADORA:



\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Monize Sâmara Visentini - UFFS



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ari Söthe - UFFS



\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Debora Bobsin - UFSM



\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Dionéia Dalcin - UFFS

## RESUMO

Nesta pesquisa busca-se verificar a influência de variáveis políticas e socioeconômicas no índice de transparência pública dos municípios brasileiros. A relevância desta pesquisa está no reduzido número de estudos que investigam variáveis políticas associadas à transparência pública e na ausência de uma análise dos fatores a ela relacionados realizada a nível nacional, considerando todos os municípios brasileiros como universo amostral e as dimensões ativa e passiva da transparência. Além de sua contribuição para a literatura, entende-se que o estudo da transparência é relevante, uma vez que é através dela, e com o apoio das leis que impuseram sua obrigatoriedade nos entes públicos, que a população encontra um meio de exercer a cidadania e o controle social. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia adotada foi a pesquisa empírica, de enfoque quantitativo e de alcance correlacional. Os municípios componentes da amostra foram selecionados por Amostragem Aleatória Estratificada para estimar a Proporção, mesmo método utilizado pela terceira edição da pesquisa Escala Brasil Transparente (CGU, 2016) realizada pela Controladoria Geral da União (CGU). Os dados secundários coletados para o estudo se referem a variáveis políticas (participação eleitoral, competitividade política, composição legislativa, reeleição e gênero do prefeito) e socioeconômicas (nível de desemprego, investimento municipal anual per capita, dívida municipal anual per capita e tamanho da população), além do índice de transparência disponibilizado pelo Ranking Nacional da Transparência (RNT) do Ministério Público Federal (MPF). Estes dados, encontram-se em bases disponíveis via internet e foram coletados com o auxílio de uma planilha eletrônica. Após, foram analisados e submetidos a testes estatísticos (estatística descritiva, Anova, Teste t, Qui-quadrado, Correlação de Pearson e Regressão de Poisson). Os resultados indicam que nenhuma das variáveis políticas investigadas está relacionada à transparência. Porém, participação eleitoral e gênero do prefeito exercem influência sobre o índice de transparência. Municípios com maiores taxas de participação eleitoral são mais transparentes, bem como os municípios governados por homens – resultado que aponta para uma peculiaridade do contexto brasileiro. Todas as variáveis socioeconômicas estão relacionadas ao índice de transparência, sendo que o nível de desemprego apresenta relação negativa. O nível de desemprego também é a única variável socioeconômica que influencia o índice de transparência. Taxas maiores de desemprego levam a menores índices de transparência municipal. Em síntese, três variáveis determinam a transparência nos municípios: participação eleitoral, nível de desemprego e gênero do prefeito. Dentre os modelos testados, aquele composto pelas variáveis socioeconômicas e o constituído por todas as variáveis do estudo apresentaram ajustes e graus de explicação satisfatórios. Estes e os demais resultados contribuem para que os gestores públicos municipais repensem a importância de uma gestão transparente e reavaliem suas ações no âmbito da administração pública, e oportunizam aos munícipes, a percepção de que a transparência é um instrumento de uso fundamental para o controle social. Ainda, diante da impossibilidade de controlar as variáveis determinantes da transparência, os resultados deste estudo poderão também ser úteis aos governantes, para justificar aos cidadãos os níveis de transparência obtidos pelos seus municípios.

Palavras-chave: Gestão Pública; Municípios; Variáveis políticas; Variáveis socioeconômicas.

## ABSTRACT

This research seeks to verify the influence of political and socioeconomic variables on the index of public transparency of the Brazilian municipalities. The relevance of this research is in the small number of studies that investigate political variables associated with public transparency and the absence of an analysis of the factors related to it carried out at the national level, considering all Brazilian municipalities as a sample universe and the active and passive dimensions of transparency. In addition to its contribution to the literature, it is understood that the study of transparency is relevant, since it is through it, and with the support of the laws that imposed its obligation on public entities, that the population finds a way to exercise citizenship and social control. To achieve the proposed objective, the methodology adopted was empirical research, with a quantitative focus and correlational scope. The municipalities included in the sample were selected by Stratified Random Sampling to estimate the Proportion, the same method used by the third edition of the Escala Brasil Transparente survey (CGU, 2016) conducted by the Comptroller General of the Union (CGU). Secondary data collected for the study refer to political variables (electoral participation, political competitiveness, legislative composition, reelection and gender of the mayor) and socioeconomic variables (unemployment level, annual municipal investment per capita, annual municipal debt per capita and population size ), in addition to the transparency index provided by the National Transparency Ranking (RNT) of the Federal Public Ministry (MPF). These data are found in databases available via internet and were collected with the aid of an electronic spreadsheet. Afterwards, they were analyzed and submitted to statistical tests (descriptive statistics, Anova, t-test, Chi-square, Pearson's correlation and Poisson regression). The results indicate that none of the investigated political variables is related to transparency. However, electoral participation and the mayor's gender have an influence on the transparency index. Municipalities with higher rates of electoral participation are more transparent, as are municipalities governed by men - a result that points to a peculiarity of the Brazilian context. All socioeconomic variables are related to the transparency index, and the level of unemployment has a negative relationship. The level of unemployment is also the only socioeconomic variable that influences the transparency index. Higher unemployment rates lead to lower rates of municipal transparency. In summary, three variables determine transparency in municipalities: electoral participation, unemployment level and the mayor's gender. Among the tested models, the one composed by the socioeconomic variables and the one constituted by all the study variables presented satisfactory adjustments and degrees of explanation. These and the other results contribute for municipal public managers to rethink the importance of transparent management and to reevaluate their actions within the scope of public administration, and give opportunity to residents, the perception that transparency is an instrument of fundamental use for social control. Also, given the impossibility of controlling the variables that determine transparency, the results of this study may also be useful to government officials, to justify to citizens the levels of transparency obtained by their municipalities.

**Keywords:** Public administration; Municipalities; Political variables; Socioeconomic variables.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo teórico do estudo.....	55
Figura 2 - Modelo do estudo.....	96

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência das publicações nacionais sobre transparência pública .....	33
Gráfico 2 - Local de aplicação dos estudos empíricos nacionais .....	34
Gráfico 3 - Frequência de publicação de artigos internacionais.....	38
Gráfico 4 - Países de aplicação dos estudos .....	39
Gráfico 5 - Local de aplicação dos estudos internacionais.....	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologias para mensuração da transparência desenvolvidas pela literatura nacional .....	31
Quadro 2 - Estudos nacionais sobre variáveis influentes da transparência .....	35
Quadro 3 - Estudos internacionais sobre variáveis influentes da transparência .....	41
Quadro 4 - Detalhamento dos dados da pesquisa e hipóteses .....	61
Quadro 5 - Técnicas estatísticas empregadas para a análise dos dados .....	64
Quadro 6 - Definição dos grupos de variáveis utilizados no Teste t.....	66
Quadro 7 - Resultados dos testes estatísticos das análises descritivas .....	84
Quadro 8 - Modelos estimados .....	95

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números de municípios por faixa de pontuação .....	28
Tabela 2 - Classificação da transparência RNT .....	29
Tabela 3 - Distribuição amostral por estrato populacional.....	58
Tabela 4 - Distribuição amostral por estado e região .....	59
Tabela 5 - Distribuição amostral por estrato populacional após inclusão intencional das capitais estaduais.....	60
Tabela 6 - Estatísticas para a variável transparência.....	70
Tabela 7 - Análise descritiva da variável transparência, categorizada por capitais e não capitais .....	71
Tabela 8 - Estatísticas descritivas da variável transparência por estrato populacional .....	72
Tabela 9 - Estatísticas descritivas da variável nível de desemprego por estrato populacional .....	74
Tabela 10 - Estatísticas descritivas da variável investimento municipal anual per capita por estrato populacional .....	76
Tabela 11 - Estatísticas descritivas da variável dívida municipal anual per capita por estrato populacional .....	77
Tabela 12 - Estatísticas descritivas da variável participação eleitoral por estrato populacional .....	78
Tabela 13 - Estatísticas descritivas da variável competitividade política por estrato populacional .....	80
Tabela 14 - Estatísticas descritivas da variável composição legislativa por estrato populacional .....	81
Tabela 15 - Estatísticas descritivas da variável reeleição por estrato populacional ..	82
Tabela 16 - Estatísticas descritivas da variável gênero do prefeito por estrato populacional .....	83
Tabela 17 - Testes t para as variáveis políticas considerando a média da variável transparência.....	85
Tabela 18 - Teste t para as variáveis socioeconômicas considerando a média da variável transparência .....	87
Tabela 19 - Teste de correlação de Pearson para as variáveis políticas .....	89
Tabela 20 - Teste de correlação de Pearson para as variáveis socioeconômicas ....	89

Tabela 21 - Resultados dos modelos de regressão .....	92
Tabela 22 - Resultados dos testes ANOVA .....	172
Tabela 23 - Resultados dos testes de Qui-Quadrado .....	172
Tabela 24 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável participação eleitoral .....	173
Tabela 25 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável competitividade política .....	173
Tabela 26 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável composição legislativa .....	173
Tabela 27 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável reeleição.....	174
Tabela 28 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável gênero do prefeito .....	174
Tabela 29 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável nível de desemprego.....	174
Tabela 30 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável dívida municipal anual.....	175
Tabela 31 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável investimento municipal anual .....	175
Tabela 32 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável tamanho da população.....	175

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	16
1.2.1 Objetivo geral .....	16
1.2.2 Objetivos específicos .....	16
1.3 JUSTIFICATIVA .....	17
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>21</b>
2.1 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA.....	21
2.1.1 Aspectos legais da transparência .....	24
2.1.2 Métricas nacionais de transparência.....	26
2.2 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TRANSPARENCIA PÚBLICA .....	31
2.2.1 Panorama nacional.....	32
2.2.2 Panorama internacional.....	37
2.3 FATORES DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA .....	43
2.3.1 Participação eleitoral .....	44
2.3.2 Competitividade política .....	46
2.3.3 Composição legislativa.....	47
2.3.4 Reeleição.....	48
2.3.5 Gênero do prefeito .....	49
2.3.6 Nível de Desemprego.....	51
2.3.7 Dívida municipal anual per capita.....	52
2.3.8 Investimento municipal anual per capita .....	53
2.3.9 Tamanho da população .....	53
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>56</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	56
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	57
3.3 COLETA DOS DADOS.....	60
3.4 ANÁLISE DOS DADOS E MODELOS ESTATÍSTICOS.....	63
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>70</b>

4.1 UMA BREVE EXPLANAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS .....	70
4.2 CONHECENDO MELHOR A AMOSTRA .....	72
4.3 AS MÉDIAS DE TRANSPARÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....	84
4.4 A TRANSPARÊNCIA E SUAS VARIÁVEIS DETERMINANTES .....	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
APÊNDICE A – FLUXOGRAMA DA BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS NACIONAIS .....	118
APÊNDICE B – ESTUDOS NACIONAIS SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA....	119
APÊNDICE C – FLUXOGRAMA DA BUSCA DE ARTIGOS INTERNACIONAIS....	125
APÊNDICE D – ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA .....	126
APÊNDICE E – DISTRIBUIÇÃO DETALHADA DA AMOSTRA .....	136
APÊNDICE F – LISTA DE MUNICÍPIOS COMPONENTES DA AMOSTRA .....	143
APÊNDICE G – DETALHAMENTO DA COLETA DE DADOS .....	170
APÊNDICE H – TESTES ANOVA E QUI-QUADRADO PARA AS VARIÁVEIS DO ESTUDO .....	172
APÊNDICE I – RESULTADOS COMPLETOS DOS TESTES T.....	173

## 1 INTRODUÇÃO

Os fortes questionamentos sobre o papel do Estado, especialmente após os anos de 1970, período em que ocorreu a crise do petróleo, levaram a administração pública em direção a muitas mudanças. Esses fatos deram início ao abandono da administração fortemente burocrática e impulsionaram a busca de uma nova forma de gestão, a Nova Gestão Pública, ou *New Public Management* (NPM), pautada em valores como capacidade de resposta, otimização dos recursos, inovação, promoção de melhores resultados para a sociedade e transparência (BERNARDO; REIS; SEDIYAMA, 2017).

Aliadas a esses fatores, transformações sociais, econômicas e políticas de nível mundial e também a consolidação da democracia no Brasil, elevaram a exigência dos cidadãos com a gestão das organizações públicas e com a transparência dos atos administrativos (BEUREN; MOURA; KLOEPPEL, 2013). Por transparência pública entende-se a disponibilização, completa, tempestiva e em meios acessíveis à população, de todas as informações referentes às atividades da administração pública e dos órgãos e entidades que a compõem, com exceção apenas das informações legalmente resguardadas por sigilo. A transparência da Administração Pública tem aumentado em todo o mundo desde a década de 1990 (USAID, 2011), e várias organizações internacionais passaram a recomendar aos governos que adotassem práticas socialmente responsáveis e fornecessem informações sobre suas atividades (OCDE, 2006).

Para dar suporte à maior preocupação da população com a administração pública, novos instrumentos legais foram inseridos na legislação brasileira. O mais notório dispositivo criado nesse sentido foi a Lei nº 12.527 de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011). A partir da LAI, órgãos e entidades públicas passaram a ter a obrigatoriedade de divulgar informações mínimas sobre suas atividades via internet, ultrapassando regras já estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), e pela Lei da Transparência, a Lei Complementar nº 131/2009 (BRASIL, 2009), outros importantes passos em direção à transparência. O advento da LAI também possibilitou

ao governo a mensuração da transparência dos órgãos públicos, por meio de índices<sup>1</sup> tais como o Ranking Nacional de Transparência (RNT), desenvolvido pelo Ministério Público Federal (MPF), e a Escala Brasil Transparente (EBT), elaborada pela Controladoria Geral da União (CGU).

Os avanços legais na regulamentação da transparência foram então capazes de estimular a participação social, aprimorar a noção de responsabilidade do Estado diante da população e reduzir as distâncias entre a administração pública e a sociedade, dando a esta últimas oportunidades de averiguar as ações dos gestores e assim, responsabilizá-los por seus atos (FILGUEIRAS, 2011; FIGUEIREDO; SANTOS, 2013). Tais feitos são possíveis, dentre outras formas, através de ações que objetivam reduzir a discordância informacional entre os gestores públicos e os cidadãos, através da exposição das atividades da administração pública. A transparência traz à sociedade o conhecimento das ações adotadas pelos gestores, das políticas implementadas e dos recursos mobilizados (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2006).

Constituindo um mecanismo usado para melhorar a boa governança nos serviços públicos (BAUHR; GRIMES, 2014) e para aumentar a capacidade do público de acessar informações governamentais (ROBERTS; 2006; PIOTROWSKI; VAN RYZIN, 2007), a transparência permite uma melhor compreensão das políticas públicas, além de elevar a confiança dos cidadãos na gestão pública e suas instituições (PARK; BLENKINSOPP, 2011). Dessa forma, além de favorecer a imposição de barreiras à corrupção e a atos de improbidade administrativa, a transparência também proporciona ao cidadão aporte informacional necessário para que este possa participar ativamente das questões políticas e exercer controle social sobre o governo e seus governantes.

Nesse sentido, a transparência pode constituir um dos instrumentos de papel fundamental na busca por uma sociedade mais justa em que os interesses coletivos se sobreponham a interesses individuais e específicos. O conhecimento e a compreensão de fatores que condicionam a transparência no setor público facilita o alcance desse modelo de sociedade, uma vez que pode ajudar a determinar as direções que as ações governamentais devem seguir para promover maior

---

<sup>1</sup> Um indicador ou índice é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade (MITCHELL, 1996), podendo ser constituído de um dado individual ou de um agregado de informações (MUELLER; TORRES; MORAIS, 1997).

participação e controle social, especialmente no nível de gestão municipal, em que a proximidade dos cidadãos com o governo é maior.

Estudos desenvolvidos em outros países (RENZIO; ANGEMI, 2012; JUSTICE; MCNUTT, 2013; HALKOS; TZEREMES, 2014; RÍOS; BASTIDA; BENITO, 2014; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; ARAPIS; REITANO, 2017; BIRSKYTE, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018; CHEN; HAN, 2018) e também algumas investigações brasileiras (CRUZ et al., 2012; QUEIROZ et al., 2013; SOUZA et al., 2013; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; BROCCO et al., 2018, SILVA; BRUNI, 2019) têm tentado auxiliar na busca do conhecimento dos fatores associados à transparência. Esse interesse emerge da necessidade de aprimoramento da transparência e de seus mecanismos na esfera pública, a fim de inibir e combater atos ilícitos e corruptos na gestão que causam danos à sociedade.

Algumas investigações buscaram trazer informações a respeito dos fatores que determinam a transparência, analisando o nível municipal de gestão pública (CRUZ et al., 2012; QUEIROZ et al., 2013; SOUZA et al., 2013; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BROCCO et al., 2018; BIRSKYTE, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018; SILVA; BRUNI, 2019). Dentre os estudos brasileiros que realizam essa análise (CRUZ et al., 2012; QUEIROZ et al., 2013; SOUZA et al., 2013; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; BROCCO et al., 2018, SILVA; BRUNI, 2019), somente Silva e Bruni (2019) tomam, como população de seu estudo, a totalidade dos municípios brasileiros. As demais investigações nacionais estabelecem cortes baseados em critérios regionais ou populacionais.

Os estudos também dividem-se entre aqueles que analisam a transparência pública (CRUZ et al., 2012; QUEIROZ et al., 2013; SOUZA et al., 2013; HALKOS, TZEREMES, 2014; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BROCCO et al., 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018) e aqueles que abordam a transparência considerando somente seu aspecto fiscal ou orçamentário (RENZIO; ANGEMI, 2012; JUSTICE; MCNUTT, 2013; RÍOS; BASTIDA; BENITO, 2014; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; ARAPIS; REITANO, 2017; CHEN; HAN, 2018; BIRSKYTE, 2018;). Ainda, Silva e Bruni (2019), analisam a transparência

pública, porém consideram apenas a transparência passiva<sup>2</sup>, isto é, a divulgação de informações por demanda da sociedade, e não por iniciativa da gestão pública.

Dentre os fatores investigados como influentes da transparência pública, na literatura já existente, estão variáveis de ordem socioeconômica e política. As variáveis socioeconômicas incluem dados de aspecto econômico e social, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita, investimento e dívida municipais, a taxa de desemprego e os índices de desenvolvimento, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também considera-se como socioeconômica a variável população, presente em muitos estudos. As variáveis políticas, por sua vez, abrangem características políticas e eleitorais, como participação eleitoral, competitividade política, gênero do prefeito, partido político e ideologia política.

Variáveis socioeconômicas são avaliadas tanto por estudos nacionais (CRUZ et al., 2012; SOUZA et al., 2013; QUEIROZ et al., 2013; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; BROCCO et al., 2018, SILVA; BRUNI, 2019) quanto por estudos internacionais (ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BIRSKYTE, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018), que analisam a transparência municipal. Variáveis políticas, no entanto, são abordadas apenas em investigações internacionais (ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BIRSKYTE, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018).

A ausência de estudos nacionais que investiguem a influência de fatores políticos na transparência pública municipal, bem como de um estudo cujos resultados possam ser inferidos a todos os municípios brasileiros e que compreenda ambas as dimensões da transparência (passiva e ativa<sup>3</sup>) instiga a realização da presente pesquisa, que visa suprir essa lacuna teórica. Busca-se, assim, analisar fatores – não somente socioeconômicos mas também políticos – que influenciam a transparência pública no nível municipal, utilizando-se como população do estudo todos os municípios que integram o Brasil.

Para suprir as lacunas encontradas na literatura já existente, será utilizado como base o estudo de Araujo e Tejedo-Romero (2016a), que analisaram a influência de fatores políticos (participação eleitoral, ideologia política, competitividade eleitoral

---

<sup>2</sup> Denomina-se transparência passiva a forma de transparência que se dá pelo “fornecimento de dados sob requerimento do interessado” (RAUPP, 2016, p. 38).

<sup>3</sup> Transparência ativa é a forma de transparência que ocorre pela disponibilização espontânea de dados previstos ou não na legislação pertinente, por parte do ente público (RAUPP, 2016).

e gênero do prefeito) e de fatores socioeconômicos (desemprego, dívida, investimento e população) na transparência de municípios espanhóis. O modelo investigado por esses autores, e as variáveis que o integram, foram adaptadas de maneira que se adequassem ao contexto brasileiro. Desse modo, pressupõe-se que o nível de transparência dos municípios brasileiros seja influenciado por variáveis políticas e socioeconômicas.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual é a influência de variáveis políticas e socioeconômicas no índice de transparência pública municipal brasileiro, Ranking Nacional da Transparência – RNT (MPF, 2016)?

A escolha do RNT, em detrimento de outros índices que mensuram a transparência pública em municípios brasileiros, deve-se a abrangência desta pesquisa, que irá tomar todos os municípios do país como população de estudo. Enquanto os demais índices de transparência, tais como a EBT, avaliam a transparência pública de um número limitado de municípios, obtidos por um processo de amostragem, o RNT fornece a pontuação para a transparência dos 5.570 municípios do Brasil.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Verificar a influência de variáveis políticas (participação eleitoral, competitividade política, composição legislativa, reeleição e gênero do prefeito) e socioeconômicas (nível de desemprego, investimento municipal anual per capita, dívida municipal anual per capita e tamanho da população) no índice de transparência pública municipal brasileiro, Ranking Nacional da Transparência – RNT (MPF, 2016).

### 1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Descrever a transparência pública e as variáveis políticas e socioeconômicas dos municípios brasileiros.

- 2) Comparar o índice de transparência dos municípios brasileiros em relação às características políticas de participação eleitoral, competitividade política, composição legislativa, reeleição e gênero do prefeito;
- 3) Aferir a diferença entre o índice de transparência dos municípios brasileiros em relação às características socioeconômicas de desemprego, dívida, investimento e população;
- 4) Investigar a relação das variáveis políticas e socioeconômicas com o índice de transparência pública municipal.
- 5) Verificar a influência das variáveis políticas no índice de transparência pública municipal.
- 6) Averiguar a influência das variáveis socioeconômicas no índice de transparência pública municipal.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A transparência, objeto deste estudo, constitui um dos mais importantes mecanismos que age no sentido de combater a corrupção a partir da aproximação entre o Estado e a sociedade (REYNAERS; GRIMMELIKHUIJSEN, 2015). Funciona como um canal que possibilita a fiscalização, por parte da população, das entradas e saídas de recursos dos órgãos públicos (RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015) e como um meio de evitar que os mesmos sejam usados de forma indevida (MUNIZ FILHO; PONTES, 2014), mostrando-se um elemento para a construção de uma sociedade mais justa.

Alves (2011) afirma que uma forma de inibir os atos de corrupção é garantir e facilitar o acesso às informações públicas. Desta maneira, eleva-se a pressão exercida pelo cidadão e, conseqüentemente, o aumento da transparência na gestão pública. A transparência é um tema relevante para o exercício da cidadania. Um maior nível de transparência possibilita a existência de um controle social mais eficaz sobre os atos dos agentes públicos e sobre os gastos públicos (SOARES, 2013). Segundo Ceneviva e Farah (2006), o controle e a fiscalização são condicionados pela transparência e pela divulgação das ações do poder público. Para os autores, sem transparência, fidedignidade e clareza das informações não há possibilidade dos cidadãos avaliarem as ações públicas para realizarem cobranças aos agentes públicos.

Em virtude da importância da transparência para o bom desempenho das organizações do setor público, muitas pesquisas tem se dedicado a estudar o tema. Algumas delas (CRUZ et al., 2012; RENZIO; ANGEMI, 2012; JUSTICE; MCNUTT, 2013; QUEIROZ et al., 2013; SOUZA et al., 2013; RÍOS; BASTIDA; BENITO, 2014; HALKOS; TZEREMES, 2014; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAPIS; REITANO, 2017; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BIRSKYTE, 2018; BROCCO et al., 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018; CHEN; HAN, 2018; SILVA; BRUNI, 2019) têm direcionado seus esforços para entender o que leva a uma maior ou menor transparência, efetuando análises que relacionam o nível de transparência pública a variáveis econômicas e sociais. Assim como esses estudos, a presente pesquisa analisará algumas variáveis socioeconômicas, incluindo, no entanto, também variáveis políticas.

O interesse pelas investigações sobre transparência na esfera municipal de governo também é significativo. É essa esfera a maior responsável pela interação entre cidadãos e governo (SANDOVAL-ALMAZAN; GIL-GARCIA, 2012), e que apresenta problemas de transparência com maior frequência (GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011; CUADRADO-BALLESTEROS, 2014). Em um levantamento nacional realizado nas bases de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Scielo, por artigos nacionais publicados desde 2011<sup>4</sup> – utilizando-se os termos “transparência” e “pública” na busca avançada e em todos os índices – foram encontrados 27 estudos empíricos que analisam a transparência pública em municípios. No entanto, por meio deste mesmo levantamento constatou-se também que, destes estudos, somente seis realizam análises utilizando indicadores socioeconômicos para verificar a influência destes nos níveis de transparência pública (CRUZ et al., 2012; SOUZA et al., 2013; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; QUEIROZ, 2017; BROCCO et al., 2018). Realizando-se a busca na literatura internacional, nas mesmas bases e utilizando-se os mesmos critérios, encontram-se 30 estudos aplicados em municípios e, destes, somente quatro investigam os fatores associados à transparência pública, utilizando indicadores

---

<sup>4</sup> A escolha do ano de 2011 como data de corte para a busca deve-se à realização, neste ano, da primeira conferência sobre transparência, a Conferência Global sobre Pesquisa em Transparência, organizada pela Rutgers University em Newark (CUCCINIELLO; PORUMBESCU; GRIMMELIKHUIJSEN, 2016) e à promulgação da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, último marco legal brasileiro em direção à transparência pública. Acredita-se que estes dois eventos tenham despertado o interesse pelo tema e instigado a produção científica acerca da transparência, tanto em nível nacional quanto internacional.

(ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BIRSKYTE, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018).

Além disso, não foram encontrados estudos nacionais que analisem indicadores políticos. Este tipo de análise também não é facilmente encontrada na literatura internacional, sendo necessário explorar-se mais os efeitos de variáveis políticas sobre a transparência (ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a), o que garante o caráter inovador e promissor desta investigação. Todos os estudos internacionais que investigam fatores associados à transparência (nove estudos) utilizam ao menos uma variável política. No entanto, dentre as análises a nível municipal, há apenas quatro estudos que abordam esse tipo de variável (ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BIRSKYTE, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018).

Verifica-se também a ausência de artigos sobre transparência em nível municipal e com uma abrangência nacional, tomando todos os municípios do país como universo de pesquisa, conforme proposto nesta investigação. Cruz et al. (2012) avaliaram somente os 100 maiores municípios brasileiros, diferente do que se propõe no presente estudo (a amostra probabilística desta investigação é de 1.134 municípios). Silva e Bruni (2019), apesar de considerarem todos os municípios brasileiros como população de seu estudo realizando um processo de amostragem baseado na Escala Brasil Transparente (EBT), analisam somente os fatores associados à transparência passiva, não abrangendo a dimensão ativa da transparência pública, como o presente estudo. As demais investigações abordam populações estaduais (QUEIROZ et al., 2013; SOUZA et al., 2013; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; BROCCO et al., 2018).

Realizar uma análise da atual situação da transparência pública na esfera municipal e dos fatores que a afetam, além de gerar uma contribuição para o conhecimento científico sobre o tema e incitar a realização de novos e mais aprofundados estudos, revela-se importante ao passo que possibilitará aos munícipes a oportunidade de conhecer melhor a importância da transparência pública e as leis que a regulamentam. O estudo poderá, desta maneira, auxiliar na conscientização da sociedade sobre o poderoso instrumento que esta possui para lutar por uma administração pública eficiente, em que prevaleça a preocupação com a sociedade, e pelo fim dos atos de corrupção: o controle social.

Também os gestores municipais, por meio deste estudo, terão a oportunidade de reavaliar e redirecionar as práticas de transparência de seus municípios, a fim de torná-las mais eficientes e facilitar seu acesso a toda a população. Tendo conhecimento dos fatores que levam à redução da transparência, os agentes públicos poderão conduzir ações focadas em tais aspectos, visando a elevação do nível de transparência das atividades da administração municipal. Considerando-se que a transparência instiga a participação popular, e esta, por sua vez, favorece o bom desempenho da gestão pública, os gestores que ampliarem a transparência de seus governos tendem a ser reconhecidos pela população pela qualidade de sua administração. Além disso, por meio de maior transparência dos atos públicos, se estabelece uma relação de maior confiança entre o gestor e os cidadãos. Ainda, diante da impossibilidade de controlar os fatores determinantes da transparência, os resultados deste estudo poderão também ser utilizados, pelos governantes, para justificar aos cidadãos os níveis de transparência obtidos pelos seus municípios.

Cabe destacar que a transparência pública, além de um importante instrumento de combate a corrupção, é também um facilitador do desenvolvimento municipal. Abreu, Gomes e Alfinito (2015), em um estudo sobre a transparência fiscal, comprovaram que a elevação da transparência ocasiona um aumento na formação de espaços de solidariedade, na promoção da justiça social e na mobilização da sociedade para a utilização das informações fiscais disponibilizadas pelo poder público, fatores que resultam no desenvolvimento local.

Outra maneira pela qual a transparência age a favor do desenvolvimento consiste na atração de investidores. Segundo Gomes Filho (2005), as boas práticas relacionadas à gestão pública, incluindo a transparência, compõem um conjunto de mecanismos através dos quais investidores de outros setores obtêm informações que os ajudam a prever possíveis riscos e incertezas e a tomar decisões sobre futuros investimentos que poderão alavancar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em que pretendem se instalar.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo é realizada uma discussão acerca de assuntos relacionados ao tema da pesquisa. São aqui expostos, na primeira seção, conceitos de transparência, sua importância para a gestão pública, seus aspectos legais e algumas métricas nacionais de transparência. Já na segunda seção apresentam-se estudos anteriores sobre transparência pública, produzidos no contexto nacional e internacional. Por fim, na terceira seção realiza-se um debate sobre os fatores que, possivelmente, estão associados à transparência e que foram investigados pelo presente estudo.

### 2.1 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública, conjunto de todos os serviços e entidades que compõem o Estado (MEIRELLES, 2004), tem evoluído ao longo dos séculos através da implementação de seus novos modelos. Iniciando pelo modelo patrimonialista, o setor público avançou para a administração pública burocrática, até chegar ao modelo gerencial. A Nova Gestão Pública (*New Public Management*) ou modelo gerencial de administração pública, atualmente vigente, trouxe para a administração pública, além da ênfase no cidadão e nos resultados, na eficiência e na qualidade na prestação dos serviços públicos e no exercício das funções estatais, o conceito de transparência (SLOMSKI et al., 2010).

Apesar do crescente interesse da literatura pela transparência, esse conceito ainda não é claro e conciso, o que se deve, segundo Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), ao seu uso em diferentes aspectos e contextos relacionados ao fluxo das informações. No campo da Ciência Política, o conceito de transparência refere-se à divulgação de informações pelos governos para atores internos e externos (GRIGORESCU, 2003) e à utilização destas informações como instrumento de responsabilização (*accountability*) dos agentes públicos perante a adoção de procedimentos inadequados ao bom uso dos recursos públicos (LOUREIRO; TEIXEIRA; PRADO, 2008).

Na Administração Pública a transparência pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público, de acordo com Birkinshaw (2006). Essa definição é complementada por Black (1997), quando afirma que transparência é o inverso de políticas opacas, que não proporcionam acesso às decisões, à forma como

elas são tomadas, ao que elas representam, e aos seus benefícios e desvantagens. Já Moser (2001, p. 3) define transparência relacionando-a com o conceito de abertura. Para ele, a transparência consiste na “abertura dos procedimentos de funcionamento imediatamente visíveis para aqueles que não estão diretamente envolvidos (o público) para demonstrar o bom funcionamento de uma instituição”.

Para Armstrong (2005, p.1), a “transparência refere-se ao acesso absoluto do público a informações oportunas e confiáveis sobre as deliberações e desempenho no setor público”. Essa definição vai ao encontro com a afirmação de Cruz et al. (2012), que acreditam que somente a simples disponibilização de dados e informações não implica necessariamente em transparência. Para esses autores, a real transparência está condicionada à possibilidade do acompanhamento das questões orçamentárias e de finanças públicas. Portanto, as informações devem ser claras e objetivas, mostrando-se capazes de expressar seu verdadeiro significado.

Em síntese, essa definição é a base para este estudo, no qual se considera como transparência pública a divulgação de informações referentes às atividades da gestão pública e entidades que a compõem. As informações devem ser concisas, seguras e acessíveis ao público.

Para Silva (2009), o objetivo da transparência deve ser garantir ao cidadão, de forma individual, o acesso às informações que transmitam o desempenho dos governantes, explicitando as ações que estão em andamento, as executadas em períodos anteriores e as que estão em fase de planejamento, através de ampla divulgação por meio eletrônico e realização de audiências públicas, onde devem ser disponibilizados os planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas. Ainda, segundo o autor, a informação deve estar disponível a qualquer tempo, sendo que um governo transparente não se limita apenas a disponibilizar informações relacionadas à sua gestão, mas também a deixar disponíveis informações de gestões anteriores a sua, para que os cidadãos tenham a possibilidade de traçar um paralelo que lhes permita acompanhar a evolução da máquina pública.

Fica claro que o governo deve encontrar um meio de chegar ao cidadão a fim de apresentar a ele esclarecimentos sobre como os recursos públicos estão sendo geridos em prol do bem comum, considerando que esta deve ser a finalidade de qualquer gestão pública (ALVES, 2011). Este meio de chegar ao cidadão foi definido

pela Lei nº 12.527 de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que em seu texto legal, elegeu o canal obrigatório para a divulgação das iniciativas de transparência ativa, no § 2º do artigo 8º, esclarecendo que para cumprimento do disposto no *caput*, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da internet (BRASIL, 2011).

O acesso à informação, no entanto, não se configura apenas como uma obrigatoriedade legal, mas também como um direito humano fundamental, considerando-se seu importante papel para o fortalecimento da democracia. A divulgação de informações sobre a gestão pública, isto é, a transparência pública, favorece o controle e a participação da população nas decisões e ações dos governos, constituindo um mecanismo capaz de inibir a possibilidade de desvios de recursos públicos e outras práticas de corrupção e de facilitar o exercício da cidadania (ARRUDA; TELES, 2010; RODRIGUES, 2011). À participação do cidadão na gestão pública, fiscalizando, monitorando e controlando suas ações se denomina controle social.

A participação da sociedade na gestão pública e o controle social podem ocorrer a partir do uso das informações disponibilizadas através de transparência ativa ou passiva. Na transparência ativa, a divulgação das informações é uma iniciativa da administração pública. Já na transparência passiva o acesso aos dados é fornecido mediante a realização de pedidos de informação por parte dos cidadãos à administração pública. Neste último caso, o órgão ou ente público é compelido a prestar informações que sejam de interesse geral ou coletivo, desde que não sejam resguardadas por sigilo (CGU, 2012).

A transparência pode ocorrer por diversos meios de comunicação, tais como meios impressos, presenciais, rádio, televisão e internet. Já as solicitações de acesso à informações, costumam ocorrer presencialmente ou pelos e-Sics (Sistemas eletrônicos do Serviço de Informação ao Cidadão). Em ambos os casos, a internet têm sido o principal mecanismo de transparência, possibilitando à população conhecimento da realidade da gestão pública e a manifestação de interesse de obter informações adicionais.

Para facilitar o acompanhamento e a fiscalização das contas públicas pela sociedade, o governo federal, por meio da Controladoria Geral da União (CGU), criou, em 2004, o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal. A finalidade de sua

criação foi a promoção da divulgação de informações e publicidade da correta aplicação dos recursos públicos (GOULART, 2016). A partir da iniciativa federal, e com a imposição da Lei Complementar 131/2009, foram criados os portais eletrônicos de transparência de todos os entes da federação, promovendo a aproximação do cidadão à gestão pública em todos os níveis de governo e a maximização dos benefícios da transparência. Segundo o Manual da Lei de Acesso à Informação (CGU, 2013), o acesso às informações públicas e a participação da sociedade nas ações governamentais previne a corrupção, fortalece a democracia, promove o respeito aos direitos fundamentais, melhora a gestão pública e o processo decisório.

Muitos dos benefícios gerados pela transparência, são alcançados com o auxílio dos mecanismos legais que integram a evolução da transparência no Brasil. A trajetória da legislação em direção à transparência se estendeu por 23 anos, se iniciando pela Constituição Federal de 1988 até a promulgação de seu dispositivo mais recente, em 2011, através da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011.

### **2.1.1 Aspectos legais da transparência**

A transparência no setor público foi alcançada somente após uma longa trajetória de criação e implementação de leis e políticas públicas com vistas à divulgação de informações referentes às atividades das entidades públicas. Esse percurso teve início já com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 37, a Constituição Brasileira cita os cinco princípios básicos da Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...

[...]

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988).

Ainda no texto constitucional, diferentes dispositivos asseguram o acesso às informações de interesse pessoal, coletivo ou geral, em especial aquelas mantidas por órgãos públicos (BRASIL, 1988, art. 5º, incisos XIV, XXXIII e XXXIV, artigo 216).

Após a Constituição, o próximo avanço normativo em direção à transparência foi a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (BRASIL, 2000). A LRF é considerada um marco nas finanças públicas por ter estabelecido a transparência das informações como uma de suas bases e assim, ter tornado possível o acompanhamento das contas públicas pela sociedade (RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015). Os entes públicos passaram a divulgar seus planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bem como as versões simplificadas desses documentos (POSSAMAI; SCHINDLER, 2017).

Os três poderes, incluindo os tribunais de Contas e o Ministério Público, e os órgãos da administração direta e indireta de todas as esferas governamentais estão sujeitos à LRF. A lei enfatiza a transparência e o planejamento da utilização de recursos públicos, buscando prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar as contas públicas e levar a seu desequilíbrio (GOULART, 2016).

Em 2009, a Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio, denominada Lei Capibaribe ou Lei da Transparência (BRASIL, 2009), surgiu para complementar a LRF com dispositivos que visam detalhar os mecanismos de transparência da gestão fiscal. Por meio dessa lei impôs-se a:

[...] disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado (BRASIL, 2009).

Exigindo a disponibilização de informações financeiras e orçamentárias detalhadas, a Lei Complementar n.º 131/2009 alterou a redação do art. 48 da LRF, acrescentando-lhe dispositivos e dando-lhe uma nova redação. A partir dos novos dispositivos, em 27 de maio de 2010 entra em vigor o Decreto 7.185, com o objetivo de regulamentar a Lei Complementar 131/2009, dispondo sobre padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle para cada ente da federação, definindo as características do sistema e quais informações devem ser liberadas em tempo real. Além disso, o Decreto instituiu aos entes o dever de utilizar soluções tecnológicas que melhorem o compartilhamento de informações e aprimorar a acessibilidade dos sítios e portais eletrônicos (BRASIL, 2010).

No ano seguinte, ocorreu a regulamentação do direito à informação, não somente de caráter fiscal e orçamentário, com a edição da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011). A partir desse momento, qualquer cidadão pôde obter acesso às informações dos órgãos públicos tanto da administração direta quanto indireta, de todos os Poderes e do Ministério Público, e em todas as esferas de governo. As exceções permanecem somente para informações pessoais e hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas (POSSAMAI; SCHINDLER, 2017).

Com a evolução legal da transparência houve a necessidade de acompanhamento e fiscalização do cumprimento das novas regras pelos entes da administração pública. Nesse sentido, alguns mecanismos foram criados a fim de medir a transparência, através do atendimento das exigências legais.

### **2.1.2 Métricas nacionais de transparência**

Acompanhando a evolução da legislação brasileira, algumas metodologias que visam mensurar o nível de transparência foram desenvolvidas no país. Com o objetivo de auxiliar a verificação da adequação das entidades que compõem a administração pública às leis e normas que regulamentam a transparência, tais métricas atribuem ao país e a cada ente federado e município, notas calculadas com base na observação do cumprimento de uma série de critérios relacionados à transparência pública. A partir das pontuações é possível estabelecer *rankings* de transparência para os municípios e para os estados, que os possibilita e os incentiva a melhorar seu atual cenário (CGU, 2020a).

Um método de medição da transparência, de abrangência nacional, foi desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU, 2020a) e mede a transparência nos estados e municípios brasileiros. A Escala Brasil Transparente (EBT), com pontuações que variam de 0 a 10, é formada por 12 critérios sobre a regulamentação do acesso à informação e transparência passiva. Os aspectos sobre a regulamentação do acesso à informação constituem 25% da nota final do índice e envolvem os itens exposição da legislação no site do avaliado, existência da regulamentação, regulamentação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), regulamentação da classificação de sigilo, regulamentação da responsabilização do servidor e regulamentação de instâncias recursais. Já os itens divulgação do SIC

físico (atendimento presencial), existência de um e-SIC (atendimento pela internet), possibilidade de acompanhamento do pedido de acesso, inexistência de pontos que dificultem ou inviabilizem o pedido de acesso, respostas aos pedidos no prazo legal e respostas em conformidade com o que foi solicitado, que referem-se à transparência passiva, compõem 75% da nota (CGU, 2020b).

A partir das pontuações atribuídas aos entes, estabelece-se um *ranking* de transparência para os estados e um para os municípios. As pontuações, ainda, são classificadas em cinco faixas para os estados – 0 a 2, 2 a 4, 4 a 6, 6 a 8 e 8 a 10 – e seis para os municípios – 0 a 0,99, 1 a 2,99, 3 a 4,99, 5 a 6,99, 7 a 8,99 e 9 a 10 – equivalendo a menor faixa à situação de menor transparência e, a maior faixa à situação de maior nível de transparência.

Em sua primeira edição, realizada durante o primeiro semestre de 2015, a EBT avaliou 519 entes federativos – 465 municípios com até 50 mil habitantes, todas as 27 capitais, e os 26 estados e o Distrito Federal. Na primeira edição da EBT, os estados obtiveram nota média de 6,45 pontos e os municípios alcançaram uma nota média de somente 1,35 pontos.

Na segunda edição, que ocorreu na segunda metade do mesmo ano, a avaliação foi expandida, sendo, desta vez avaliados 1.560 municípios, além dos demais entes englobados na primeira edição. Os estados obtiveram nota média de 6,67, enquanto que a nota média dos municípios foi de 1,95 pontos .

Por fim, na terceira edição da EBT, realizada em 2016, foram avaliados 2.301 municípios, incluindo aqueles avaliados nas edições anteriores além das capitais, estados e do Distrito Federal. Nesta edição, a nota média entre os estados foi de 9,1 pontos e entre os municípios, de 3,54 pontos. Apenas o estado do Amapá ficou na faixa de pontuação de 0 a 2, possuindo nota 0. Rio de Janeiro, com nota 5, ficou na faixa de 4 a 6 pontos. Todos os demais estados classificaram-se na faixa mais alta, de 9 a 10 pontos. Dentre os municípios, apenas 9% estão na faixa de 9 a 10, enquanto 21,3% estão na faixa mais baixa, com 0 a 2 pontos, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Números de municípios por faixa de pontuação

Nota	Municípios	%
9 – 10	209	9
7 - 8,99	194	8,3
5 - 6,99	299	12,8
3 - 4,99	407	17,5
1 - 2,99	722	31
0 - 0,99	497	21,3
Total	2328	100.0

Fonte: CGU, 2020c.

Em 2018 ocorreu a EBT 360º, cuja avaliação passou a incluir também a transparência ativa dos estados e municípios. Foram avaliados aspectos da transparência ativa como a verificação da publicação de informações sobre receitas e despesas, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos e acompanhamento de obras públicas (CGU, 2020d). A edição contemplou todos os estados e capitais e os municípios com mais de 50 mil habitantes (segundo as estimativas de 2017, do IBGE), resultando em 691 entes. As faixas de notas estabelecidas para a EBT 360º são: de 0 a 1,99, 2 a 3,99, 4 a 5,99, 6 a 7,99, 8 a 9,99 e 10, consistindo a maior nota em um nível mais alto de transparência.

A média de notas obtida pelos estados na EBT 360º foi superior a 8 pontos. Apenas um estado (Amapá) obteve nota entre 4 e 5,99 pontos, 10 estados alcançaram notas entre 6 e 7,99 e 15 atingiram notas entre 8 e 9,99. A nota máxima não foi atingida por nenhum estado.

Através dos dados apresentados, nota-se um pequeno aumento da transparência ao longo das edições da EBT. O índice ainda permanece baixo, especialmente para os municípios, demonstrando a falta de divulgação das informações públicas nesses entes.

O objetivo da criação da EBT é “fornecer os subsídios necessários a CGU para o exercício das competências que lhe atribuem os artigos 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 41 (I) da Lei de Acesso à Informação, assim como os artigos 68 (II) do Decreto nº 7.724/2012 e 18 (III), do Decreto nº 8.910/2016” (CGU, 2020a). A intenção da CGU é, a partir da métrica, monitorar de maneira mais efetiva a transparência pública e gerar um índice que possibilite o acompanhamento das ações dos estados e municípios, relacionadas ao direito de acesso à informação. A seleção dos municípios avaliados pela EBT é realizada por meio de uma técnica de amostragem

probabilística. Essa mesma técnica será reproduzida para a seleção da amostra deste estudo e esta detalhada no Capítulo 3 deste documento.

Outra importante metodologia de mensuração da transparência é do Ministério Público Federal (MPF, 2020a), que mede o nível de transparência do país, estados e municípios. O *Ranking* Nacional da Transparência (RNT) realiza uma avaliação do efetivo cumprimento das leis de transparência em todos os municípios, distrito federal e 26 estados da federação brasileira. Essa avaliação visa, entre outros objetivos, a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais a municípios e estados em débito com as leis.

O RNT atribui uma pontuação a cada município, aos estados e ao país. As pontuações podem ser enquadradas em uma escala de pontuação com onze níveis, conforme a Tabela 2. O nível de 6,0 a 6,9 pontos é o que abrange maior percentual de municípios, 13,2%.

Tabela 2 - Classificação da transparência

Níveis	Percentual de municípios (%)
0	6%
0,1 a 0,9	5,2%
1,0 a 1,9	4,8%
2,0 a 2,9	7,4%
3,0 a 3,9	9,2%
4,0 a 4,9	10,5%
5,0 a 5,9	12,2%
6,0 a 6,9	13,2%
7,0 a 7,9	12,8%
8,0 a 8,9	10,3%
9,0 a 10	8,4%

Fonte: Adaptada de MPF (2016).

A primeira edição do RNT ocorreu em 2015, mesmo ano da realização da EBT. Foram expedidas, pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF, mais de 3.000 recomendações aos entes federados que não estavam cumprindo suas obrigações legais, determinando-lhes um prazo para sua adequação às Leis de Transparência. Após tal prazo realizou-se a segunda edição do índice, em 2016. Verificou-se se as recomendações anteriormente expedidas haviam sido aceitas e cumpridas e foram propostas ações civis públicas para obrigar e cumprimento das exigências legais por parte daqueles gestores que ainda não as atendiam. Ações mais drásticas ocorreram nos casos de municípios que sequer possuíam portais eletrônicos. Além das ações civis, foram empenhadas ações de improbidade contra o prefeito, recomendação à União para a suspensão de repasses de transferências voluntárias, representação

para Procuradoria Regional da República contra os prefeitos. Todas as medidas adotadas contribuíram para a prevenção da corrupção e fortalecimento da democracia no país (MPF, 2020a).

Na primeira avaliação do índice, em 2015, os estados apresentaram nota média de 7 pontos, enquanto os municípios obtiveram nota média de 3,75 pontos. Já na segunda avaliação, em 2016, a nota média dos estados foi de 8,31 pontos, subindo 1,31 pontos. A média das notas municipais aumentou 1,25 pontos, sendo de 5 pontos na segunda avaliação. Da mesma maneira que na EBT, os resultados do RNT demonstram um baixo nível de transparência nos municípios brasileiros.

Para as avaliações, o MPF utiliza um questionário, elaborado conjuntamente com representantes de diversos órgãos e instituições de controle e fiscalização. O questionário é baseado nas exigências legais e em dois itens que se referem à boas práticas de transparência, abordando aspectos de transparência ativa e passiva. Envolve, assim, questões gerais sobre receitas, despesas, licitações e contratos, relatórios, SIC e e-SIC, divulgação da estrutura do ente e formas de contato e boas práticas de transparência (MPF, 2020b).

Além de agir a favor do atendimento às leis de transparência, o RNT objetiva expor os gestores que não cumprem a legislação. Para isso, o MPF conta com a participação da população, incitando a divulgação dos resultados do *ranking* através das redes sociais e, conseqüentemente, buscando exercer efeito sobre as atitudes dos gestores (MPF, 2020c).

Tanto o RNT quanto a EBT são métricas de abrangência nacional desenvolvidas por órgãos públicos. No entanto, além deles existem outras medições de transparência pública. Os Tribunais de Contas de alguns estados mensuram o nível de transparência dos municípios que o integram, a partir de metodologias próprias. São exemplos o Índice de Boas Práticas de Transparência do TCE-RS (TCE-RS, 2015), o Índice de Transparência Pública do TCE-PB (TCE-PB, 2016), o Índice de Transparência das Prefeituras dos Municípios Pernambucanos (ITMPE-Prefeitura) do TCE-PE (TCE-PE, 2017) e o Índice de Transparência da Administração Pública (ITP) do TCE-PR (TCE-PR, 2018).

Ainda, outras instituições têm se interessado em medir a transparência, tais como o Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), autor do Projeto do Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF) (ITCF, 2011) e o Senado

Federal, responsável pelo Índice de Transparência do Poder Legislativo (ITL) (SENADO FEDERAL, 2018a).

A literatura acadêmica também tem desenvolvido métodos para mensurar a transparência pública, acompanhando seu crescente interesse pelas temáticas em torno da transparência. Alguns métodos são listados no Quadro 1.

Quadro 1 - Metodologias para mensuração da transparência desenvolvidas pela literatura nacional

<b>Metodologia</b>	<b>Autoria</b>	<b>Descrição</b>
Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M)	Cruz et al. (2012) com base no índice de Transparencia de los Ayuntamientos (ITA) da Espanha.	É um indicador quantitativo com variação de 0 a 143 pontos, organizado em seis categorias (informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores; legislação municipal e instrumentos de planejamento municipal; informações financeiras, relatórios contábeis e fiscais; interação com os cidadãos e com a sociedade; análise do portal do município; informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão).
Índice de Disclosure	Avelino (2011)	É um índice que utiliza um checklist baseado nas divulgações obrigatórias exigidas pelas Leis Nº 9.755/1998, Nº 101/2000 e Nº 12.527/2011. É subdividido em cinco grupos de informações: visão geral; informações adicionais; relatórios adicionais; situação física e financeira; informações ambientais.
Construindo a accountability em câmaras municipais do estado de Santa Catarina	Raupp e Pinho (2011)	É um índice que visa identificar a capacidade dos portais eletrônicos dos municípios em desenvolver a accountability. As informações foram agrupadas em três dimensões (baixa, média e alta), cada uma composta por indicadores classificados como de baixa, média e alta capacidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Além dos métodos apresentados no Quadro 1, a literatura tem se dedicado a realização de outros estudos sobre a transparência pública. Tanto em âmbito nacional, quanto no contexto internacional, o tema tem recebido destaque e demonstrado ser de interesse de muitos pesquisadores.

## 2.2 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TRANSPARENCIA PÚBLICA

Os primeiros estudos sobre transparência surgiram no contexto internacional por volta de 1990, embora existam alguns registros de textos sobre o tema anteriores a esta data. Apesar de crescente ao longo dos anos, o interesse pela transparência enquanto área de pesquisa passou a demonstrar acréscimos mais significativos somente após 2011, ano que coincide com a realização da primeira conferência sobre

o assunto, a Conferência Global sobre Pesquisa em Transparência, organizada pela Rutgers University em Newark (CUCCINIELLO; PORUMBESCU; GRIMMELIKHUIJSEN, 2016).

No Brasil, a área começou a se desenvolver a partir da promulgação da Lei Complementar n.º 101, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Brasil, 2000), em 2000. No entanto, pelos levantamentos realizados em algumas bases de dados (CAPES e Scielo), foi também após 2011 que passou a despertar maior interesse dentre os pesquisadores, tendo em vista a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), importante marco para a transparência pública brasileira.

Com a finalidade de melhor compreender a evolução e as características da produção acadêmica sobre o transparência<sup>5</sup>, realizaram-se buscas por artigos nacionais e internacionais, em conceituadas bases de periódicos.

### **2.2.1 Panorama nacional**

Para mapear os estudos nacionais já publicados sobre transparência pública realizou-se uma primeira busca na base Capes e uma busca complementar no repositório de periódicos Scielo. O portal de periódicos da CAPES foi selecionado pelo seu significativo acervo de 38 mil periódicos, internacionais e nacionais, assim como diversas bases de dados que contemplam referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos, normas técnicas, patentes, teses e dissertações além de outros materiais das mais variadas áreas do conhecimento (CAPES, 2019).

Os termos “transparência” e “pública” foram inseridos na ferramenta de busca avançada, em ambas as bases. Os termos da busca poderiam estar em qualquer parte dos artigos, seja em seu título, autor ou assunto. Foram utilizados, também, como filtros, artigos publicados em português, revisados por pares, e cujos estudos foram realizados em contexto nacional. O período de publicação investigado foi de 2011 – ano de publicação da Lei de Acesso à Informação – até a data da busca.

A pesquisa ocorreu entre 16 e 19 de fevereiro de 2019, e foi atualizada no período de 07 a 09 de janeiro de 2020 com novas buscas por artigos publicados em 2018 e 2019, que na pesquisa inicial poderiam ainda não ter sido disponibilizados pelos periódicos e bases. A busca resultou em 71 artigos, dentre os quais 52 foram

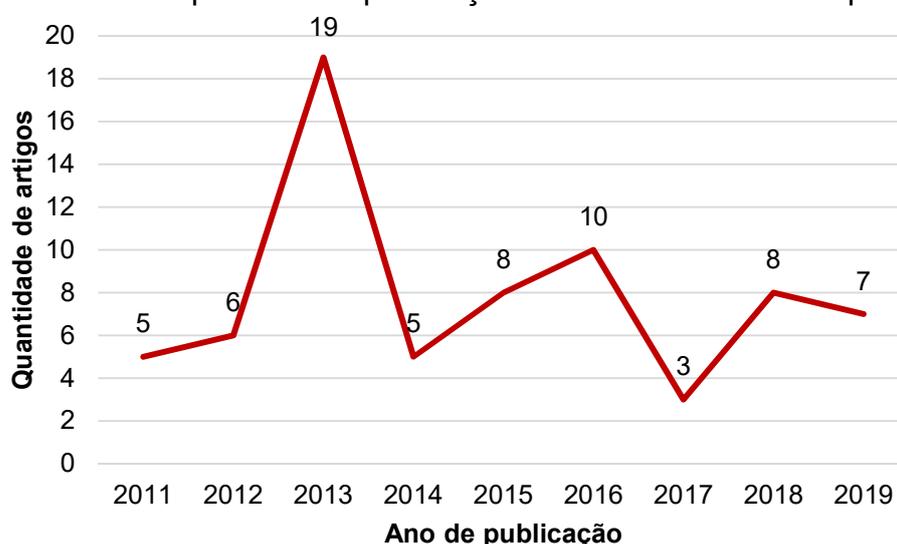
---

<sup>5</sup> Entende-se por transparência, no levantamento de estudos que se refere aos Quadros 2 e 3 a transparência pública, fiscal e orçamentária.

encontrados na base Capes e 19 na base Scielo. O processo de busca e seleção de artigos é apresentado no Apêndice A deste documento. No Apêndice B podem ser encontrados os dados referentes aos 71 artigos identificados pela busca.

Os artigos nacionais sobre transparência pública, foram publicados, em sua maioria (19 artigos) durante o ano de 2013 (Gráfico 1), dois anos após a promulgação da LAI, fato que pode ter instigado a academia. Após esse período, o número de publicações foi menor, havendo apenas 8 artigos publicados no ano de 2018 e 7 artigos em 2019.

Gráfico 1 - Frequência das publicações nacionais sobre transparência pública



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O Gráfico 1 indica uma redução do interesse dos pesquisadores brasileiros pelas pesquisas sobre transparência pública após 2013. Acredita-se que o pico de publicações em 2013 se deve tanto à realização da Conferência Global sobre Pesquisa em Transparência, organizada pela Rutgers University em Newark (CUCCINIELLO; PORUMBESCU; GRIMMELIKHUIJSEN, 2016) quanto à publicação da LAI, em 2011, considerando-se o tempo de produção dos estudos, bem como o período de avaliação e publicação despendido pelos periódicos científicos.

Dentre as publicações, verificou-se maior interesse dos pesquisadores brasileiros por estudos empíricos a respeito da transparência pública. Do total de artigos nacionais, apenas 14 (19,72%) são estudos teóricos e 57 (80,28%) são empíricos.

Também, dentre os estudos percebe-se que há um grande número de artigos (27) que analisa a transparência pública na esfera municipal (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Local de aplicação dos estudos empíricos nacionais



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ainda, de acordo com o Gráfico 2, 12 estudos dedicaram-se a analisar a esfera estadual e somente 4 investigam a esfera federal. Autarquias, fundações e empresas públicas são o foco de 6 pesquisas empíricas e há ainda, 22 artigos aplicados em outros locais, tais como universidades públicas e bancos. A categoria “Outros” engloba também artigos que não especificaram a esfera de governo estudada.

Assim como esta pesquisa propõe, alguns dos estudos nacionais já existentes buscaram identificar fatores que influenciam o nível de transparência pública. O Quadro 2 apresenta esses estudos – cujos detalhes se encontram no Apêndice B – elencando seu código e variáveis analisadas.

Quadro 2 - Estudos nacionais sobre variáveis influentes da transparência

<b>Código</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Variáveis independentes</b>	<b>Local de aplicação do estudo</b>
[7]	Transparência Pública	PIB per capita, receita orçamentária, IDHM, taxa de alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos municípios, Índice de Potencial de Consumo e Dinamismo municipal	Municipal
[22]	Transparência Pública	Índices de Desenvolvimento da Educação Básica; Índice de Desenvolvimento Humano; Índice Firjan; PIB per capita; Receita Tributaria	Municipal
[24]	Transparência Pública	População; Receita arrecadada e Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM)	Municipal
[40]	Transparência Fiscal	Área do Município; Distância da Capital; População; Quantidade de salas de aula utilizadas; Quantidade de professores; Renda da população; Quantidade de empregos; População fora da faixa da pobreza; Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Produto Interno Bruto (PIB); Receita tributária; e Despesas Empenhadas	Municipal
[57]	Transparência Pública	População; PIB per capita; IDHM; Receita Arrecadada; Taxa de Analfabetismo; IFDM	Municipal
[71]	Transparência Pública Passiva	Escolaridade da população; Idade da população; PIB per capita; Escolaridade do gestor municipal; Idade do gestor municipal; Receita per capita.	Municipal

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Conforme o Quadro 2, somente seis ([7], [22], [24], [40], [57], [71]), dentre os 71 artigos nacionais encontrados verificaram a relação da transparência com outros fatores, que possivelmente a influenciam. Dentre as variáveis independentes, verifica-se que todos os estudos escolheram o Produto Interno Bruto (PIB). O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) ou Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) foram abordados por cinco estudos ([7], [22], [24], [40], [57]). Quatro estudos investigaram o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ([7], [22], [40], [57]), e três o tamanho da população ([24], [40], [57]). Também verifica-se que todos os artigos incluem em suas variáveis independentes algum tipo de receita municipal. O artigo [7] aborda a receita orçamentária, enquanto que os artigos [22] e [40] analisam a receita tributária, os artigos [24] e [57], a receita arrecadada e o artigo [71], a receita per capita. Índices referentes à educação ou escolaridade também aparecem como variáveis independentes, em mais de um estudo, nos artigos [7], [40], [57] e [71].

Todos os estudos nacionais que investigaram fatores determinantes da transparência focaram no nível municipal de governo. Um desses estudos [40] buscou

verificar os fatores que influenciam somente a transparência fiscal, e não a transparência pública, como fizeram os outros quatro estudos. Também, um estudo utilizou como variável dependente a transparência pública passiva [71], não incluindo em suas análises aspectos relacionados à transparência ativa dos municípios investigados.

Além das variáveis testadas, merecem destaque as amostras investigadas. Somente um estudo brasileiro [71], presente nas bases Capes e Scielo, aborda a transparência pública municipal considerando todo o país como universo de pesquisa. Este estudo, no entanto, refere-se somente à análise da transparência passiva. Todos os demais estudos focados no nível municipal utilizam cortes em suas amostras, baseados em portes populacionais – como é o caso dos artigos [7], que investiga os maiores municípios do país, do artigo [22], que analisa os municípios mais populosos do Rio Grande do Norte e do artigo [57] que engloba em sua pesquisa municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul – ou em estados, regiões ou municípios específicos – como nos artigos [24] e [40], que utilizaram um corte por estado, analisando todos os municípios do Rio Grande do Norte e do Ceará, respectivamente.

A ausência de estudos que tomem a totalidade dos municípios brasileiros como população, abrangendo aspectos da transparência pública ativa e passiva, apresenta a oportunidade da realização de um estudo que forneça resultados sobre os determinantes da transparência que possam ser inferidos a todo o país. Dessa forma, sem a adoção de cortes baseados no tamanho populacional dos municípios nem em regiões, a amostra do estudo englobaria municípios de variados portes e pertencentes a todas as regiões do território nacional.

Outro caminho indicado para futuras investigações, e que tende a justificar a realização desta pesquisa, consiste na análise de variáveis políticas como influentes da transparência. Uma vez que as ações de transparência pública nos municípios são de incumbência de agentes políticos – os prefeitos eleitos – e das equipes por eles lideradas, é possível que algumas características desses gestores e do cenário político afetem as formas e os níveis de divulgação de informações públicas.

Cruz et al. (2012) [7] e Rodrigues Jr. e Salgueiro (2015) [40] em seus estudos, recomendam que futuras pesquisas analisem indicadores diferentes dos analisados por eles (tais indicadores podem ser visualizados no Quadro 2). Já Souza et al. (2013) [22], que estudaram municípios do Rio Grande do Norte, com população superior a 50.000 habitantes, recomendam que o estudo seja aplicado em outras amostras.

Queiroz et al. (2013) [24] evidenciam a necessidade de pesquisas que estudem as causas e os fatores determinantes da transparência em municípios pequenos, sugerindo a realização de um estudo exploratório. Brocco et al. (2018) [57] também aconselham a análise de municípios menores, de até 50 mil habitantes e, além disso, sugerem a adição de outras variáveis para serem testadas no estudo, além das variáveis por eles analisadas (População; PIB per Capita; IDHM; Receita Arrecadada; Taxa de Analfabetismo; IFDM). Silva e Bruni (2019) [71] sugerem o uso de outras análises para o estudo da transparência pública passiva e a identificação de outras variáveis que a influenciam.

Este estudo adota algumas dessas orientações, analisando além de variáveis socioeconômicas (desemprego, dívida, investimento e população), alguns fatores políticos (participação eleitoral, competitividade política, gênero do prefeito e reeleição). Também será aplicado a uma amostra probabilística mais ampla, que incluirá pequenos municípios.

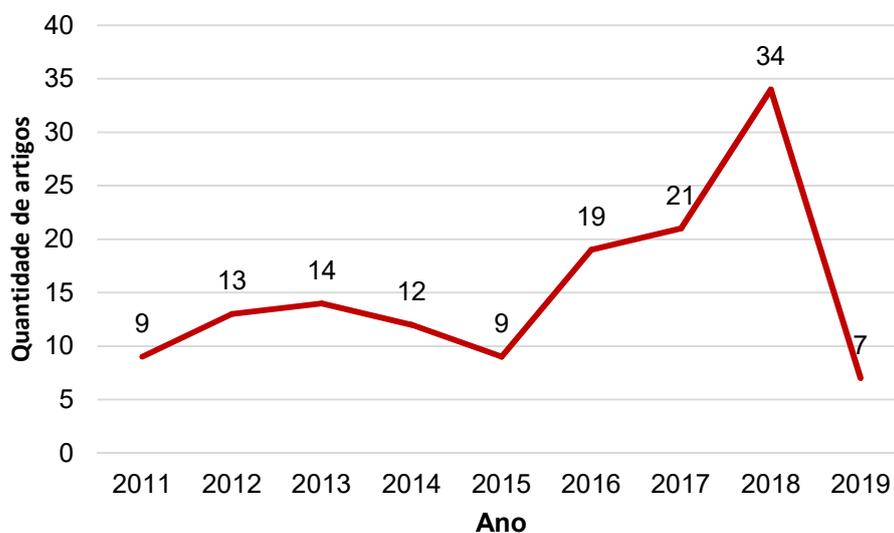
### **2.2.2 Panorama internacional**

Para encontrar os estudos internacionais acerca da transparência pública, foram utilizados o mesmo período de publicação e os mesmos critérios utilizados para a busca por artigos nacionais, com exceção do idioma determinado nos filtros, que nesta pesquisa foi o inglês. As bases de periódicos em que a pesquisa foi realizada foram a Capes e Scielo. A busca ocorreu no período de 12 a 15 de março de 2019 e foi atualizada do dia 15 a 31 de janeiro de 2020, com uma nova busca por publicações realizadas nos anos 2018 e 2019.

Os resultados da busca, ilustrados no Apêndice C, demonstram a existência de 138 estudos internacionais, publicados desde 2011, que abordam a transparência pública. Apenas cinco desses estudos foram encontrados na base de periódicos Scielo. Esses estudos estão listados no Apêndice D deste documento.

O interesse por investigações sobre transparência pública, no contexto internacional, iniciou-se, já de forma significativa, em 2011 (Gráfico 3), e foi crescente até de 2013, ano mais expressivo para a produção nacional (Gráfico 1). Após, a produção internacional caiu, até recuperar seu crescimento, em 2016 e atingir seu maior auge, em 2018, quando 34 estudos foram publicados. Em 2019, no entanto, verifica-se uma drástica queda no número de publicações.

Gráfico 3 - Frequência de publicação de artigos internacionais



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O aumento da produção internacional sobre transparência pública, em 2012 e 2013 (Gráfico 3), pode ser resultado da Conferência Global sobre Pesquisa em Transparência, organizada pela Rutgers University em Newark (CUCCINIELLO; PORUMBESCU; GRIMMELIKHUIJSEN, 2016), evento que ocorreu em 2011 e pode ter despertado o interesse dos pesquisadores e instigado estudos sobre o tema nos anos seguintes. Já o segundo e mais significativo momento dos estudos internacionais sobre transparência, ocorrido em 2018 mas já iniciado em 2016, pode ser um reflexo dos casos que, nesse mesmo ano, foram eleitos os maiores escândalos de corrupção do mundo, em uma pesquisa da entidade Transparência Internacional, com sede em Berlim. O caso de Viktor Yanukovich, ex-presidente da Ucrânia, e o escândalo da Petrobrás eclodiram em 2014 com a execução das primeiras medidas da Lava Jato e das operações ucranianas (EXAME, 2019; BBC, 2014).

Ainda, analisando comparativamente o Gráfico 3 com o Gráfico 1, nota-se que a produção internacional sobre transparência pública é superior à produção nacional, com exceção do ano de 2013, em que as pesquisas nacionais tem seu maior número de publicações, ultrapassando as internacionais. Enquanto, em 2018, foram publicados apenas cinco estudos nacionais, no cenário internacional há 34 publicações para esse mesmo ano.

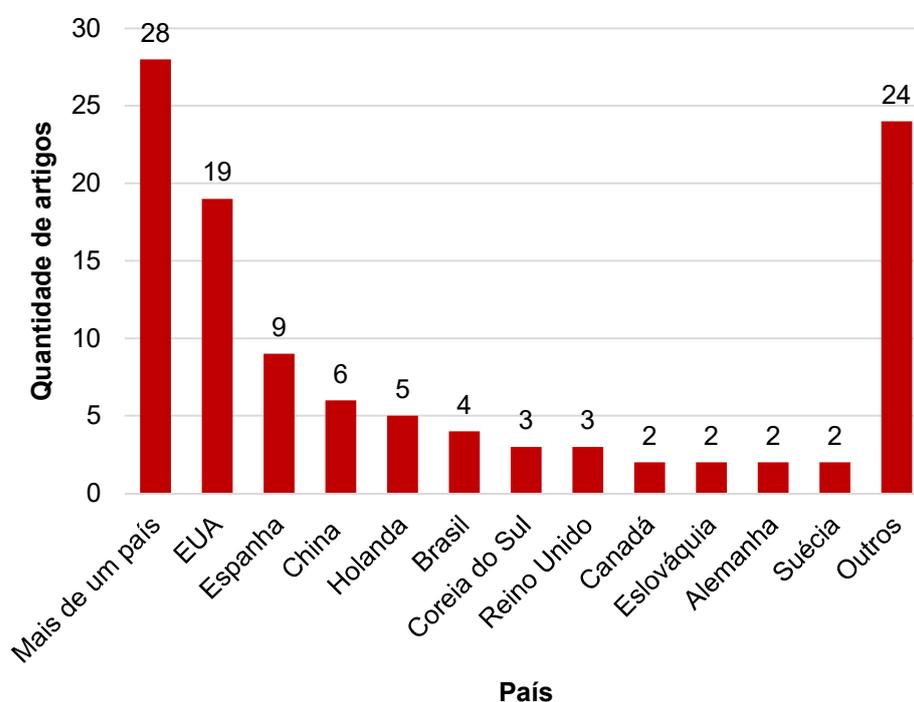
Dentre os 138 artigos encontrados, 109 (79%) realizaram estudos empíricos e apenas 29 (21%) são teóricos. A preferência por estudos empíricos se assemelha à

realidade nacional, em que o número de produções empíricas também é superior ao de estudos teóricos.

Os estudos internacionais empíricos foram aplicados em diferentes países, conforme o Gráfico 4. Dentre os locais de aplicação, destacam-se os Estados Unidos da América (EUA) (19 artigos), a Espanha (9 artigos), a China (6 artigos), a Holanda (5 artigos), o Brasil (4 artigos), a Coreia do Sul e o Reino Unido (3 artigos cada). Canadá, Eslováquia, Alemanha e Suécia, aparecem com 2 artigos cada. Merecem destaque também os estudos aplicados em mais de um país (28 artigos). Esses artigos incluem tanto estudos comparativos entre dois ou mais países, quanto estudos que analisam questões relacionadas à transparência, tomando um determinado número de países como amostra.

Ainda com relação ao Gráfico 4, a categoria “Outros” engloba países que foram contexto de somente um estudo internacional sobre transparência e sete estudos que não especificam o país de sua aplicação.

Gráfico 4 - Países de aplicação dos estudos

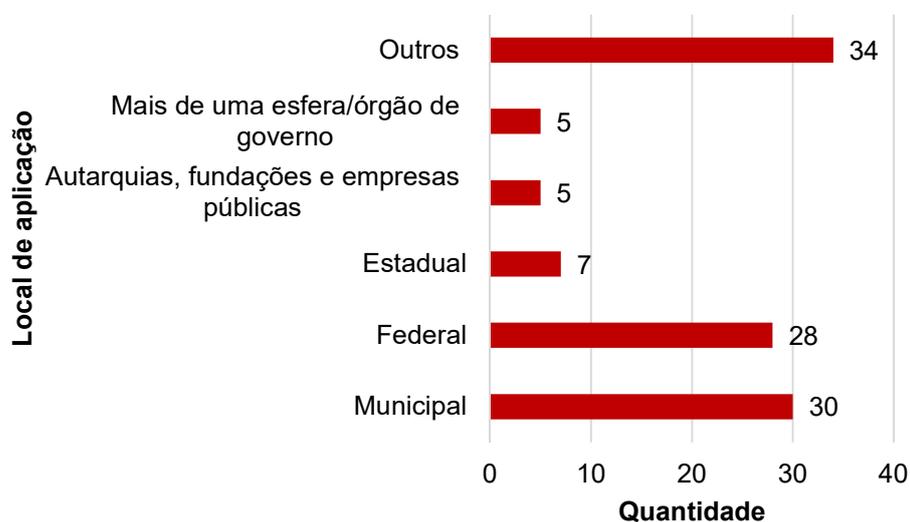


Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Assim como em âmbito nacional, no contexto internacional muitos pesquisadores focam suas análises no nível local, investigando os governos municipais (Gráfico 5). O nível municipal é o mais estudado dentre os 109 artigos

empíricos internacionais, com 30 artigos internacionais publicados. Em seguida estão os estudos sobre o nível federal (28 artigos) e estadual (7 artigos).

Gráfico 5 - Local de aplicação dos estudos internacionais



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A categoria “Outros” engloba 34 artigos (Gráfico 5). Incluem-se nela os artigos que não especificaram o local de sua aplicação e os locais que não foram foco de mais de um estudo, como comitês, conselhos, projetos e parcerias público privadas, iniciativas governamentais abertas, instituições de planejamento de eventos, sistema judiciário, parlamentos, organizações sem fins lucrativos, eventos esportivos e unidades de atenção básica, dentre outros. Autarquias, fundações e empresas públicas foram foco de cinco estudos internacionais. Ainda, cinco estudos são aplicados em mais de um local.

Dentre os estudos empíricos internacionais, 10 analisaram, por meio de modelos estatísticos os fatores que afetam o índice de transparência pública. Esses estudos são apresentados no Quadro 3, junto das variáveis por ele analisadas e de seu código que permite a observação de suas demais informações no Apêndice D.

Quadro 3 - Estudos internacionais sobre variáveis influentes da transparência

<b>Código</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Variáveis independentes</b>	<b>Local de aplicação do estudo</b>
[92]	Transparência Orçamentária	Dependência de ajuda; Desenvolvimento Humano; Democracia.	Federal
[95]	Transparência Fiscal	Capital social; E-governo; Uso da Internet; Cultura política; Corrupção percebida; População; Renda per capita; Despesas gerais.	Estadual
[111]	Transparência Fiscal	Tipo de governo; tipo de legislatura; tipo de sistema legal; grau de supervisão do orçamento; disciplina partidária; competição política; Sigla política do partido governante; nível econômico; nível democrático; dívida do governo; saldo do governo.	Federal
[113]	Transparência Pública	Emprego; Capital social; PIB real; Emissões de enxofre; Índice de percepção de corrupção.	Federal
[141]	Transparência Pública	Competitividade política; participação eleitoral; gênero do prefeito; ideologia política; desemprego; dívida; investimento; população.	Municipal
[149]	Transparência Fiscal	Competitividade política; grau de democracia; despesa per capita do governo; saldo do fundo per capita; dívida bruta per capita; rendas de petróleo per capita; ajuda externa per capita; depleção mineral per capita; uso de internet; recessão econômica; liberdade de informação; origem legal.	Não especificado
[156]	Transparência Pública	Ideologia política; poder feminino; mulheres conselheiras do partido majoritário; representação feminina; gênero do prefeito; participação eleitoral; pré-eleição; pós-eleição; partido nacional; competitividade política; força política; dívida; acesso a internet; desemprego; nível de educação; pressão fiscal;	Municipal
[172]	Transparência Fiscal	Competição partidária; governos divididos; índice de polarização política; balanço fiscal; dívida; capacidade fiscal; governador democrático; Casa Democrática; Senado democrático; renda estadual per capita; GSP per capita; educação superior; população; população acima de 65 anos; urbanização; índice de capital social; uso da internet; estados vizinhos.	Estadual
[173]	Transparência Fiscal/ Orçamentária	População; população acima de 65 anos; população com nível universitário; população em área rural; participação eleitoral; dívida pública per capita; receita orçamentária atual per capita; quota de transferências intergovernamentais no total receita orçamentária.	Municipal
[174]	Transparência Pública	Sanções do governo central (Orientação antecipada, Orientação posterior); Competitividade eleitoral; Ideologia do prefeito; Suporte legislativo; Gênero do prefeito; Gênero dos empregados; Recursos humanos; conselhos de bairro; Pobreza; Ruralidade; População; Transferências; Receitas municipais; População média em educação; Acesso à Internet; Experiência do prefeito (anos)	Municipal

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No Quadro 3, pode-se verificar que enquanto alguns artigos abordaram a transparência pública ([113], [141], [156], [174]), outros analisaram somente a transparência em seus aspectos fiscal e orçamentário ([92], [95], [111], [149], [173], [172]). Entendendo que a transparência envolve a divulgação das ações da administração pública, de qualquer natureza, a presente pesquisa analisará a transparência pública em termos gerais, isto é, considerando a divulgação de quaisquer informações sobre as atividades da gestão pública, sejam elas de cunho fiscal, financeira, orçamentária, contábil, legal ou outras.

Dentre os estudos apresentados no Quadro 3, quatro analisaram o nível municipal, assim como fará a presente pesquisa ([141], [156], [173], [174]), dois estudaram o nível estadual ([95], [172]), três estudaram o nível federal ([92], [113], [111]) e um estudo [149] não especificou o nível de governo analisado. O número de estudos que realizou esse tipo de análise em governos municipais é menor na literatura internacional (apenas 4 artigos) do que na literatura nacional (5 artigos), apesar do total de artigos internacionais ser superior.

Nota-se, dentre os artigos com foco no nível municipal, dois estudos que realizaram cortes amostrais determinados pelo porte populacional dos municípios. Araujo e Tejedo-Romero (2017) [156] analisaram apenas os 100 maiores municípios da Espanha nos anos de 2008, 2009, 2010, 2012 e 2014 e Araujo e Tejedo-Romero (2016a) [141], os 110 maiores municípios espanhóis no ano de 2012. O estudo de Birskyte (2018) [173] considerou todos os municípios da Lituânia, bem como o de Piña e Avellaneda (2018) [174], que avaliou 337 municípios chilenos, excluindo apenas aqueles cujos dados não eram suficientes para análise.

Diferentemente do que se verifica na literatura nacional, os estudos internacionais ([92], [95], [111], [113], [141], [149], [156], [172], [173], [174]) sobre transparência abordam variáveis políticas. Dentre os que realizam análises municipais, todos verificam a relação da transparência pública com, ao menos, um fator político.

O presente estudo segue o exemplo destas pesquisas internacionais, abordando variáveis políticas, e também socioeconômicas. Tais variáveis e suas implicações já comprovadas no índice transparência pública são descritos na próxima seção, em que também se apresentam as hipóteses do estudo.

## 2.3 FATORES DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Durante os últimos anos, estudos nacionais e internacionais têm voltado seus interesses para a transparência pública, dedicando-se em especial à identificação dos fatores associados à transparência. Muitos desses estudos focam os governos locais ou municipais (CRUZ et al., 2012; QUEIROZ et al., 2013; SOUZA et al., 2013; RODRIGUES JR.; SALGUEIRO, 2015; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; BROCCO et al., 2018; BIRSKYTE, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018; SILVA; BRUNI, 2019). No entanto, os determinantes da transparência pública também são investigados em contextos nacionais e estaduais (RENZIO; ANGEMI, 2012; JUSTICE; MCNUTT, 2013; HALKOS; TZEREMES, 2014; RÍOS; BASTIDA; BENITO, 2014).

O modelo que dá base a este estudo, de autoria de Araujo e Tejedo-Romero (2016a) e originalmente aplicado à municípios espanhóis, testa variáveis políticas e socioeconômicas – participação eleitoral, ideologia política, competitividade política, gênero do prefeito, desemprego, dívida, investimento e população. A adaptação desse modelo para o proposto neste trabalho se refere: i) à variável ideologia política – que no presente estudo foi substituída pela variável reeleição; ii) à inclusão da variável política composição legislativa.

Optou-se pela substituição da variável ideologia política pela variável reeleição em razão da dificuldade de distinguir partidos de direita de partidos de esquerda, no cenário político brasileiro. De acordo com Tarouco e Madeira (2013), apesar de ser frequentemente utilizada pela literatura como variável independente de modelos teóricos, a ideologia política está em decadência. Segundo os autores, “as distâncias entre as posições dos partidos na dimensão esquerda-direita vêm se reduzindo e muitas análises têm reportado efeito não significativo desta variável” (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 94).

Já a inclusão da variável composição legislativa foi realizada devido a sua aparente influência no desempenho da gestão pública, em especial dos municípios. Cavalcante (2013) sugere, a partir dos resultados de sua pesquisa, que prefeitos que iniciam o mandato com maior número de vereadores aliados enfrentam menos obstáculos à governabilidade e apresentam melhores resultados.

As discussões de cada uma das variáveis, que compõem o modelo deste estudo, são apresentadas ao longo dessa seção. Expõem-se aqui as relações delas

com a transparência, verificadas por estudos anteriormente desenvolvidos na literatura nacional e internacional, seguidas das hipóteses deste estudo.

### **2.3.1 Participação eleitoral**

A participação eleitoral refere-se ao exercício do direito de voto. Representa assim, o número de eleitores que compareceram às urnas de seus municípios durante as eleições. Na Espanha, país em que foi aplicado o estudo de Araujo e Tejedo-Romero (2016a), base para o modelo desta pesquisa, o voto não é compulsório, diferente da realidade brasileira. O mesmo ocorre em muitos outros países. A obrigatoriedade do voto, no Brasil, constitui, portanto uma limitação de estudo. Para tentar contorná-la serão considerados, para a variável participação eleitoral apenas os votos válidos, isto é, os votos efetivados pelos eleitores a candidatos e legendas partidárias regularmente inscritos, descontados os votos em branco e os votos nulos (BRASIL, 1997).

Alguns estudos demonstram que um maior número de eleitores indica que os cidadãos têm maior acesso à informação e um interesse mais expressivo nas atividades do governo (HOLLYER; ROSENDORFF; VREELAND, 2011; ESTELLER-MORÉ; POLO-OTERO, 2012; CAAMAÑO-ALEGRE et al., 2013). A participação eleitoral serviria, então, como indicador da preocupação dos cidadãos com as questões políticas e, conseqüentemente, da demanda de transparência (GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011; SOL, 2013). O significativo interesse da população nas atividades da gestão pública, pressiona os governos para a divulgação de informações, aumentando a transparência dos municípios. Dessa forma, maiores níveis de participação levariam a maiores índices de transparência.

Por outro lado, baixos níveis de participação eleitoral também podem aumentar os níveis de transparência. Os governantes procuram aumentar a participação eleitoral para obter maior número de votos em eleições futuras e dar continuidade a seu governo. Para isso precisam ser mais transparentes, uma vez que, maiores níveis de transparência no processo decisório e nas atividades da gestão municipal aumentam a probabilidade de envolvimento dos cidadãos e promovem o interesse político (ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a).

O aumento da transparência ajuda também a reconquistar a confiança dos cidadãos e mudar suas percepções sobre os governos e sobre o funcionamento das

organizações públicas. Isso ocorre porque, com a transparência, reduzem-se alguns problemas de agência<sup>6</sup>, como assimetria de informação<sup>7</sup>, o que leva ao aumento da confiança nos atores e instituições políticas (LASWAD; FISHER; OYELERE, 2005). Conseqüentemente, ter uma boa imagem diante da sociedade e a sua confiança contribui para a manutenção da legitimidade<sup>8</sup> e melhoraria a reputação do governo local (PINA; TORRES; ROYO, 2010; FUNG, 2013).

Jorge, Pattaro e Lourenço (2011) também encontraram evidências de que uma baixa participação eleitoral tem um impacto positivo na transparência. Dessa maneira, a relação entre participação eleitoral e transparência pública é ambígua. “A transparência é afetada pelo comparecimento dos eleitores, mas maior participação dos eleitores também pode ser desencadeada pelo nível de transparência, ou falta dela” (BIRSKYTE, 2018, p. 16).

Apesar das divergências entre os estudos anteriores quanto ao sentido da influência da participação eleitoral no índice de transparência pública municipal, e considerando que um maior número de estudos encontrou uma relação positiva entre as variáveis, elaborou-se a seguinte hipótese:

*H1: A participação eleitoral dos municípios influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.*

---

<sup>6</sup> Os problemas de agência ou conflitos de agência, como também são conhecidos, são objeto de estudo da Teoria da Agência, perspectiva teórica amplamente aplicada aos estudos de governança corporativa (DAILY; DALTON; CANNELLA, 2003). Seu objetivo é tratar dos problemas que surgem com a separação entre propriedade e gestão, chamados problemas de agência. A Teoria da Agência se interessa pelo relacionamento entre dois atores (um é o principal e o outro é o agente), tendo como premissa básica o fato de que se ambas as partes buscam maximizar sua função utilidade, nem sempre o agente vai agir no melhor interesse do principal (OLIVEIRA; FONTES FILHO, 2017). No setor público, a relação entre o gestor (agente) e o cidadão (principal), pode ser caracterizada como uma relação de agência (ROSS, 1973; SLOMSKI, 2005; SLOMSKI et al., 2008; ROSSETI; ANDRADE, 2012).

<sup>7</sup> A assimetria de informação ocorre quando nem todos os fatos são conhecidos por ambas as partes envolvidas em uma relação contratual (principal e agente), ou seja, quando a Informação é incompleta (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 34). Uma situação que exemplifica a presença de assimetria informacional ocorre quando uma das partes não possui todas as informações de que necessita para observar se os termos do contrato proposto são mutuamente aceitáveis e serão implementados (MILGROM; ROBERTS, 1992). A assimetria de informação é, portanto, “a diferença de informação existente em uma relação contratual entre o agente e o principal em função de uma parte possuir mais informação do que a outra” (SANTOS et al., 2007, p. 459). Aplicando-se este conceito ao setor público, a assimetria de informação ocorre entre a sociedade e o governo. Em uma sociedade democrática, que pressupõe a transparência e abertura por parte dos governos, os cidadãos tem o direito de serem informados sobre o que o governo está fazendo e sobre as motivações de suas ações. No entanto, os governos e seus líderes não incentivam a divulgação e disseminação de informações que se opõem a seus interesses (STIGLITZ, 2002).

<sup>8</sup> A legitimidade pode ser entendida como aceitação e apoio das iniciativas e ações do governo (SOBOTTKA, 2004). O conceito deriva da Teoria da Legitimidade que, de acordo com Dias Filho (2007), fundamenta-se na idéia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da maneira como elas devem operar.

### 2.3.2 Competitividade política

A divulgação de informações, isto é, a transparência, é influenciada pela política e pela competitividade ou competição política (WEHNER; RENZIO, 2013). Segundo Berliner e Erlich (2015), a competitividade política tem importância na adoção da reforma institucional, melhorando o acesso à informação e, portanto, a transparência.

Parte dos atores políticos, apesar de se empenhar em ações que visem benefícios à sociedade, preocupam-se primordialmente em manter sua posição e poder (MARIN FILHO; SAUSEN; ALLEBRANDT, 2008). Em um cenário de alta competitividade política, manter-se no poder torna-se mais difícil. Para contornar essa dificuldade e aumentar as chances de permanecerem no poder, os agentes políticos passam a ser mais transparentes. Segundo Caba-Pérez, Rodríguez-Bolívar e López-Hernández (2014), altos níveis de rivalidade política incentivam a divulgação de informações sobre as atividades realizadas pelo partido político no poder, aumentando assim o nível de transparência. Esteller-Moré e Polo Otero (2012) também destacam a importância da competição política em tempos em que a reeleição do titular é incerta. Segundo esses autores, diante de uma forte concorrência a divulgação de informações torna-se um instrumento estratégico que garante aos agentes políticos maiores chances de serem reeleitos.

Em situações de baixa competitividade política, por outro lado, os políticos têm grandes expectativas de permanecer no poder e por isso tendem a ser menos transparentes (GANDÍA; ARCHIDONA, 2008; PIOTROWSKI; BERTELLI, 2010). A expectativa de permanecer no governo faz com que os políticos ignorem até mesmo o cumprimento de suas promessas eleitorais (CÁRCABA-GARCÍA; GARCÍA-GARCÍA, 2010).

Alguns autores, no entanto, acreditam que a baixa competitividade política estimula a transparência. Assim, há razões para esperar que níveis mais altos de competição política reduzam a transparência nos governos locais (CICATIELLO; SIMONE; GAETA, 2017; PIÑA; AVELLANEDA, 2018). Os prefeitos podem querer reter informações a fim de evitar possíveis ataques dos partidos de oposição ou evitar perder a vantagem de ter informações adicionais (BERLINER; ERLICH, 2015).

De acordo com Grimmelikhuijsen e Welch (2012), uma maior competição política pode representar, ao grupo no controle do poder, um risco maior para divulgar informações. A presença ou ausência de uma forte oposição monitorando o governo

pode influenciar o comportamento oportunista dos políticos. Os partidos de oposição tem interesse em promover informações sobre as atividades do governo local que estão em desacordo com promessas de campanha, para assim alegarem falhas na gestão dos oponentes (CUADRADO-BALLESTEROS, 2014).

Nesse viés, as partes dominantes se sentem mais confiantes em sua posição de poder quando há baixa competitividade política. Conseqüentemente, estariam mais propensos a divulgar informações (GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH, 2012).

A partir do maior número de estudos que constataram um efeito positivo ao investigarem a influência da competitividade política na transparência, adota-se como segunda hipótese:

*H2: O grau de competitividade política dos municípios influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.*

### **2.3.3 Composição legislativa**

A composição legislativa refere-se ao percentual de vereadores eleitos, no município, pertencentes ao mesmo partido político do prefeito ou a uma das siglas que compõem a coligação partidária pela qual este se elegeu.

A relação entre a composição legislativa do município e a transparência pública municipal parte do entendimento de que uma base aliada ampla, na Câmara, permite ao prefeito a aprovação de um maior número de projetos. Com mais ações realizadas em prol da população, o governo tende a aumentar a divulgação das mesmas, elevando o índice de transparência municipal. Desta maneira, haveria uma relação positiva entre a composição legislativa e a transparência. Cavalcante (2013) sugere, a partir dos resultados de sua pesquisa, que prefeitos que iniciam o mandato com maior número de vereadores aliados enfrentam menos obstáculos à governabilidade e apresentam melhores resultados.

Por outro lado, a literatura indica que uma Câmara composta, majoritariamente, por vereadores que façam oposição ao prefeito municipal também poderia colaborar para a elevação do índice de transparência municipal. De acordo com Alt, Lassen e Rose (2006), a concorrência legislativa está positivamente relacionada à transparência municipal, ou seja, quanto mais vereadores que façam oposição ao prefeito existirem em um município, mais transparente esse município tende a ser. Esta situação tende a ocorrer devido ao maior empenho dos vereadores de oposição

em fiscalizar os atos do poder executivo. Para que esta fiscalização mais efetiva ocorra, pressupõe-se a necessidade da ampliação da divulgação de informações sobre a gestão municipal. Segundo Whitaker (1992), quando de oposição, o vereador atua no ataque ao governo, exercendo seu papel de fiscalizador com maior rigor possível e participando de mobilizações que visem pressionar a prefeitura. Desta maneira, há a tendência do vereador de oposição consolidar sua função de fiscalizador em detrimento da sua atuação como legislador.

Piña e Avellaneda (2018) também investigaram esta variável, abordando, no entanto, a possibilidade de que prefeitos que atuem em governos com forte oposição são desestimulados a promoverem a transparência municipal.

Com base no estudo de Alt, Lassen e Rose (2006) têm-se a terceira hipótese:

*H3: A composição legislativa municipal favorável ao prefeito influencia negativamente o índice de transparência pública municipal.*

#### **2.3.4 Reeleição**

A rotatividade governamental, segundo Alt, Lassen e Rose (2006) está negativamente relacionada à transparência, especialmente à transparência fiscal e orçamentária. A troca de governantes, portanto, prejudica a transparência pública. Uma possível causa, no Brasil, é descontinuidade administrativa, que faz parte do cotidiano da gestão pública brasileira. Inerente ao regime democrático, esse problema ocorre devido a mudança de poder em função de eleições (ZARPELLON, 2011).

As causas da descontinuidade administrativa no setor público, e em especial na esfera municipal, se devem segundo Marin Filho, Sausen e Allebrandt (2008) à preocupação dos gestores em manterem-se na posição que ocupam. Os agentes públicos estão mais comprometidos em viabilizarem sua continuidade no poder do que a continuidade da organização. Com isso, o atendimento das necessidades coletivas e da cidadania é apenas um motivo secundário para a realização de obras e serviços públicos (MARIN FILHO; SAUSEN; ALLEBRANDT, 2008).

O regime brasileiro, no entanto, prevê a possibilidade dos governantes serem reeleitos, dando prosseguimento a sua gestão por dois mandatos consecutivos. Quando reeleitos, os prefeitos têm a possibilidade de dar continuidade a planos e projetos de governo ainda não concluídos. Já nos casos de troca de gestores a

interrupção de muitos projetos é frequente. Dessa forma, os reeleitos teriam a possibilidade de finalizar mais trabalhos e cumprir um maior número de propostas que aqueles que governam por somente um mandato. Para demonstrar seus feitos e conquistar a confiança e aprovação da população local, os prefeitos reeleitos tendem a divulgar maior quantidade de informações sobre sua gestão. Em outras palavras, tendem a elevar a transparência em seus governos.

A interrupção de iniciativas, programas e obras que ocorre em função do viés político e do desprezo da possível qualidade e mérito das ações iniciadas, gera desperdício de recursos públicos (NOGUEIRA, 2006). Assim, a descontinuidade das ações não costuma ser divulgada, para além das obrigações legais.

Diante dessas constatações, projeta-se a quarta hipótese deste estudo:

*H4: Municípios com prefeitos reeleitos são mais transparentes.*

### **2.3.5 Gênero do prefeito**

Diversos direitos políticos foram conquistados pelas mulheres ao longo dos anos. Um deles é a participação política estabelecida pela Lei 9.504/1997 que determinou o mínimo de 30% de candidaturas femininas para o poder legislativo (BRASIL, 1997). A minirreforma eleitoral de 2009 também contribuiu para uma maior inserção da mulher na sociedade e na vida política.

Apesar dos esforços legais, o número de mulheres que ocupam cargos na política brasileira ainda é muito inferior ao número de homens nessas posições. No poder legislativo, as mulheres representam somente 13% do Senado, 15% na Câmara e 15,2% nas Assembleias (TSE, 2019; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). Quanto ao poder executivo, apenas 11,57% dos municípios brasileiros são governados por mulheres (TSE, 2016a) e somente uma entre as 27 unidades da federação possui uma governadora mulher (SENADO FEDERAL, 2018b). Segundo Piotrowski e Van Ryzin (2007), os homens são mais politicamente ativos e engajados do que as mulheres. Porém, as mulheres em cargos de liderança política apresentam resultados mais admiráveis. Também é provável que suas qualidades e traços (WEYER, 2007) as tornam mais predispostas a divulgar informações e contribuir para elevar o nível de transparência. Segundo Beck (2001), as mulheres são mais receptivas aos seus eleitorados. Prefeitos do sexo feminino encorajam, mais do que os prefeitos homens,

os cidadãos a participarem da administração pública e se comunicarem com seus administradores (RODRÍGUEZ-GARCIA, 2015).

Medina (2015), em um estudo realizado com municípios espanhóis, constatou que um aumento da presença feminina na representação política formal, especialmente como prefeitos, influencia a estrutura de poder e o funcionamento das organizações. O acesso das mulheres ao poder, à tomada de decisões e à liderança política, em todo o mundo, tiveram um impacto positivo nos resultados econômicos e sociais, segundo a OECD (2014).

A literatura sugere que mulheres tendem a adotar um estilo de liderança diferente do adotado pelos homens (KIM; SHIM, 2003). Para DeHart-Davis, Marlowe e Pandey (2006), as mulheres têm diferentes motivações para trabalhar no setor público, são mais democráticas (MERCHANT, 2012), menos preocupadas com questões hierárquicas e mais participativas, interativas, flexíveis e consensuais (MEIER; O'TOOLE; GOERDEL, 2006) do que os homens. São também mais comunicativas, cooperativas e receptivas a ideias inovadoras, além de exoressarem maior preocupação para com os outros (EAGLY; KARAU, 2002; EAGLY; JOHANNESSEN-SCHMIDT; VAN ENGEN, 2003). Burke e Collins (2001) corroboram com tais características das mulheres gestoras, indicando em seu estudo que elas são mais propensas a usar um estilo interativo de gerenciamento, o que resulta em uma comunicação mais efetiva.

Estudos sobre o setor privado afirmam que a presença de mulheres em conselhos de administração melhora a qualidade da informação (ITTONEN, MIETTINEN; VÄHÄMAA, 2010). Isso ocorre, segundo Khazanchi (1995), porque as mulheres são mais eticamente atentas do que os homens. Os mesmos resultados podem ser esperados no setor público. Um número expressivo de mulheres capazes de participar efetivamente da gestão, gera resultados de governança socialmente mais responsivos e leva a uma forma de trabalho mais transparente (RODRÍGUEZ-GARCIA, 2015). De acordo com Fine (2009), os valores éticos são centrais para que as mulheres em postos de liderança tenham menor propensão a cometer fraudes, o que contribui positivamente para influenciar o nível de transparência (VERMEIR; VAN KENHOVE, 2008). Brollo e Troiano (2016), em um estudo brasileiro concluíram que as mulheres atingem melhores resultados na administração municipal e estão menos envolvidas em casos de corrupção.

Alguns fatores, no entanto, podem atenuar a influência das mulheres sobre a transparência de seus governos. Segundo Gains e Annesley (2010), o tempo pelo qual as mulheres governam e o poder que conquistam através dele podem afetar a transparência, uma vez que poderiam mudar a vontade política e ampliar o apoio à prestação de contas e demandas e iniciativas internas de transparência. Da mesma forma, um governo com o apoio da maioria política, daria às governantes mais poder, oportunizando maior transparência (ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017).

Diante do exposto, a hipótese formulada para testar a relação entre transparência e gênero do prefeito é:

*H5: Municípios governados por mulheres são mais transparentes.*

### **2.3.6 Nível de Desemprego**

Algumas pesquisas mostram uma relação positiva entre status econômico e transparência na Administração Pública (PIOTROWSKI; VAN RYZIN, 2007). Em períodos de depressão econômica é esperado um aumento no nível de desemprego. Como consequência, a situação econômica municipal diminuirá e, com ela, nível de transparência. Isso ocorre porque um menor desenvolvimento econômico e um maior desemprego associados as taxas são prejudiciais ao engajamento cívico, ou seja, a demanda por oportunidades para participar na tomada de decisão na gestão pública é diminuída. Portanto, conforme LaFaive (2009), Caamaño-Alegre et al. (2013) e Sol (2013), altas taxas de desemprego estão significativamente relacionadas ao baixo índice de transparência.

De acordo com esses fundamentos, estudos anteriores tendem a indicar que taxas de desemprego mais altas são prejudiciais à transparência, e em especial, à transparência fiscal (CAAMAÑO-ALEGRE et al., 2013; SOL, 2013; ARAÚJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; TAVARES; CRUZ, 2017).

A hipótese formulada para a variável desemprego é:

*H6: O nível de desemprego municipal influencia negativamente o índice de transparência pública municipal.*

### 2.3.7 Dívida municipal anual per capita

Divulgar informações financeiras é uma maneira de melhorar a transparência e mostrar aos credores um baixo nível de risco financeiro, que pode reduzir significativamente o custo de financiamento de fontes externas para os municípios. De acordo com a teoria da agência, isso reduz a assimetria de informação e aumenta o grau de confiança (LASWAD et al., 2005; CÁRCABA-GARCÍA; GARCÍA-GARCÍA, 2010). Pesquisas mostram que os níveis de endividamento estão relacionados a procedimentos e instituições orçamentárias transparentes (ALT; LASSEN, 2006; GAVAZZA; LIZZERI, 2009) e à transparência fiscal (ALT; LASSEN; ROSE, 2006; SOL, 2013). Consequentemente, menores níveis de endividamento estão relacionados a um maior índice de transparência municipal (CUADRADO-BALLESTEROS, 2014).

Muitos estudos encontraram uma relação positiva entre níveis de dívida e relatórios orçamentais e fiscais (STYLES; TENNYSON, 2007; CABA-PÉREZ; RODRÍGUEZ-BOLÍVAR; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, 2008; CAAMAÑO-ALEGRE et al., 2013; ARAÚJO; TEJEDO-ROMERO, 2017). No entanto, Alt, Lassen e Rose (2006) encontraram uma associação negativa, concluindo que o aumento da dívida reduz o transparência. Quando a dívida é alta, os políticos podem obscurecer as informações disponíveis, de modo que os eleitores são incapazes de se informar sobre custos de empréstimos envolvidos incumprimento de promessas (BENITO; GUILLAMON; BASTIDA, 2016; RÍOS; BENITO; BASTIDA, 2016).

Alt, Lassen e Rose (2006) mostraram que, entre os governos estaduais dos EUA, níveis mais elevados de dívida estão associados aos níveis de transparência. Da mesma forma, no nível internacional, Alt e Lassen (2006) encontraram uma correlação entre maior transparência e redução da dívida pública em 19 países da OCDE.

A sétima hipótese testa a relação entre dívida e transparência, afirmando que:

*H7: O valor per capita da dívida anual do município influencia negativamente o índice de transparência pública municipal.*

### 2.3.8 Investimento municipal anual per capita

Considera-se investimento municipal anual per capita o total de despesas de capital pagas pelo município durante o ano, dividido pela sua população. As despesas de capital são aquelas que contribuirão para a produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público, ou seja, contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital (TESOURO NACIONAL, 2020).

Segundo a pesquisa de Cárcaba-García e García-García (2010), há uma atitude mais positiva dos cidadãos a projetos públicos que exijam esforços importantes de investimento, desde que entendam que suas condições de vida melhorarão. Divulgar informações sobre investimentos municipais é uma maneira dos políticos melhorarem a sua popularidade e reunir o apoio dos cidadãos. Os orçamentos municipais durante os anos de eleição mostram um aumento no interesse de políticos para iniciar projetos ambiciosos para ganhar o interesse dos eleitores. Então, de acordo com o teoria da legitimidade, é plausível esperar que os políticos que se envolvam em projetos que exijam importantes esforços de investimento estarão interessados em divulgar esta informação (CÁRCABA-GARCÍA; GARCÍA-GARCÍA, 2010).

Os cidadãos poderiam conseguir o monitoramento do governo através da transparência fiscal (CARLITZ, 2013). Como resultado, espera-se que maiores gastos do governo sejam associado ao aumento da transparência fiscal (ARAPIS; REITANO, 2017).

A hipótese para a relação entre transparência e investimento, portanto, é:

*H8: O valor per capita de investimento anual do município influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.*

### 2.3.9 Tamanho da população

Styles e Tennyson (2007) e Guillamón, Bastida e Benito (2011) concluíram que a população exerce um efeito positivo e estatisticamente significativo no índice de transparência. Portanto, um maior tamanho da população implicaria mais usuários de serviços públicos (ALCARAZ-QUILES; NAVARRO-GALERA; ORTIZ-RODRÍGUEZ, 2014) e a maiores quantidades de fundos públicos. Assim, é esperado que os municípios estejam interessados na divulgação de informações que permitam aos

cidadãos e outras entidades monitorar as ações dos eleitos (LASWAD; FISHER; OYELERE, 2005; BENITO; BASTIDA; GARCÍA, 2010).

Municípios maiores também têm mais recursos e capacidades para adotar inovações técnicas e gerenciais mais rapidamente, além de ter funcionários melhor treinados, um orçamento maior e um departamento de TI estabelecido, que os ajuda a adotar melhores práticas de governo eletrônico (NORRIS; MOON, 2005). Conseqüentemente, a possibilidade de possuírem processos e instrumentos de transparência mais eficientes e aprimorados é maior nesses municípios do que em municípios de pequeno porte populacional. Estes fundamentos foram fortemente confirmados por vários autores (GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011; SOL, 2013; SERRANO-CINCA, RUEDA-TOMÁS, PORTILLO-TARRAGONA, 2009; LOWATCHARIN; MENIFIELD, 2015).

Esteller-Moré e Polo Otero (2012), dividindo a amostra, formada por municípios Catalões, em municípios de grande e pequeno porte, encontraram uma relação negativa nos pequenos municípios, mas uma relação positiva na amostra de municípios maiores, apontando para um relação entre o número de habitantes e transparência fiscal. Eles salientaram que, ao contrário dos municípios pequenos, unidades muito grandes têm maior capacidade de cumprir suas obrigações legais.

O tamanho populacional também pode ter um impacto positivo na transparência orçamentária à medida que mais cidadãos interessados nas operações do município solicitam mais informações para realizarem o monitoramento da atividades públicas. Além disso, municípios maiores têm melhores capacidades administrativas do que os municípios menores, e, portanto, conseguem fornecer mais e melhor informação para os residentes (SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMAS; PORTILLO-TARRAGONA, 2009).

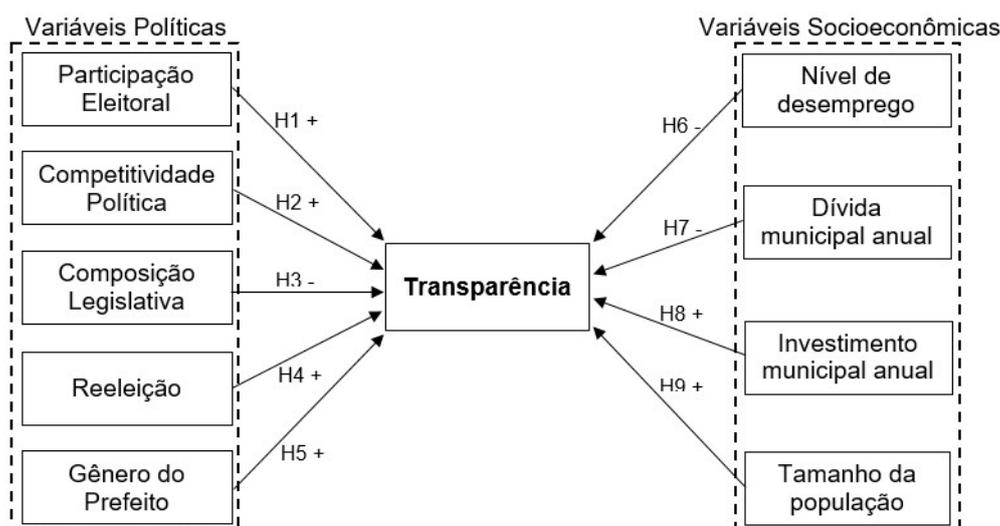
No entanto, alguns estudos encontraram um relacionamento negativo entre o tamanho da população e a transparência fiscal (JORGE; PATTARO; LOURENÇO, 2011; CAAMANO-ALEGRE et al., 2013). Além desses autores, Esteller-Moré e Polo Otero (2012) também encontraram maior transparência fiscal nos pequenos municípios. Isso pode ser devido a um melhor conhecimento das demandas dos cidadãos, porque o governo está mais perto das pessoas ou em razão de um nível mais alto de capital presente nos municípios menores.

Seguindo as evidências dos estudos que atestaram a existência de relações positivas entre a transparência e o tamanho da população dos municípios, estabeleceu-se a nona hipótese do estudo:

*H9: O tamanho da população do município influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.*

O estudo possui nove variáveis, cinco de natureza política e quatro de natureza socioeconômica. Tem-se a suposição de negatividade para as variáveis composição política, nível de desemprego e dívida municipal anual per capita e de positividade para as variáveis participação eleitoral, competitividade política, reeleição, gênero do prefeito, investimento municipal anual e tamanho da população. Estas relações estão ilustradas na Figura 1.

Figura 1 - Modelo teórico do estudo



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As variáveis participação eleitoral, competitividade política, gênero do prefeito, nível de desemprego, tamanho do população, dívida municipal anual per capita e investimento municipal anual per capita estão presentes no modelo de Araújo e Tejedro-Romero (2016a). Já as variáveis composição legislativa e reeleição foram, respectivamente, incluída ao modelo e utilizada para substituir outra variável do modelo original.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Primeiramente, são expostas as características metodológicas do estudo. Na segunda seção apresenta-se o universo de pesquisa, a amostra que será investigada e a técnica de amostragem utilizada para calcular e selecionar tal amostra. Já na terceira seção explica-se como ocorrerá a coleta dos dados e que instrumentos auxiliarão nesta atividade. Por fim, são apresentados os procedimentos para a análise dos dados coletados.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Esta pesquisa é caracterizada quanto a sua natureza, seu enfoque e seu alcance. Com relação à natureza, este estudo é empírico. Segundo Demo (2000, p. 21), um estudo empírico “produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural”. Esse tipo de pesquisa “oferece maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática” (DEMO, 1994, p. 37).

Coletando dados expressos em números e realizando análises estatísticas para testar hipóteses previamente formuladas, esta pesquisa também caracteriza-se como quantitativa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). De acordo com Malhotra (2012) este tipo de pesquisa procura por evidências conclusivas, baseadas em amostras grandes e representativas, aplicando, de alguma maneira, análises estatísticas. As descobertas de uma investigação quantitativa podem ser consideradas conclusivas e servir como recomendações para um curso de ação final.

Por fim, quanto ao alcance, o presente estudo pode ser definido como correlacional, uma vez que seu objetivo consiste em explicar e quantificar a relação entre variáveis – neste caso, a transparência pública municipal e as variáveis políticas (participação eleitoral, competitividade política, composição legislativa, reeleição e gênero do prefeito) e socioeconômicas (nível de desemprego, investimento municipal anual per capita, dívida municipal anual per capita e tamanho da população). De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 103), o propósito dos estudos

correlacionais é avaliar o grau de associação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis, medindo cada uma delas, quantificando e analisando o vínculo supostamente existente. Os autores frisam a diferença entre esse tipo de estudo e a pesquisa descritiva, afirmando que enquanto esta última se preocupa em medir precisamente as variáveis individuais, o estudo correlacional busca avaliar, com maior exatidão possível o grau da relação entre variáveis, sendo possível realizar vários pares de avaliação no mesmo estudo.

Ainda, pode-se caracterizar este estudo como não experimental e transversal. Um estudo de corte transversal envolve a extração de dados de uma determinada amostra da população uma única vez (MALHOTRA, 2012). Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.170), eles têm o objetivo de “descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em um momento determinado”. No caso da presente pesquisa, este momento refere-se ao ano de 2016, período a que se referem todos os dados necessários ao seu desenvolvimento. Os dados utilizados nesse estudo são secundários, isto é, disponibilizados por fontes empresariais ou governamentais ou bases de dados computadorizados (MALHOTRA, 2012). O detalhamento desses dados e de suas fontes são apresentados na Seção 3.3.

### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Para a realização deste estudo, cujo universo amostral consiste em todos os municípios brasileiros, adotou-se uma técnica de amostragem probabilística aleatória estratificada para estimar a proporção. Esta técnica é a mesma utilizada pela pesquisa EBT (CGU, 2016) (descrita na Subseção 2.1.2), que formula um índice de transparência para parte dos municípios do país.

Nesse processo de amostragem o universo amostral é dividido em estratos, que são os 26 estados federativos do Brasil, excluindo-se o Distrito Federal. Brasília, devido a sua natureza híbrida – com competência legislativa de estado e de município – não realiza eleições municipais, não possuindo, dessa forma, todos os dados necessários a esta pesquisa.

Cada estrato é ainda subdividido em estratos populacionais, para então a amostra ser distribuída em cada um desses estratos menores de maneira proporcional. Seguindo instruções da CGU (2016), deve-se adotar um erro de 10% e

um nível de confiança de 90%, com seleção aleatória dos municípios. O cálculo utilizado pela EBT para calcular a amostra baseia-se na seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sum_{i=1}^L N_i^2 p_i (1 - p_i)}{N^2 \frac{D^2}{z_{\frac{\alpha}{2}}^2} + \sum_{i=1}^L N_i p_i (1 - p_i)}$$

A amostra obtida através da técnica de amostragem descrita foi composta por 1.134 municípios, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição amostral por estrato populacional

Estrato	População	Universo de Municípios	Amostra de Municípios
1	<= 5.000	1.237	211
2	5.000 - 10.000	1.209	234
3	10.000 - 20.000	1.364	298
4	20.000 - 50.000	1.101	252
5	50.000 - 100.000	350	75
6	100.000 - 500.000	268	57
7	> 500.000	41	7
Total		5.569*	1.134

Fonte: Adaptada de CGU, 2016.

\*Total de municípios brasileiros, sem contabilizar Brasília.

Dessa maneira, a distribuição da amostra, por estado e por região geográfica ocorreu conforme a Tabela 4. Um maior detalhamento da distribuição amostral pode ser visualizado também no Apêndice E deste estudo, em que se encontra a distribuição dos municípios da amostra por estrato populacional para cada unidade da federação.

Tabela 4 - Distribuição amostral por estado e região

Região	UF	Universo de Municípios	Amostra de Municípios
Centro-oeste	GO	246	53
Centro-oeste	MS	79	36
Centro-oeste	MT	141	46
Nordeste	AL	102	41
Nordeste	BA	417	58
Nordeste	CE	184	49
Nordeste	MA	217	51
Nordeste	PB	223	52
Nordeste	PE	185	49
Nordeste	PI	224	52
Nordeste	RN	167	48
Nordeste	SE	75	35
Norte	AC	22	17
Norte	AM	62	32
Norte	AP	16	13
Norte	PA	144	46
Norte	RO	52	29
Norte	RR	15	12
Norte	TO	139	45
Sudeste	ES	78	36
Sudeste	MG	853	62
Sudeste	RJ	92	39
Sudeste	SP	645	61
Sul	PR	399	58
Sul	RS	497	59
Sul	SC	295	55
Total		5.569*	1.134

Fonte: CGU, 2016.

\*Total de municípios brasileiros, sem contabilizar Brasília.

A seleção dos municípios ocorreu de maneira aleatória, por meio de sorteios realizados para cada estrato e seus respectivos subestratos, com o auxílio do *software Calc*. Foram selecionadas, aleatoriamente, sete capitais estaduais. Após o sorteio optou-se por incluir as demais capitais à amostra de maneira intencional. Desta forma, a amostra final da pesquisa foi composta por 1.153 municípios e a sua distribuição por estrato populacional passou a ser conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição amostral por estrato populacional após inclusão intencional das capitais estaduais

Estrato	População	Universo de Municípios	Amostra de Municípios
1	<= 5.000	1.237	211
2	5.000 - 10.000	1.209	234
3	10.000 - 20.000	1.364	298
4	20.000 - 50.000	1.101	252
5	50.000 - 100.000	350	75
6	100.000 - 500.000	268	60
7	> 500.000	41	24
Total		5.569*	1.153

Fonte: Adaptada de CGU, 2016.

\*Total de municípios brasileiros, sem contabilizar Brasília.

O Apêndice F apresenta a lista de todos os municípios que fizeram parte da amostra da pesquisa. Nele, estão elencadas também as capitais adicionadas intencionalmente a amostra.

### 3.3 COLETA DOS DADOS

Os dados necessários à realização da pesquisa são de origem secundária, coletados em bases de dados disponíveis na internet. Tais dados constituem a variável dependente e as variáveis independentes do estudo. O Quadro 4 apresenta os tipos de dados coletados, sua descrição, fonte, ano de referência, o tipo de variável que representam e as respectivas hipóteses, também apresentadas na Seção 2.3. Mais informações sobre o procedimento de coleta de cada tipo de dado são apresentadas no Apêndice G.

Quadro 4 - Detalhamento dos dados da pesquisa e hipóteses

Tipo de dado	Descrição	Ano de referência	Fonte	Tipo de variável	Hipótese
Transparência	Nota atribuída pelo Índice de transparência do Ministério Público Federal.	2016	Ministério Público Federal (MPF)	Dependente	-
Participação eleitoral	Percentual de eleitores que compareceu às urnas na última eleição municipal.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Independente	H1: A participação eleitoral dos municípios influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.
Competitividade política	Diferença entre o percentual de votos do primeiro e do segundo colocado, candidato a prefeito, na última eleição municipal.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)		H2: O grau de competitividade política dos municípios influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.
Composição legislativa	Percentual de vereadores do mesmo partido político do prefeito eleito ou de um dos partidos políticos que compuseram a coligação pela qual ele foi eleito.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)		H3: A composição legislativa municipal favorável ao prefeito influencia negativamente o índice de transparência pública municipal.
Reeleição	Condição de permanência do prefeito do mandato anterior.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)		H4: Municípios com prefeitos reeleitos são mais transparentes.
Gênero do prefeito	Gênero sexual do líder do executivo municipal.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)		H5: Municípios governados por mulheres são mais transparentes.
Nível de Desemprego	Percentual da população economicamente ativa que não se encontra em um emprego formal.	2016	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)		H6: O nível de desemprego municipal influencia negativamente o índice de transparência pública municipal.

Dívida municipal anual per capita	Valor da dívida total consolidada do município ao final do ano/exercício dividido pelo tamanho da população.	2016	Tesouro Nacional (SICONFI)		H7: O valor per capita da dívida anual do município influencia negativamente o índice de transparência pública municipal.
Investimento municipal anual per capita	Valor total de despesas de capital pagas do município no ano, dividido pelo tamanho da população.	2016	Tesouro Nacional (SICONFI)		H8: O valor per capita de investimento anual do município influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.
Tamanho da população	Estimativa populacional do município.	2016	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)		H9: O tamanho da população do município influencia positivamente o índice de transparência pública municipal.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O dado transparência, apresentado no Quadro 4, é atualmente disponibilizado por duas fontes brasileiras. Uma delas é a Escala Brasil Transparente (EBT) formulada pela Controladoria Geral da União (CGU), que atribui notas de transparência aos estados e a uma amostra de municípios brasileiros. A segunda base de dados sobre a transparência é o Ranking Nacional de Transparência (RNT), do Ministério Público Federal (MPF), que consiste em uma avaliação de todo o universo de municípios brasileiros, sendo por isso, escolhida nesta pesquisa.

Todos os dados utilizados na pesquisa referem-se ao ano de 2016. A ausência dos dados políticos nos anos seguintes, em virtude da realização das últimas eleições municipais em 2016, tornou necessária a delimitação deste ano como referência à todos os demais tipos de dados. Desta maneira há uma padronização dos dados e, conseqüentemente, uma maior validade dos resultados da pesquisa.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS E MODELOS ESTATÍSTICOS

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados tabulados em uma planilha do software *Calc* e, posteriormente, submetidos a análises estatísticas. O programa que forneceu suporte a tais análises foi o *software R 3.5.1*. Dentre os testes e técnicas utilizados estão a estatística descritiva, testes Anova, testes de Qui-quadrado, testes t para diferença de médias, teste de correlação de Pearson e Regressão de Poisson. Um maior detalhamento destas técnicas é apresentado no Quadro 5. Nele especifica-se também ao alcance de quais objetivos cada técnica foi útil.

Quadro 5 - Técnicas estatísticas empregadas para a análise dos dados

<b>Técnica</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Objetivo</b>
Estatística descritiva	Incluem frequência, média, mediana, desvio-padrão ( $\pm$ ) e valores mínimo e máximo para cada variável analisada.	Objetivo 1
Teste Anova	Testa a diferença média de uma variável entre três ou mais grupos (FIELD, 2009).	Objetivo 1
Teste Qui-quadrado	Testa o relacionamento entre duas variáveis categóricas (FIELD, 2009).	Objetivo 1
Teste t	Testa a diferença média de uma variável entre dois grupos (FIELD, 2009).	Objetivo 2 e 3
Correlação de Pearson	Coefficiente utilizado para medir o relacionamento entre variáveis (FIELD, 2009).	Objetivo 4
Regressão de Poisson	Modelo Linear Generalizado aplicado quando a variável dependente é discreta, com dados contáveis (números inteiros e não negativos) e quando a variável dependente segue uma distribuição Poisson, com média igual à variância (FÁVERO; BELFIORE, 2017).	Objetivo 5, 6 e Objetivo Geral

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para auxiliar na escolha das técnicas estatísticas mais adequadas aos dados deste estudo, realizou-se previamente o Teste de Kolmogorov-Smirnov (KS) para verificar a normalidade da distribuição dos dados. Assumindo as hipóteses  $H_0$ : “Os dados seguem uma distribuição normal” e  $H_1$ : “Os dados não seguem uma distribuição normal”, os resultados do teste indicaram a rejeição da hipótese nula. Assim, os dados coletados para este estudo não possuem uma distribuição normal, exigindo-se o uso de estatísticas não paramétricas para análise dos dados.

No entanto, apesar da não normalidade da distribuição dos dados, optou-se pela utilização de estatística paramétrica, com base no teorema do limite central e na teoria dos grandes números expostos por Brooks (2008). Segundo Field (2009), é fácil obter valores significativos de pequenos desvios de normalidade em grandes amostras. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, um resultado significativo nos testes de normalidade não necessariamente indica que o desvio de normalidade existente é suficiente para prejudicar os testes estatísticos aos quais os dados serão submetidos. Para que a normalidade tenha papel fundamental à confiabilidade dos resultados das análises estatísticas, a amostra deve ser pequena, com menos de 100 observações (GUJARATI; PORTER, 2011) ou menos de 200 observações (FIELD, 2009). Dessa maneira, a amostra deste estudo, composta de 1.153 elementos pode ser considerada grande, sendo possível o relaxamento do pressuposto da normalidade e a aplicação de estatísticas paramétricas.

Conforme o Quadro 5, os dados coletados a partir do objetivo 1 serão submetidos a análises descritivas. Serão realizados também testes ANOVA,

aplicáveis às variáveis quantitativas, e testes de Qui-quadrado, para as variáveis qualitativas, a fim de realizar a análise de cada variável do estudo por portes populacionais dos municípios. O teste ANOVA informa se três ou mais médias populacionais são iguais, assim, ela testa a hipótese ( $H_0$ ) de que as médias de todas as condições são iguais (FIELD, 2009).

O teste de Qui-quadrado baseia-se na ideia de comparar frequências observadas em certas categorias com as frequências esperadas para essas categorias (FIELD, 2009). Suas hipóteses consistem em “ $H_0$ : não existe associação entre as variáveis” (as variáveis são independentes) e “ $H_1$ : existe associação entre as variáveis” (as variáveis são dependentes). A aplicação do teste Qui-quadrado de Pearson requer o atendimento de alguns pressupostos básicos, tais como valores absolutos, frequências esperadas maiores que cinco, amostras não pareadas (independentes) e correção de continuidade ou correção de Yates em casos de tabelas de duas linhas e duas colunas (MALHOTRA, 2012).

Para atender aos objetivos 2 e 3 será utilizado o Teste t para amostras independentes, uma estatística paramétrica aplicada “quando existem duas condições experimentais e diferentes participantes foram designados para cada condição (isso às vezes é chamado de teste t de medidas independentes ou amostras independentes)” (FIELD, 2009, p. 270). Comparam-se, neste teste, duas médias de diferentes grupos, assumindo-se que “ $H_0$ : as médias dos grupos são iguais” e, conseqüentemente, “ $H_1$ : as médias dos grupos são diferentes”.

O Quadro 6 descreve quais serão esses grupos para as variáveis qualitativas analisadas neste estudo, e como eles serão definidos para as variáveis quantitativas.

Quadro 6 - Definição dos grupos de variáveis utilizados no Teste t

Objetivo específico	Tipo de variáveis	Natureza da variável	Variável	Descrição dos Grupos
2	Variáveis Políticas	Quantitativa	Participação eleitoral	Definida com base na mediana dos dados coletados. Grupo 1: grupo dos (50%) municípios de menor participação eleitoral; Grupo 2: grupo dos (50%) municípios de maior participação eleitoral.
		Quantitativa	Competitividade política	Definida com base na mediana dos dados coletados. Grupo 1: grupo dos (50%) municípios de menor competitividade política; Grupo 2: grupo dos (50%) municípios de maior competitividade política.
		Quantitativa	Composição legislativa	Definida com base na mediana dos dados coletados. Grupo 1: grupo dos (50%) municípios de menor composição legislativa; Grupo 2: grupo dos (50%) municípios de maior composição legislativa.
		Qualitativa	Reeleição	Grupo 1: Reeleito; Grupo 2: não reeleito.
		Qualitativa	Gênero do prefeito	Grupo 1: Feminino; Grupo 2: Masculino.
3	Variáveis Socioeconômicas	Quantitativa	Nível de desemprego	Definida com base na mediana dos dados coletados. Grupo 1: grupo dos (50%) municípios de menor nível de desemprego; Grupo 2: grupo dos (50%) municípios de maior nível de desemprego.
		Quantitativa	Dívida municipal anual	Definida com base na mediana dos dados coletados. Grupo 1: grupo dos (50%) municípios de menor dívida municipal anual; Grupo 2: grupo dos (50%) municípios de maior dívida municipal anual.
		Quantitativa	Investimento municipal anual	Definida com base na mediana dos dados coletados. Grupo 1: grupo dos (50%) municípios de menor investimento municipal anual; Grupo 2: grupo dos (50%) municípios de maior investimento municipal anual.
		Quantitativa	Tamanho da população	Definida com base na mediana dos dados coletados. Grupo 1: grupo dos (50%) municípios de menor população; Grupo 2: grupo dos (50%) municípios de maior população.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Afim de atender ao objetivos geral e aos objetivos específicos 4 e 5 foram utilizados testes de correlação e regressão. Utilizou-se o teste de correlação de Pearson, uma medida padronizada da força do relacionamento entre duas variáveis.

As hipóteses para o teste de correlação de Pearson são: “H0: Não existe correlação linear entre as variáveis” e “H1: Existe correlação linear entre as variáveis”.

O coeficiente de correlação de Pearson varia de -1 a +1, sendo que um coeficiente de +1 indica um relacionamento positivo perfeito e um coeficiente de -1 indica um relacionamento negativo perfeito (FIELD, 2009). Um coeficiente 0 indica a ausência de um relacionamento linear. De acordo com Field (2009, p. 129) “valores de  $\pm 0,1$  representam um efeito pequeno,  $\pm 0,3$  representa um efeito médio e  $\pm 0,5$ , um efeito grande”.

O teste de correlação de Pearson é adequado apenas às variáveis numéricas. Dessa forma não foi possível analisar o relacionamento da transparência com as variáveis qualitativas reeleição e gênero do prefeito.

Os testes de regressão foram utilizados para testar três diferentes modelos e as nove hipóteses propostas pelo estudo (Seção 2.3). O primeiro modelo visa verificar a influência das variáveis políticas no índice de transparência pública municipal, atendendo ao objetivo específico 4. Nele,  $\beta_0$  refere-se à constante de regressão e  $\beta_1$ ,  $\beta_2$ ,  $\beta_3$ ,  $\beta_4$  e  $\beta_5$  referem-se aos coeficientes de regressão (participação eleitoral, competitividade política, composição legislativa, reeleição e gênero do prefeito, respectivamente).

$$\text{Índice de Transparência}_{i1} = f(\beta_0 + \beta_1 \text{ Participação eleitoral}_i + \beta_2 \text{ Competitividade política}_i + \beta_3 \text{ Composição legislativa} + \beta_4 \text{ Reeleição}_i + \beta_5 \text{ Gênero}_i)$$

Para o cumprimento do objetivo específico 5 (Averiguar a influência dos índices socioeconômicos no índice de transparência pública municipal) foi testado o modelo  $i_2$ , em que  $\beta_0$  refere-se à constante de regressão e  $\beta_6$ ,  $\beta_7$ ,  $\beta_8$  e  $\beta_9$  referem-se aos coeficientes de regressão (nível de desemprego, dívida municipal anual per capita, investimento municipal anual per capita e tamanho da população, respectivamente):

$$\text{Índice de Transparência}_{i2} = f(\beta_0 + \beta_6 \text{ Desemprego}_i + \beta_7 \text{ Dívida}_i + \beta_8 \text{ Investimento}_i + \beta_9 \text{ População}_i)$$

Por fim, o terceiro modelo, que atende ao objetivo geral do estudo, é composto pela união dos dois primeiros, testando a influência de nove variáveis, políticas e socioeconômicas, no índice de transparência pública municipal:

$$\begin{aligned} \text{Índice de Transparência}_{i3} = & f(\beta_0 + \beta_1 \text{Participação eleitoral}_i + \beta_2 \\ & \text{Competitividade política}_i + \beta_3 \text{Composição do legislativo}_i + \beta_4 \text{Reeleição}_i + \beta_5 \\ & \text{Gênero}_i + \beta_6 \text{Desemprego}_i + \beta_7 \text{Dívida}_i + \beta_8 \text{Investimento}_i + \beta_9 \text{População}_i) \end{aligned}$$

Para realizar os testes dos modelos, verificando sua validade, utilizou-se a análise de regressão de Poisson. A regressão de Poisson é uma das técnicas dos Modelos Lineares Generalizados (MLG) ou *Generalized Linear Models (GLM)*, introduzidos em 1972 por Nelder e Wedderburn e cuja a distribuição da variável resposta não tem de ser normal, ao contrário do que preveem os modelos lineares, mais comumente utilizados para testar relações de influência entre variáveis (ALVARENGA, 2015). Os MLG são constituídos de modelos de regressão lineares e exponenciais não lineares, cuja variável dependente possui, por exemplo, distribuição normal, Bernoulli, binomial, Poisson ou Poisson-Gama (FÁVERO, 2015).

Para a correta aplicação do modelo de Poisson é necessário que: (1) os dados sejam valores absolutos e não negativos; (2) os dados possuam distribuição de Poisson, ou seja, os dados devem possuir igual dispersão, sendo sua média igual à variância (SCHMIDT, 2003; TADANO, 2007; FÁVERO, 2014; FÁVERO; BELFIORE, 2017). O primeiro pressuposto foi atendido a partir do arredondamento dos dados da variável dependente, a nota da transparência. Desta maneira, notas de 0 a 0,5 pontos, por exemplo, passaram a ser consideradas de 0 pontos; notas de 0,6 a 1,0 pontos foram classificadas como de 1,0 ponto; de 9,0 a 9,5 pontos, como 9,0 pontos e de 9,6 a 10,0, como de 10,0 pontos.

O segundo pressuposto, que exige que os dados possuam igual dispersão também foi atendido. Esse pressuposto foi verificado utilizando o teste de dispersão, cujos valores obtidos como resultados foram próximos de 1 (Tabela 21), demonstrando que a média é igual ou muito semelhante à variância (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Além dos pressupostos, é importante que algumas outras estatísticas sejam observadas ao estimar um modelo de Regressão de Poisson. Estas estatísticas são apresentadas ao final da Tabela 21. O  $R^2$  representa a porcentagem de variação na resposta que é explicada pelo modelo. Já no  $R^2$  ajustado essa porcentagem é ajustada para o número de preditores do modelo em relação ao número de observações. A função de verossimilhança (*Log Likelihood*), dada uma amostra e um conjunto de

distribuições indexadas por um parâmetro, associa a cada parâmetro a probabilidade de observar a amostra fornecida. Quanto maior o valor desta função, melhor é o ajuste do modelo. O *Akaike Inf. Crit. (AIC)*, ou Critério de Informação de Akaike, assim como a função de verossimilhança, também indica qual o modelo melhor ajustado, encontrando-se o menor AIC. Por fim, o Teste de Shapiro-Wilk tem como objetivo verificar a normalidade dos resíduos do modelo. Modelos com valores  $p$  acima de 0,05 ( $p > 0,05$ ) têm resíduos normais.

Ainda, para auxiliar na análise dos fatores significativamente influentes da transparência, por meio da regressão de Poisson, foram calculados os efeitos marginais de cada variável independente presente nos modelos (Tabela 21). Os efeitos marginais informam a variação média da variável dependente, para cada variação de 1% na variável independente correspondente. Dessa maneira, nesta pesquisa eles servirão para mostrar em quantos pontos, em média, o índice de transparência aumenta ou reduz a cada aumento de 1% nas variáveis independentes.

Optou-se pela aplicação da regressão de Poisson com valores agrupados. Desta forma, foram obtidos os valores médios para cada grupo das variáveis numéricas, considerando o valor da transparência arredondado. O tratamento dos dados ausentes, aqueles que não foi possível obter durante a coleta de dados, consistiu na exclusão do elemento amostral, neste caso o município, da amostra.

A Regressão de Poisson foi utilizada nesta pesquisa tendo em vista a aplicação dessa técnica em estudos anteriores que investigam os fatores determinantes da transparência (BERNARDO; REIS; SEDIYAMA, 2017; SILVA et al., 2019) com o argumento de que as variáveis dependentes eram constituídas de valores inteiros e com pouca variabilidade. Além disso, considerou-se, na escolha desta técnica, a não normalidade da distribuição dos dados da variável dependente, a transparência, característica que impede a aplicação das técnicas mais comuns de análise de modelos, tal como a de regressão linear (ALVARENGA, 2015).

## 4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são expostos os resultados obtidos por meio das análises estatísticas a que foram submetidos os dados previamente coletados. Os resultados são também discutidos, comparados e confrontados com a literatura já existente.

Na primeira seção realiza-se uma contextualização da transparência nos municípios brasileiros, utilizando-se estatística descritiva. A segunda seção, descreve cada variável independente utilizada no estudo, apresentando estatísticas descritivas de forma genérica e por grupos definidos por sete estratos populacionais. Ambas as seções referem-se, portanto, ao primeiro objetivo específico.

A terceira seção apresenta os resultados dos testes de diferença de médias, tornando possível o alcance do segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa. Já a quarta seção responde aos objetivos específicos 4, 5, 6 e, conseqüentemente, ao objetivo geral do estudo. Nela são apresentadas as análises de correlação e as análises de regressão, que buscam verificar e aferir as relações entre as variáveis, confirmando ou refutando as hipóteses da pesquisa.

### 4.1 UMA BREVE EXPLANAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

A transparência, variável dependente deste estudo, é representada pela nota da segunda avaliação do Ranking Nacional de Transparência (RNT) ocorrida em 2016 e cuja metodologia encontra-se detalhada na subseção 2.1.2 deste trabalho. As estatísticas descritivas demonstram que a transparência média dos municípios foi de 5,09 pontos ( $\pm 2,86$ ), conforme a Tabela 6. Esta nota é relativamente baixa, uma vez que compõe a sétima, dentre as onze categorias de classificação do RNT.

Tabela 6 - Estatísticas para a variável transparência

Estatísticas	Valores
Quantidade de válidos	1153
Média	5,0894
Mediana	5,3000
Moda	0,00
Modelo padrão	2,86311
Variância	8,197
Mínimo	0,00
Máximo	10,00

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Um total de 72 municípios brasileiros, presentes na amostra, apresentaram nota 0, segundo o RNT (MPF, 2016), e somente 26 atingiram a nota máxima, 10. A nota 0 é, portanto, a moda de transparência na amostra. A relação destes municípios pode ser encontrada no Apêndice F. A mediana indica que 50% dos municípios da amostra possuem nota de transparência superior/inferior a 5,30 pontos.

Ao realizar uma análise descritiva que categoriza os municípios da amostra pela característica de ser ou não uma capital estadual, nota-se, por meio da Tabela 7, um nível de transparência mais satisfatório nas capitais. As capitais têm uma nota média de 8,29 pontos e a nota com maior frequência observada dentre esses municípios é a nota 10. Três capitais obtiveram nota máxima na avaliação do RNT (Recife-PE, Curitiba-PR e Porto Alegre-RS) e nenhuma capital obteve nota zero no índice. Esse resultado, analisado conjuntamente à alta concentração demográfica nas capitais brasileiras indica que grande parte dos habitantes, possuem acesso à informação nas cidades em que residem. As 26 capitais concentram a maior parte da população residente nas cidades avaliadas (57,96%). Nos demais municípios que compõem a amostra a situação é inversa. Neles o índice de transparência é de apenas 5,30 pontos e 72 municípios (6,39%) foram avaliados com nota zero, indicando que à informação por transparência ainda é deficitária em muitas cidades do país que não se caracterizam como capitais.

Tabela 7 - Análise descritiva da variável transparência, categorizada por capitais e não capitais

Característica	Quantidade de municípios na amostra	% de notas 0	Moda das notas	Média das notas	População absoluta da amostra	% da população absoluta
Capital	26	0	10,00	8,29	46.107.667	57,96
Não capital	1127	6,39	0,00	5,30	33.438.355	42,04

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Observa-se, portanto, que a média geral da transparência dos municípios analisados é condizente com a média de todos os municípios do brasileiros (5,21) (MPF, 2016), mas é baixa (5,09), especialmente se comparada à média da transparência das capitais (8,29). Este fato evidencia uma provável dificuldade encontrada pelos cidadãos que residem nas cidades brasileiras que não sejam capitais, na busca por informações sobre a gestão pública.

## 4.2 CONHECENDO MELHOR A AMOSTRA

Os municípios selecionados na amostra tem em média 68.990 habitantes ( $\pm 451.030$ ). O menor município que compõe a amostra, Anhanguera (GO), possui 1.115 habitantes e o maior, São Paulo (SP), 12.038.175 habitantes. Dentre os municípios da amostra, 50% possuem até 13.204 habitantes. Esse resultado indica que os municípios participantes da amostra são, em sua maioria, municípios de pequeno porte, assim como a maioria do total dos municípios brasileiros, dos quais 50% possuem até 11.570 habitantes (IBGE, 2016).

Dentre os municípios com mais de 500.000 habitantes, nenhum obteve nota 0 para a transparência, diferente do que ocorre com os municípios menores (Tabela 8). A menor pontuação, dentre os municípios desse porte que integram a amostra, foi de 0,8 pontos, obtida pelo município de Jaboatão dos Guararapes (PE). Dentre os municípios com mais de 500.000 habitantes, a moda, isto é, a nota de transparência que mais se repete é 10, enquanto que dentre os pequenos municípios, com população inferior a 50.001 habitantes, predomina (moda) a nota 0. Esses resultados condizem com as estatísticas da transparência nas capitais (Tabela 7), que concentram grandes contingentes populacionais, abrigando, em sua maioria, mais de 500.000 habitantes.

Tabela 8 - Estatísticas descritivas da variável transparência por estrato populacional

Estrato populacional	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Até 5.000 habitantes	5,48	6,00	0,00	2,69	0,00	10,00
De 5.001 a 10.000 habitantes	4,54	4,40	0,00	2,85	0,00	10,00
De 10.001 a 20.000 habitantes	4,89	5,10	0,00	2,91	0,00	10,00
De 20.001 a 50.000 habitantes	4,79	4,90	0,00	2,90	0,00	10,00
De 50.001 a 100.000 habitantes	5,28	5,40	4,30 <sup>a</sup>	2,37	0,00	10,00
De 100.001 a 500.000 habitantes	6,72	7,00	9,00	2,47	0,00	10,00
Acima de 500.000 habitantes	8,03	9,00	10,0	2,36	0,80	10,00
Total/Todos os municípios	5,09	5,35	0,00	2,86	0,00	10,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

<sup>a</sup> Há várias modas. O menor valor é mostrado.

Também é dos municípios acima de 500.000 habitantes a maior média de transparência ( $\bar{x} = 8,03 \pm 2,36$ ). Percebe-se que a média de transparência tende a subir a medida que aumenta o número de habitantes dos municípios. Isso indica que a nota de transparência municipal pode estar positivamente relacionada à população dos municípios. Em outras palavras, municípios maiores tendem a ser mais

transparentes, o que foi comprovado pela realização do teste ANOVA que demonstrou que as médias dos grupos são significativamente diferentes ( $p \leq 0,01$ ). Em outras palavras, as médias de transparência são diferentes para os grupos de municípios, classificados de acordo com seu tamanho populacional.

Somente os municípios com menos de 5.000 habitantes parecem não seguir esta tendência. Uma possível explicação para isso está na maior disponibilidade de recursos dos pequenos municípios, em razão das falhas do sistema de distribuição de impostos aos municípios. De acordo com Söthe, Kegel e Visentini (2018), há, historicamente, um problema de desarmonização entre a contribuição de cada território no total de tributos arrecadado, a distribuição tributária e a responsabilidade pelas políticas públicas. Os principais mecanismos de redistribuição de recursos – a exemplo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – utilizam, dentre outros critérios, o populacional, dividindo os municípios em categorias populacionais para atribuir-lhes coeficientes de distribuição. Dessa maneira, conforme constatado por Söthe (2017), pequenos municípios, em sua maioria, recebem valores muito superiores aos de sua contribuição. Por outro lado, os grandes municípios recebem recursos abaixo dos valores que contribuem. O valor per capita de recursos recebidos pela redistribuição das receitas de impostos é, portanto, expressivamente maior em municípios de pequeno porte. A maior disponibilidade desses recursos, conseqüentemente, possibilita a esses pequenos municípios maiores investimentos em políticas públicas, dentre elas a de transparência, podendo propiciar melhores condições de vida à população e o desenvolvimento local.

As vantagens que possuem na distribuição de impostos em relação aos grandes municípios combinada à maior cobrança dos cidadãos pela divulgação de informações – comum onde a proximidade entre os cidadãos e o governo é maior e mais facilitada – podem ser uma causa dos maiores níveis de transparência nos pequenos municípios.

O desemprego é alto dentre os municípios da amostra. Eles possuem, em média, 86,36% ( $\pm 11,25$ ) de sua população desempregada (Tabela 9). Deve-se considerar, no entanto, que a taxa de desemprego, mensurada pelo IBGE limita-se a contagem de ocupantes de empregos formais e urbanos, desconsiderando os trabalhadores do mercado informal e produtores rurais. Estes últimos não possuem profissão formalizada através de um vínculo empregatício, segundo as normas da legislação trabalhista, mas atuam de maneira autônoma, com o uso de um bloco de

produtor rural para registrar suas operações de venda de produtos. O bloco comumente é utilizado por somente um indivíduo, nas famílias que residem e trabalham em áreas rurais, sendo os demais integrantes contabilizados pelas estatísticas como desempregados, mesmo exercendo atividade na propriedade (FENNER et al., 2019).

Tabela 9 - Estatísticas descritivas da variável nível de desemprego por estrato populacional

Estrato populacional	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Até 5.000 habitantes	87,14	88,70	92,30 <sup>a</sup>	8,05	25,10	97,70
De 5.001 a 10.000 habitantes	88,87	91,70	92,30 <sup>a</sup>	8,23	50,40	99,60
De 10.001 a 20.000 habitantes	89,19	92,35	94,50 <sup>a</sup>	8,61	36,30	99,30
De 20.001 a 50.000 habitantes	86,45	90,40	92,50 <sup>a</sup>	11,73	6,90	99,60
De 50.001 a 100.000 habitantes	81,74	83,60	77,50 <sup>a</sup>	12,79	17,40	96,80
De 100.001 a 500.000 habitantes	73,70	76,20	68,80 <sup>a</sup>	17,91	0,00	95,70
Acima de 500.000 habitantes	64,68	65,50	46,90	11,21	44,60	86,00
Total/Todos os municípios	86,36	89,90	94,50	11,25	0,00	99,60

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

<sup>a</sup> Há várias modas. O menor valor é mostrado.

Essa realidade da informalidade trabalhista está ainda mais presente nos pequenos municípios. Conforme a Tabela 9, há uma tendência de que municípios maiores tenham, em média, menores taxas de desemprego. Os resultados do teste ANOVA (Apêndice H) revelam que as taxas de desemprego são significativamente diferentes entre municípios de diferentes faixas populacionais ( $p \leq 0,01$ ).

A menor taxa média é encontrada nos municípios com mais de 500.000 habitantes ( $\bar{x} = 64,68 \pm 11,21$ ) e a maior, em municípios que possuem de 10.001 a 20.000 habitantes ( $\bar{x} = 89,19 \pm 8,61$ ). Nesses primeiros, a maior taxa de desemprego observada é de 86% (Nova Iguaçu - RJ). Já nos municípios de 10.001 a 20.000 habitantes, pode chegar a 97,7% (Pracuúba - AP). No entanto, alguns pequenos municípios também apresentam níveis de desemprego mais baixos que em municípios muito populosos, como é o caso de Gavião Peixoto (SP), com uma taxa de 25,1%. Nos municípios com população acima de 500.000 habitantes, a taxa mínima verificada é de 44,6%, em Porto Alegre (RS).

Ainda, há um município com população de 100.001 habitantes a 500.000 que desperta atenção quanto ao desemprego. Barueri (SP) possui uma taxa de desemprego de 0%, segundo as estatísticas do IBGE, sendo portanto, a menor taxa dentre os municípios que compõem a amostra. Araruna, na Paraíba, com população na faixa de 20.001 a 50.000 habitantes, também apresenta uma baixa taxa de

desemprego (6,9%). Já a maior taxa (99,6%) dentre os 1.154 municípios da amostra, está em dois municípios maranhenses: Alto Alegre do Pindaré e em São Roberto. Esses municípios possuem uma economia majoritariamente rural. A ausência de empresas comerciais e industriais desenvolvidas justifica os altos índices de desemprego. Em municípios com essas características, o percentual de pessoas empregadas, contabilizadas pelas estatísticas do IBGE, se resume ao quadro de servidores públicos.

Municípios menores também parecem investir mais, considerando o valor per capita de investimento anual. Observa-se, na Tabela 10, que os valores médios de investimento anual per capita são maiores nos pequenos municípios. Os menores valores encontram-se nos municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes (R\$ 129,46) e entre 20.000 e 50.000 habitantes (R\$ 139,19). A desigualdade de valores investidos entre grandes e pequenos municípios é estatisticamente significativa, conforme os resultados do teste ANOVA (Apêndice H). A diferença da média desses valores entre os grupos é comprovada a um nível de 1% de significância ( $p \leq 0,01$ ). Municípios maiores requerem investimentos mais altos a fim de atender às necessidades de todos os seus cidadãos, em especial nas áreas de habitação e urbanismo, educação, saúde e segurança (SAKURAI, 2009). No entanto, são os municípios de pequeno porte que mais investem, se considerada a proporção entre o valor investido e o número de habitantes. Isso ocorre devido aos problemas na distribuição de impostos aos municípios que, baseada no porte populacional, propicia aos pequenos municípios o recebimento de recursos extremamente altos se comparados à receita neles gerada e prejudica os municípios mais populosos, cujos valores não alcançam a contribuição por eles produzida (SÖTHE; KEGEL; VISENTINI, 2018). Dessa maneira, o valor per capita recebido pelos pequenos municípios é maior, permitindo a realização de investimentos mais altos.

Tabela 10 - Estatísticas descritivas da variável investimento municipal anual per capita por estrato populacional

Estrato populacional	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Até 5.000 habitantes <sup>1</sup>	300,07	245,26	0,00	245,25	0,00	1.537,86
De 5.001 a 10.000 habitantes <sup>2</sup>	194,89	143,52	0,00 <sup>a</sup>	192,46	0,00	1.635,62
De 10.001 a 20.000 habitantes <sup>3</sup>	163,04	121,09	0,00	131,11	0,00	818,35
De 20.001 a 50.000 habitantes <sup>4</sup>	139,19	102,94	3,60 <sup>a</sup>	135,77	3,60	956,78
De 50.001 a 100.000 habitantes <sup>5</sup>	129,46	83,13	0,05 <sup>a</sup>	111,57	0,05	475,02
De 100.001 a 500.000 habitantes <sup>6</sup>	147,43	121,63	5,30 <sup>a</sup>	144,16	5,30	698,21
Acima de 500.000 habitantes	138,33	85,56	34,42 <sup>a</sup>	116,93	34,42	525,59
Total/Todos os municípios	186,22	135,18	0,00	180,17	0,00	1.635,62

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

<sup>a</sup> Há várias modas. O menor valor é mostrado.

<sup>1</sup> Valores ausentes: 4; <sup>2</sup> Valores ausentes: 10; <sup>3</sup> Valores ausentes: 8; <sup>4</sup> Valores ausentes: 13; <sup>5</sup> Valores ausentes: 2; <sup>6</sup> Valores ausentes: 1.

O maior valor investido, dentre todos os municípios equivaleu a R\$ 1.635,62 per capita, executado em Caroebe (RR), município com população entre 5.001 e 10.000 habitantes. A média geral de investimentos foi de R\$ 186,22 per capita ( $\pm$  180,17).

Também existem, na amostra, municípios que não realizaram nenhum investimento em 2016 (Itaubal - AP; Mazagão - AP; Hidrolina - GO; Cajari - MA; Sampaio - TO), ano a que se referem os dados. Esses municípios integram as três primeiras faixas populacionais, compostas de municípios com até 20.000 habitantes. Essa informação evidencia uma situação preocupante nos pequenos municípios.

Assim como alguns municípios não realizaram investimentos em 2016, 155 municípios também não apresentaram dívidas ao final desse período, sendo portanto R\$ 0,00 o valor de sua dívida per capita anual. Estes municípios pertencem às faixas populacionais até 500.000 habitantes. Dentre os municípios com número de habitantes superior a 500.000, a menor dívida per capita equivale a R\$ 132,98 de Jaboatão dos Guararapes (PE), conforme a Tabela 11. Por outro lado, o município que mais possuía dívidas, desse mesmo estrato populacional, foi São Paulo (R\$ 3.925,52 per capita), que também representou o maior valor em dívida dentre todos os municípios da amostra.

Tabela 11 - Estatísticas descritivas da variável dívida municipal anual per capita por estrato populacional

Estrato populacional	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Até 5.000 habitantes <sup>1</sup>	305,41	134,91	0,00	493,46	0,00	2.890,63
De 5.001 a 10.000 habitantes <sup>2</sup>	332,35	94,25	0,00	704,74	0,00	6.280,42
De 10.001 a 20.000 habitantes <sup>3</sup>	415,97	148,28	0,00	961,42	0,00	12.551,65
De 20.001 a 50.000 habitantes <sup>4</sup>	375,53	148,56	0,00	567,25	0,00	3.944,00
De 50.001 a 100.000 habitantes <sup>5</sup>	355,68	270,22	0,00	364,83	0,00	2.065,63
De 100.001 a 500.000 habitantes <sup>6</sup>	501,03	437,43	0,00 <sup>a</sup>	400,59	0,00	1.701,35
Acima de 500.000 habitantes	887,77	529,58	132,28 <sup>a</sup>	909,20	132,28	3.925,52
Total/Todos os municípios	384,08	176,59	0,00	701,60	0,00	12.551,65

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

<sup>a</sup> Há várias modas. O menor valor é mostrado.

<sup>1</sup> Valores ausentes: 39; <sup>2</sup> Valores ausentes: 69; <sup>3</sup> Valores ausentes: 59; <sup>4</sup> Valores ausentes: 49; <sup>5</sup> Valores ausentes: 9; <sup>6</sup> Valores ausentes: 8.

Ainda, conforme a Tabela 11, o valor médio de dívidas foi de R\$ 384,08 per capita ( $\pm 701,60$ ). Os municípios que apresentam as maiores dívidas são aqueles cuja população é superior a 500.000 habitantes. Tais municípios possuíam dívidas per capita de, em média, R\$ 887,77 ( $\pm 909,20$ ). Nota-se, também, que o valor da dívida aumenta conforme aumenta a faixa populacional dos municípios, isto é, quanto mais populoso for o município, maior tende a ser sua dívida. A disparidade entre os valores devidos pelos municípios de diferentes portes, é confirmada pelo teste ANOVA (Apêndice H). A diferença entre os grupos é significativa ( $p \leq 0,01$ ).

A relação entre dívidas altas e municípios populosos está também relacionada ao investimento municipal. Municípios com altos números de habitantes necessitam de maiores investimentos, muitas vezes realizados por meio de aquisição de financiamentos e empréstimos públicos. A dívida pública “resulta de despesas superiores às receitas do ente público, possível apenas em face da concessão de crédito por terceiro de forma voluntária ou não” (MACEDO; CORBARI, 2009, p. 46).

O endividamento dos municípios brasileiros acentua-se em situações de crise econômica. Apesar de existir uma variação considerável nas finanças dos governos estaduais e municipais, o cenário global é de queda das receitas – devido a redução das atividades econômicas – e de alto comprometimento dos orçamentos com folhas de pessoal e pagamentos de encargos financeiros, entre eles, a dívida com a própria União (SENADO FEDERAL, 2019).

As estatísticas descritivas referentes à participação eleitoral dos municípios (Tabela 12), revelam que, em média, 78,86% ( $\pm 9,92$ ) dos eleitores compareceram às

urnas para o exercício do voto, em 2016, nas eleições municipais. Deve-se ressaltar, no entanto, que esta variável é calculada com base somente nos votos válidos.

Tabela 12 - Estatísticas descritivas da variável participação eleitoral por estrato populacional

Estrato populacional	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Até 5.000 habitantes	86,06	88,04	88,90	8,49	29,03	96,40
De 5.001 a 10.000 habitantes	82,17	83,05	77,14 <sup>a</sup>	7,98	34,62	95,97
De 10.001 a 20.000 habitantes	77,54	78,59	83,24	9,70	31,72	92,26
De 20.001 a 50.000 habitantes	75,59	76,93	72,35 <sup>a</sup>	8,71	16,65	90,24
De 50.001 a 100.000 habitantes	72,94	74,94	35,75 <sup>a</sup>	9,04	35,75	84,50
De 100.001 a 500.000 habitantes	71,97	72,70	44,21 <sup>a</sup>	9,31	44,21	87,03
Acima de 500.000 habitantes	69,24	68,41	58,47 <sup>a</sup>	6,64	58,47	82,69
Total/Todos os municípios	78,86	80,03	75,65 <sup>a</sup>	9,92	16,65	96,40

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

<sup>a</sup> Há várias modas. O menor valor é mostrado.

O município com maior participação eleitoral foi Presidente Castello Branco (SC), onde 96,40% dos eleitores votaram. Já Fundão (ES), município com menos de 5.000 habitantes, apresentou a participação eleitoral mais baixa, de 16,65%, situação verificada devido ao indeferimento do candidato classificado em primeiro lugar, cujos votos passaram a ser contabilizados como nulos, e não mais válidos, pelo site do TSE.

Verifica-se, observando a Tabela 12, que municípios menores tendem a ter níveis de participação eleitoral mais altos. Enquanto municípios com menos de 5.000 habitantes alcançam, em média, 86,06% ( $\pm 8,49$ ), municípios de grande porte, com população superior a 500.000 pessoas tiveram, em média, a participação de 69,24% ( $\pm 6,64$ ) dos seus eleitores. Esta diferença da média do percentual de participação eleitoral entre pequenos e grandes municípios é confirmada através dos resultados do teste ANOVA (Apêndice H), que demonstram que a diferença dos valores da dívida, entre os grupos, é significativa ( $p \leq 0,01$ ).

As baixas taxas de participação e os grandes níveis de abstenções, votos nulos e brancos nas eleições municipais maiores podem estar atreladas a realização do segundo turno. Dentre as 26 capitais, que estão entre os maiores municípios do país, somente oito elegeram seus representantes no primeiro turno das eleições. Muitos munícipes, cujos candidatos não chegam ao segundo turno tendem a votar em branco ou anular o voto. Aqueles que tiveram de se deslocar para votar, por possuírem domicílio eleitoral em município distinto de seu domicílio civil, por vezes optam por justificar o voto no segundo turno em virtude de dificuldades de locomoção.

Já nos municípios menores, os baixos percentuais são, em alguns casos, reflexo das candidaturas únicas – situação em que há somente um candidato para o cargo de prefeito e um para o de vice-prefeito nas eleições municipais. Nesses casos, a incerteza eleitoral, princípio fundamental às eleições democráticas, é violada, uma vez que a aplicação das regras eleitorais brasileiras – que prevem que em municípios com menos de 200 mil habitantes é considerado vencedor o candidato a prefeito que obtiver o maior número de votos válidos ou nominais, não sendo contabilizados os votos brancos e nulos para efeito de percentual de votos do candidato - produz a certeza de que o candidato será eleito com 100% dos votos válidos (REBELLO; DAMIAN; MARTINS, 2015). A certeza da vitória do candidato e a ausência de competição política conduz ao crescimento exponencial dos votos brancos e nulos (DAMIAN, 2012). Sendo a participação eleitoral calculada com base nos votos válidos, para fins deste estudo, o aumento de votos brancos e nulos contribui para a sua redução. Nas eleições municipais de 2016, ano a que se referem os dados utilizados nesta investigação, quatro dentre os municípios da amostra elegeram seus prefeitos nestas circunstâncias. Três desses municípios possuíam população inferior a 10.000 habitantes. Em todo o país, 97 municípios tiveram somente uma candidatura registrada. Destes, somente dois não são municípios de pequeno porte, sendo categorizados como médios.

Outra situação que reduz a participação eleitoral, da maneira como é calculada para este estudo, é o indeferimento de candidaturas após o pleito eleitoral, que ocorre nos casos de ingresso de recurso, por parte dos candidatos. Havendo o indeferimento após a realização das eleições, os votos recebidos pelo candidato indeferido são anulados pela Justiça Eleitoral (TSE, 2016b). Dessa maneira, o percentual de participação é obtido com base somente nos votos dos candidatos deferidos, prejudicando a correta aferição da variável.

A competitividade política, isto é, a diferença entre os percentuais de votos do primeiro e segundo colocados para o cargo de prefeito, é apresentada na Tabela 13. Considera-se que, quanto menor a diferença percentual entre o primeiro e segundo colocados, mais alta é a competitividade política nas eleições. Verifica-se que a competitividade média, dentre todos os municípios da amostra foi de 14,85% ( $\pm 15,28$ ).

Tabela 13 - Estatísticas descritivas da variável competitividade política por estrato populacional

Estrato populacional	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Até 5.000 habitantes	12,93	8,82	0,00	12,88	0,00	68,04
De 5.001 a 10.000 habitantes	13,88	9,96	0,00	14,46	0,00	90,66
De 10.001 a 20.000 habitantes	13,85	9,30	0,00	15,64	0,00	96,30
De 20.001 a 50.000 habitantes	15,06	11,56	0,00 <sup>a</sup>	13,80	0,00	89,50
De 50.001 a 100.000 habitantes	18,21	10,06	0,00 <sup>a</sup>	17,79	0,00	67,00
De 100.001 a 500.000 habitantes	22,66	16,20	0,24 <sup>a</sup>	22,04	0,24	93,39
Acima de 500.000 habitantes	21,62	18,13	4,22 <sup>a</sup>	16,92	4,22	67,00
Total/Todos os municípios	14,85	10,10	0,00	15,28	0,00	96,30

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

<sup>a</sup> Há várias modas. O menor valor é mostrado.

Dividindo-se os municípios em estratos populacionais, nota-se, por meio das médias, que a competitividade parece reduzir à medida que aumentam-se os portes dos municípios. O teste ANOVA confirma a diferença entre as médias dos grupos ( $p \leq 0,01$ ). Aparentemente há maior competitividade nas eleições dos municípios menos populosos. Esse fato contraria os achados de Santos (2013), que por meio de regressão logística e analisando todos os municípios brasileiros, verificou que os graus de competitividade crescem a medida que aumenta o porte populacional dos municípios.

O município com menor grau de competitividade política pertence ao estrato populacional de 10.001 a 20.000 habitantes: Carmópolis, no Sergipe, obteve 96,30% de diferença entre o número de votos válidos do primeiro colocado e do segundo colocado. Já a maior taxa de competitividade, de 0,02%, é de Aral Moreira, no Mato Grosso do Sul.

Destaca-se, na amostra, um grande número de municípios com competitividade nula (Tabela 13). É o caso dos municípios em que houveram candidaturas únicas ou em que um ou mais candidatos tiveram suas candidaturas indeferidas após a realização das eleições municipais de 2016. Quando ocorrida a segunda situação a competitividade passa a ser nula nos casos em que resta apenas uma candidatura deferida. Dos 18 municípios em que isso ocorreu, cinco possuem até 5.000 habitantes (Arenápolis - GO; Torixoréu - MT; Farol - PR; São José do Seridó - RN; Turmalina - SP); quatro têm de 5.001 a 10.000 habitantes (Antônio Olinto - PR; Encanto - RN; Quintana - SP; Itacajá - TO); sete têm população de 10.001 até 20.000 habitantes (Marcionílio Souza - BA; Salitre - CE; Carlinda - MT; Rio Maria - PA; Xexéu - PE; Santa Filomena - PE; Cerejeiras - RO); um possui de 20.001 a 50.000 habitantes (Mirassol d'Oeste - MT) e um município têm de 50.001 a 100.000 habitantes (Ipojuca - PE).

Nota-se, ainda, que em municípios com população superior a 100.000 habitantes, não houveram candidaturas únicas nem situações de deferimento de somente um candidato após o pleito.

Referente à variável composição legislativa, dentre todos os municípios da amostra, 637 (55,2%) tem a câmara de vereadores favorável ao prefeito, isto é, a maioria dos vereadores são filiados ao mesmo partido do prefeito ou a um dos partidos que compuseram a coligação pela qual este foi eleito. Alguns municípios, pertencentes às quatro primeiras faixas populacionais, cuja população não ultrapassa os 50.000 habitantes, e à categoria de municípios que possuem de 100.001 a 500.000 habitantes tem suas câmaras compostas somente por vereadores do mesmo partido político do prefeito ou de sua coligação (Tabela 14). Este foi o caso de Cacimbinhas – AL, Paripueira – AL, Satuba- AL, Piquet Carneiro – CE, Alto Paraíso de Goiás – GO, Maranhãozinho – MA, Dois Irmãos do Buriti – MS, Água Boa – MT, Nova Mutum – MT, Mãe d'Água – PB, São João da Varjota – PI, Quarto Centenário – PR, Carambei – PR, São Francisco do Guaporé – RO, Barra do Quaraí – RS, Planalto Alegre – SC, Ipumirim – SC e Balbinos – SP. Outros municípios, das mesmas faixas populacionais, apresentam a situação inversa. Em Tanque d'Arca – AL, Uarini – AM, Varjão – GO, Castanhal – PA, Olinda – PE, Volta Redonda – RJ, Mesquita – RJ, Pureza – RN e em Itaí – SP nenhum dos vereadores eleitos em 2016 pertencia ao mesmo partido político do prefeito ou à sua coligação.

Tabela 14 - Estatísticas descritivas da variável composição legislativa por estrato populacional

Estrato populacional	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Até 5.000 habitantes	56,40	55,55	55,55	15,95	0,00	100,00
De 5.001 a 10.000 habitantes	53,18	55,55	55,55	16,93	0,00	100,00
De 10.001 a 20.000 habitantes	53,50	55,55	44,44 <sup>a</sup>	17,90	0,00	100,00
De 20.001 a 50.000 habitantes	49,56	46,15	45,45	17,98	0,00	100,00
De 50.001 a 100.000 habitantes	48,05	46,15	40,00	21,92	0,87	93,33
De 100.001 a 500.000 habitantes	45,59	46,15	0,00 <sup>a</sup>	23,10	0,00	100,00
Acima de 500.000 habitantes	36,27	34,31	33,33 <sup>a</sup>	19,44	7,84	79,31
Total/Todos os municípios	51,98	54,54	55,56	18,35	0,00	100,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nota: A média, a mediana e a moda são referentes ao percentual de composição do legislativo.

<sup>a</sup> Há várias modas. O menor valor é mostrado.

Em média, 51,98% dos vereadores dos municípios brasileiros são filiados ao mesmo partido político do prefeito ou a uma das siglas partidárias que compuseram a coligação que o elegeu.

O percentual de municípios em que a câmara é favorável ao executivo é maior entre os municípios menores, como se pode observar na Tabela 14. O teste ANOVA, confirma essa constatação, demonstrando a existência de uma diferença significativa entre as médias de vereadores favoráveis ao poder executivo, em municípios de diferentes portes populacionais. A diferença entre as médias de composição do legislativo é significativa a um nível de 1% ( $p \leq 0,01$ ) (Apêndice H).

Já a reeleição parece ser mais comum nos municípios maiores. Dentre os municípios com mais de 500.000 habitantes, 41,7% elegeram seus prefeitos ou prefeitas para um segundo mandato consecutivo. Esta informação pode ser observada na Tabela 15. Os pequenos municípios, no entanto, possuem 29,4% de seus prefeitos reeleitos, representando a segunda faixa populacional em que mais ocorreu a reeleição nas eleições de 2016. Ainda, municípios que possuem de 100.001 a 500.000 habitantes apresentam também um alto percentual de prefeitos reeleitos (27,1%). Considerando-se todos os municípios da amostra, somente 264 (22,9%) tiveram seus prefeitos reeleitos.

Tabela 15 - Estatísticas descritivas da variável reeleição por estrato populacional

Estrato populacional	Frequências		Total
	Não reeleitos (1)	Reeleitos (0)	
Até 5.000 habitantes	149 (70,6%)	62 (29,4%)	211
De 5.001 a 10.000 habitantes	198 (84,6%)	36 (15,4%)	234
De 10.001 a 20.000 habitantes	222 (74,5%)	76 (25,5%)	298
De 20.001 a 50.000 habitantes	204 (81%)	48 (19%)	252
De 50.001 a 100.000 habitantes	59 (78,7%)	16 (21,3%)	75
De 100.001 a 500.000 habitantes	43 (72,9%)	16 (27,1%)	59
Acima de 500.000 habitantes	14 (58,3%)	10 (41,7%)	24
Total/Todos os municípios	889 (77,1%)	264 (22,9%)	1153

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A associação entre a reeleição do prefeito e o porte populacional do município é confirmada por meio do teste Qui-quadrado para independência. O resultado do teste, que pode ser observado no Apêndice H, aponta para a rejeição da hipótese nula, indicando que a reeleição depende do porte populacional do município ( $p \leq 0,01$ ), ou seja, há uma tendência maior de municípios maiores reelegerem seus prefeitos em relação aos pequenos municípios.

Os homens são maioria no cargo máximo dos municípios. Conforme a Tabela 16, 1.017 (88,2%) municípios da amostra são comandados por prefeitos homens e somente 136 (11,8%) tem uma mulher na chefia do poder executivo. Este resultado

condiz com a realidade política do Brasil, em que apenas 11,57% mulheres se elegeram prefeitas nas eleições de 2016 (TSE, 2016a). Segundo o IBGE (2018), em 2017, ano em que os novos prefeitos tomaram posse, as mulheres representavam 11,9% dos prefeitos brasileiros e nas eleições de 2016, representavam apenas 32,57% dos candidatos às prefeituras.

Tabela 16 - Estatísticas descritivas da variável gênero do prefeito por estrato populacional

Estrato populacional	Frequências		Total
	Homens (1)	Mulheres (0)	
Até 5.000 habitantes	171 (81%)	40 (19%)	211
De 5.001 a 10.000 habitantes	215 (91,9%)	19 (8,1%)	234
De 10.001 a 20.000 habitantes	259 (86,9%)	39 (13,1%)	298
De 20.001 a 50.000 habitantes	227 (90,1%)	25 (9,9%)	252
De 50.001 a 100.000 habitantes	64 (85,3%)	11 (14,7%)	75
De 100.001 a 500.000 habitantes	58 (98,3%)	1 (1,7%)	59
Acima de 500.000 habitantes	23 (95,8%)	1 (4,2%)	24
Total/Todos os municípios	1017 (88,2%)	136 (11,8%)	1153

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Tratando-se a amostra por porte populacional, os maiores percentuais estão nos municípios com menos de 5.000 habitantes, de 50.001 a 100.000 habitantes e de 10.001 a 20.000 habitantes, onde as prefeitas mulheres representam, respectivamente, 19%, 14,7% e 13,1% do total dos municípios de cada faixa populacional que compõe a amostra. Uma pesquisa intitulada "Perfil das prefeitas no Brasil - mandato 2017-2020" e realizada pelo Instituto Alziras demonstrou que as mulheres gestoras de cidades são poucas e estão à frente das municípios pequenos e que enfrentam a escassez de recursos (INSTITUTO ALZIRAS, 2019).

A fim de verificar a existência de uma associação entre o gênero do prefeito e o tamanho dos municípios, apresentam-se, no Apêndice H, os resultados do teste de Qui-quadrado. O teste demonstra que o gênero do prefeito depende do tamanho do município ( $p \leq 0,01$ ).

Percebe-se, a partir das análises apresentadas, que o porte populacional dos municípios afeta a todas as variáveis do estudo, rejeitando-se  $H_0$ , pelo teste ANOVA, ao nível de 1% de significância ( $p < 0,01$ ), o que indica que as médias de todos os estratos populacionais testados diferem entre si. Já para o teste Qui-Quadrado, verifica-se que as duas variáveis qualitativas do estudo estão associadas ao porte populacional do município, uma vez que, rejeita-se  $H_0$  ao nível de 1% de significância ( $p \leq 0,01$ ), e conclui-se que reeleição e gênero do prefeito dependem do porte

populacional dos municípios. No Quadro 7 são expostos, de maneira sintetizada, os resultados dos testes que comprovam esta afirmação.

**Quadro 7 - Resultados dos testes estatísticos das análises descritivas**

<b>Variável</b>	<b>Teste</b>	<b>Resultado</b>
Transparência	ANOVA	A nota da transparência é diferente para os diversos estratos populacionais de municípios, sendo os municípios de maior porte mais transparentes do que os de menor porte.
Nível de desemprego	ANOVA	O nível de desemprego é diferente para os diversos estratos populacionais de municípios, tendo os municípios de menor porte um maior nível de desemprego do que os de maior porte.
Investimento municipal anual per capita	ANOVA	O investimento municipal anual é diferente para os diversos estratos populacionais de municípios, tendo os municípios de menor porte maiores investimentos per capita do que os de maior porte.
Dívida municipal anual per capita	ANOVA	A dívida municipal anual é diferente para os diversos estratos populacionais de municípios, tendo os municípios de maior porte maiores dívidas per capita do que os de menor porte.
Participação eleitoral	ANOVA	A participação eleitoral é diferente para os diversos estratos populacionais de municípios, tendo os municípios de menor porte maior participação eleitoral do que os de maior porte.
Competitividade política	ANOVA	A competitividade política é diferente para os diversos estratos populacionais de municípios, tendo os municípios de menor porte maior competitividade política do que os de maior porte.
Composição legislativa	ANOVA	A composição legislativa é diferente para os diversos estratos populacionais de municípios, tendo os municípios de menor porte maiores percentuais de vereadores aliados ao prefeito do que os de maior porte.
Reeleição	Qui-quadrado	As variáveis são dependentes. Isto é, existe uma associação entre a reeleição e o estrato populacional dos municípios.
Gênero do prefeito	Qui-quadrado	As variáveis são dependentes. Isto é, existe uma associação entre o gênero do prefeito e o estrato populacional dos municípios.

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Além de testar a diferença de médias das variáveis entre os sete estratos populacionais, realizaram-se também testes para verificar a diferença das médias da transparência entre diferentes grupos de cada variável. Os grupos, conforme especificado no Quadro 6, foram definidos com base na mediana de cada variável.

#### 4.3 AS MÉDIAS DE TRANSPARÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Com base na composição dos grupos apresentada no Quadro 6, foram realizados testes t para amostras independentes para verificar a diferença de médias da transparência. Os testes realizados para as variáveis políticas atendem ao

segundo objetivo específico deste estudo enquanto que os resultados dos testes que analisam as variáveis socioeconômicas respondem o terceiro objetivo específico.

Os resultados do teste para as variáveis políticas e socioeconômicas são apresentados nas Tabelas 17 e 18, respectivamente. Nelas é possível observar também as estatísticas de grupo das variáveis, que incluem a frequência, a média e o desvio padrão. Os resultados detalhados dos testes podem ser observados no Apêndice I.

Os testes de diferença de média, expostos na Tabela 17, demonstraram a existência de diferença significativa entre as médias de transparência para os grupos das variáveis reeleição e gênero do prefeito. Participação eleitoral, competitividade política e composição legislativa não apresentaram diferença significativa nas médias de transparência.

Tabela 17 - Testes t para as variáveis políticas considerando a média da variável transparência

Variáveis/Grupos	Estatísticas de grupo			Teste de Levene		Resultados do teste t		
	N	Média	Desvio padrão	F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)
Participação eleitoral*								
Baixa (<= 80,03)	577	5,0173	2,87632	0,099	0,754	-0,856	1151	0,392
Alta (> 80,03)	576	5,1616				-0,856	1150,939	0,392
Competitividade política*								
Alta (<= 10,10)	578	5,0787	2,83155	0,676	0,411	-0,127	1151	0,899
Baixa (> 10,10)	575	5,1002	2,89692			-0,127	1150,097	0,899
Composição legislativa*								
Baixa (<= 54,54)	614	5,1086	2,84486	0,242	0,623	-0,243	1151	0,808
Alta (> 54,54)	539	5,0675	2,88122			-0,243	1135,245	0,808
Reeleição								
Reeleito (,00)	264	5,6466	2,78842	0,730	0,393	3,620	1151	0,000
Não reeleito (1,00)	889	4,9240	2,86565			3,674	440,999	0,000
Gênero do prefeito								
Feminino (,00)	136	4,4360	2,95609	1,687	0,194	-2,842	1151	0,005
Masculino (1,00)	7	5,1768	2,84056			-2,757	170,053	0,006

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

\*Grupos criados a partir do corte da mediana.

A reeleição e o gênero do prefeito são, então, fatores responsáveis pela diferença das médias de transparência. Municípios cujos prefeitos foram reeleitos apresentam, conforme a Tabela 17, uma transparência média de 5,65 pontos enquanto que os municípios em que não houve a reeleição do prefeito atingem uma média de apenas 4,92 pontos. Por meio das estatísticas de diferença de médias nota-

se que esta diferença é significativa a um nível de 1% de significância ( $p \leq 0,01$ ). Dessa maneira, pode-se afirmar que municípios governados por prefeitos que estão em seu segundo mandato consecutivo tendem a ser mais transparentes. Com relação ao gênero do prefeito, observa-se uma diferença na nota da transparência entre municípios governados por mulheres (4,44 pontos) e municípios governados por homens (5,18 pontos). Esta diferença é comprovada pelo teste de diferença de médias, que aponta para a existência de uma diferença entre as médias de transparência dos municípios em que o cargo mais alto do poder executivo é ocupado por mulheres e dos municípios em que seu ocupante é homem ( $p \leq 0,05$ ).

Confirmada a diferença de médias da transparência entre os municípios com prefeitos homens e aqueles governados por mulheres, é possível afirmar que, municípios governados por homens tendem a ter notas mais altas no RNT do que aqueles governados por mulheres.

Para explicar esse resultado inesperado deve-se atentar, no entanto, aos demais fatores envolvidos. Na Tabela 16, nota-se que as mulheres ocupam os cargos de prefeito principalmente em municípios de pequeno porte, com até 5.000 habitantes. Municípios maiores, apesar de sua capacidade própria de arrecadação de recursos, recebem das esferas federal e estadual valores per capita menores que os pequenos municípios e costumam apresentar dificuldades de suprir as necessidades de seus cidadãos ofertando os serviços públicos básicos e realizando novos investimentos. Em face desta dificuldade tendem a elevar sua transparência para justificar à população os motivos da falta ou precariedade de seus serviços. Além disso, municípios menores possuem menor número de cidadãos pressionando seus governantes e cobrando informações sobre a gestão pública. A baixa transparência nos municípios geridos por mulheres pode, portanto, ser consequência não somente do sexo dos gestores, mas também do porte populacional desses municípios. Conforme uma pesquisa do Instituto Alziras, as mulheres estão à frente de municípios pequenos e com poucos recursos disponíveis (INSTITUTO ALZIRAS, 2019).

Essa constatação é oposta aos estudos de Araujo e Tejedo-Romero (2016a) e Araujo e Tejedo-Romero (2016b) que, realizando uma investigação sobre a transparência municipal na Espanha, demonstraram que municípios administrados por mulheres possuem índices de transparência mais altos que os geridos por homens. Esses resultados também foram encontrados por Tavares e Cruz (2017) em

um estudo realizado em Portugal, indicando um resultado peculiar para o caso brasileiro.

Dentre as variáveis socioeconômicas, nível de desemprego e investimento municipal anual per capita apresentaram resultados que apontam para uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos dessas variáveis, para as médias de transparência, conforme a Tabela 18. As médias da transparência dos grupos das variáveis dívida e população não são significativamente diferentes.

Tabela 18 - Teste t para as variáveis socioeconômicas considerando a média da variável transparência

Variáveis/Grupos	Estatísticas de grupo			Teste de Levene		Resultados do teste t		
	N	Média	Desvio padrão	F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)
Nível de desemprego*								
Baixo (<= 89,90)	577	5,9577	2,62736	7,220	0,007	10,812	1151	0,000
Alto (> 89,90)	576	4,2196	2,82734			10,812	1144,569	0,000
Dívida municipal anual per capita*								
Baixa (<= 1998828,00)	460	5,3289	2,86685	1,214	0,271	-0,829	918	0,407
Alto (> 1998828,00)	460	5,4824	2,74652			-0,829	916,317	0,407
Investimento municipal anual per capita*								
Baixo (<= 1736932,66)	558	4,6892	2,81164	0,008	0,929	-5,688	1113	0,000
Alto (> 1736932,66)	557	5,6431	2,78792			-5,688	1112,950	0,000
Tamanho da população*								
Pequeno (<= 13204,00)	577	4,9589	2,85754	0,158	0,691	-1,550	1151	0,121
Grande (> 13204,00)	576	5,2201	2,86521			-1,150	1150,978	0,121

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

\*Grupos criados a partir do corte da mediana.

Para o nível de desemprego, primeira variável dentre as variáveis socioeconômicas, o resultado do teste de diferença de médias indica a existência de diferença significativa entre os grupos ( $p \leq 0,05$ ). As notas médias de transparência dos municípios com níveis de desemprego inferiores à mediana (89,90) são significativamente diferentes das notas médias da transparência dos municípios com altas taxas de desemprego (acima de 89,90). No primeiro grupo, a média de notas é de 5,96 enquanto que no segundo é de 4,22 pontos.

Com base nesses resultados, que confirmam a diferença entre as médias de transparência para municípios com alto e baixo índice de desemprego, e tomando-se

as médias dos grupos, pode-se afirmar que municípios onde o desemprego é maior tendem a apresentar piores médias de transparência. Isto é, municípios com maiores taxas de desemprego tendem a ser menos transparentes e aqueles em que essa taxa é mais baixa, mais transparentes, confirmando o que Araujo e Tejedo-Romero (2016a) já haviam identificado anteriormente à respeito da transparência pública e o que Caamaño-Alegre et al. (2013) e Cuadrado-Ballesteros (2014) concluíram ao investigar, respectivamente, a transparência orçamentária e financeira.

No que se refere ao investimento municipal anual, possuem médias mais elevadas de transparência os municípios em que o investimento per capita é maior. Esta afirmação tem como base o teste de diferença de médias e as médias para os grupos desta variável (Tabela 18) e vai ao encontro dos achados de Araujo e Tejedo-Romero (2016a) e Araujo e Tejedo-Romero (2016b) e também de Cárcaba-García e García-García (2010), cujo estudo analisa a divulgação de informações contábeis em municípios da Espanha. O teste indica a existência de diferença significativa entre a transparência média dos municípios que investem pouco e dos que tem investimentos maiores ( $p \leq 0,05$ ). Os primeiros apresentam, em média, transparência de 4,69 pontos enquanto que o segundo grupo tem uma nota de transparência média de 5,64 pontos.

#### 4.4 A TRANSPARÊNCIA E SUAS VARIÁVEIS DETERMINANTES

A fim de atingir o objetivo específico 4, de verificar as variáveis relacionadas ao índice de transparência pública municipal, realizaram-se testes de correlação de Pearson. A correlação de Pearson foi utilizada para testar a relação da transparência com as variáveis quantitativas. Dada a característica qualitativa das variáveis políticas reeleição e gênero do prefeito, estas não foram submetidas aos testes de correlação. Para a apresentação de seus resultados foram elaboradas duas tabelas. Na Tabela 19 encontram-se os resultados do teste para as variáveis políticas, com exceção das variáveis reeleição e gênero do prefeito que, devido a sua natureza qualitativa, não podem ser submetidas ao teste de correlação.

Tabela 19 - Teste de correlação de Pearson para as variáveis políticas

		Participação eleitoral	Competitividade política	Composição legislativa
Transparência	Correlação de Pearson	,017	,001	,010
	Sig. (2 extremidades)	,574	,964	,746
	N	1153	1153	1153

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Nota-se, na Tabela 19, que, dentre as variáveis políticas, nenhuma apresenta relação significativa com a transparência pública municipal. Por meio dos testes de correlação, portanto, não se verifica nenhuma relação entre as variáveis políticas e a transparência pública municipal. Resultados semelhantes foram encontrados por Araujo e Tejedo-Romero (2016a) que verificaram, também por meio de testes de correlação, que fatores políticos não estão associados ao índice de transparência pública dos municípios espanhóis. Através de análises de regressão, no entanto, os autores constataram a influência das variáveis participação eleitoral e competitividade política no índice de transparência. A relação da participação eleitoral foi também confirmada por Araujo e Tejedo-Romero (2016b) e Araujo e Tejedo-Romero (2017), em estudos que investigam se o gênero desempenha um papel influente na divulgação de informações e no nível de transparência, e por Birskyte (2018), que analisa os fatores que determinam a transparência orçamentária de municípios da Lituânia.

Resultado oposto ao que se refere às variáveis políticas é encontrado na Tabela 20, em que são apresentados os resultados do teste de correlação para as variáveis socioeconômicas. Todas as variáveis apresentam relação significativa com a transparência. Tamanho da população, investimento municipal anual e dívida municipal anual estão positivamente relacionadas à transparência, enquanto o desemprego possui uma relação negativa com o índice.

Tabela 20 - Teste de correlação de Pearson para as variáveis socioeconômicas

		Nível de desemprego	Investimento municipal anual per capita	Dívida municipal anual per capita	Tamanho da população
Transparência	Correlação de Pearson	-,323**	,094**	,072*	,129**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,002	,029	,000
	N	1153	1115	920	1153

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Com base na Tabela 20, pode-se afirmar que municípios com maiores taxas de desemprego são menos transparentes. Da mesma forma, municípios em que as taxas de desemprego são baixas, tendem a apresentar notas mais altas de transparência no RNT. Esta relação negativa entre desemprego e transparência é significativa ao nível de 1% ( $p \leq 0,01$ ) e o coeficiente de relação de Pearson ( $r=0,323$ ) indica um efeito médio, segundo a classificação dada por Field (2009). Resultados semelhantes foram obtidos por Cuadrado-Balesteros (2014) e Tavares e Cruz (2017), ao investigarem os determinantes da transparência pública em municípios espanhóis e portugueses, respectivamente e por Caamaño-Alegre et al. (2013), em uma análise da transparência orçamentária municipal em Galiza, Espanha. Também Araujo e Tejedo-Romero (2016a) encontraram um relacionamento negativo entre o desemprego e a transparência, tanto por meio de análises de correlação quanto através de estatísticas de regressão. Em outros estudos, porém, os mesmos autores verificam, por meio de análises de regressão, que o desemprego relaciona-se positivamente com o índice de transparência (ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016b; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017).

O investimento, diferentemente do desemprego, relaciona-se ao índice de transparência pública municipal de maneira positiva. Esta relação é significativa ao nível de 1% ( $p \leq 0,01$ ) e seu efeito é considerado pequeno ( $r=0,094$ ). Pode-se afirmar, portanto, que municípios com altos níveis de investimento são mais transparentes que aqueles que investem menos. Em outras palavras, quanto maior é o valor investido pelo município, maior será sua nota de transparência. Este resultado é confirmado por Araujo e Tejedo-Romero (2016a) e Araujo e Tejedo-Romero (2016b) que também verificaram haver uma associação positiva entre os valores anuais de investimento municipal e o índice de transparência pública dos municípios espanhóis, utilizando análises de correlação e regressão, respectivamente. Outra pesquisa, também realizada na Espanha, constatou uma associação positiva entre o investimento dos municípios e a divulgação eletrônica de informações contábeis (CÁRCABA-GARCÍA; GARCÍA-GARCÍA, 2010).

A dívida, por sua vez, apresenta relação positiva com o índice de transparência e de pequeno efeito ( $r=0,072$ ) (FIELD, 2009), sendo significativa no nível de 5% ( $p \leq 0,05$ ). A relação positiva entre dívida e transparência é corroborada pelos estudos de Araujo e Tejedo-Romero (2017) e Birskyte (2018), mas de certa forma confronta os resultados de Caba-Pérez, Rodríguez-Bolívar e López-Hernández (2014) e de

Chen e Han (2018), que constataram que altas dívidas estão relacionadas a um menor índice de transparência financeira e fiscal, respectivamente. Uma possível explicação para essa relação está na necessidade da maioria das dívidas (que se constituem em empréstimos de recursos de órgãos financiadores) serem aprovadas pelos vereadores do município e aceitas pela população. Para obter a aprovação do legislativo e convencer a população os municípios divulgam um maior número de informações sobre a necessidade da aquisição da dívida e capacidade do município de saná-la, elevando seus níveis de transparência.

Outra justificativa para o resultado aqui obtido é o fato de que os maiores valores de dívida são de municípios mais populosos, que por sua vez, tendem a ser mais transparentes devido ao maior número de cidadãos que solicitam informações a respeito da gestão pública bem como em razão da sua melhor capacidade administrativa (SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMAS; PORTILLO-TARRAGONA, 2009) e de adoção de novas técnicas gerenciais (NORRIS; MOON, 2005), além de funcionários mais bem qualificados, maiores orçamentos e um departamento de TI constituído (GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011; SOL, 2013; SERRANO-CINCA, RUEDA-TOMÁS, PORTILLO-TARRAGONA, 2009; LOWATCHARIN; MENIFIELD, 2015).

Os municípios mais populosos também são mais transparentes. Esta relação positiva entre a população do município e sua nota de transparência no RNT é significativa ao nível de 1% ( $p \leq 0,01$ ). O coeficiente de Pearson ( $r=0,129$ ) indica, no entanto, um efeito pequeno, conforme a classificação de Field (2009). Compreende-se, assim, que quanto maior é o número de habitantes de um município, mais elevado será seu índice de transparência pública. Esta constatação também foi feita por Queiroz et al. (2013), por meio de análises de correlação. Araujo e Tejedro-Romero (2016a) também confirmam esta relação positiva por meio de suas análises de regressão. No entanto, os testes de correlação executados pelos autores não demonstram associação entre as variáveis. Ainda, corroboram este resultado, o estudo de Sol (2013) e alguns estudos que investigaram os fatores determinantes da divulgação de informações financeiras da gestão pública (SERRANO-CINCA, 2009; CÁRCABA-GARCÍA; GARCÍA-GARCÍA, 2010; PINA; TORRES; ROYO, 2010; GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011; JUSTICE; MCNUTT, 2013).

Em síntese, dentre as variáveis quantitativas investigadas, somente as variáveis socioeconômicas mostraram-se relacionadas ao índice de transparência.

Essas variáveis compreendem o nível de desemprego, o investimento municipal anual, a dívida municipal anual e o tamanho populacional dos municípios.

Os objetivos específicos 5 e 6, por sua vez, propunham os testes dos modelos i1, i2 e i3, por meio da Regressão de Poisson. Na Tabela 21 são expostos os resultados de cada modelo e seus coeficientes.

Tabela 21 - Resultados dos modelos de regressão

		Modelos					
		Modelo i1		Modelo i2		Modelo i3	
		Poisson	Efeitos Marginais <sup>1</sup>	Poisson	Efeitos Marginais	Poisson	Efeitos Marginais <sup>1</sup>
Participação eleitoral	Coeficiente	0,047***	0,2353***			-0,014	-0,0729
	Erro-padrão	(0,017)	(0,0882)			(0,026)	(0,1315)
Competitividade política	Coeficiente	0,008	0,0432			-0,003	-0,0175
	Erro-padrão	(0,010)	(0,0482)			(0,010)	(0,0514)
Composição legislativa	Coeficiente	-0,012	-0,0601			0,019	0,0939
	Erro-padrão	(0,010)	(0,0514)			(0,014)	(0,0710)
Reeleição	Coeficiente	-0,135				0,149	
	Erro-padrão	(0,192)				(0,227)	
Gênero do prefeito	Coeficiente	0,075				-0,444**	
	Erro-padrão	(0,147)				(0,184)	
Nível de desemprego	Coeficiente			-0,080***	-0,4021***	-0,107***	-0,5391***
	Erro-padrão			(0,024)	(0,1245)	(0,027)	(0,1427)
Dívida municipal anual (per capita)	Coeficiente			-0,001	-0,0028	-0,001	-0,0030
	Erro-padrão			(0,0004)	(0,0018)	(0,0004)	(0,0019)
Investimento de capital (per capita)	Coeficiente			0,0005	0,0024	0,001	0,0026
	Erro-padrão			(0,0005)	(0,0024)	(0,001)	(0,0040)
Tamanho da população	Coeficiente			-0,00000	0,0000	-0,00000	0,0000
	Erro-padrão			(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
Constante	Coeficiente	-1,582		8,534***		11,200***	
	Erro-padrão	(1,523)		(2,219)		(3,438)	
Teste de Dispersão		1,76		1,17		1	
R <sup>2</sup>		0,13		0,53		0,59	
R <sup>2</sup> Ajustado		-0,01		0,48		0,47	
Observações		41		41		41	
Log Likelihood		-108,100		-92,680		-88,570	
Akaike Inf. Crit. (AIC)		228,200		195,400		197,100	
Teste de Shapiro-Wilk		0,09		0,24		0,12	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nota: Os valores que estão entre parênteses são os erros-padrão robustos estimados pelo método White e \*, \*\*, \*\*\* correspondem a significância em nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

<sup>1</sup> Os efeitos marginais não são apresentados para as variáveis reeleição e gênero do prefeito devido à natureza qualitativa das mesmas.

O modelo i1, referente às variáveis políticas, apresentado na Tabela 21, apresenta R<sup>2</sup> baixo, explicando somente 13% da variabilidade do índice de transparência para os municípios brasileiros. Em termos de ajuste, este modelo também apresenta alta fragilidade, notada através do teste de dispersão, cujo resultado (1,76) é o pior dentre os três modelos, pelo valor do R<sup>2</sup> ajustado (-0,01) e do Teste de Shapiro-Wilk ( $p > 0,05$ ), que verifica a normalidade dos resíduos.

A variável participação eleitoral, única variável que obteve significância no modelo i1 é positiva e significativa ao nível de 1%, confirmando a hipótese H1. Por meio da análise dos efeitos marginais verifica-se que uma variação de 1% da taxa de participação eleitoral gera um incremento de 0,2353 pontos no índice de transparência. Este resultado contradiz os achados de Araujo e Tejedo-Romero (2016a) e Araujo e Tejedo-Romero (2016b) que, em estudos com municípios espanhóis, mostraram haver uma influência negativa da participação eleitoral sobre o índice de transparência pública. Deve-se ressaltar, no entanto, que diferente do que ocorre em outros países, incluindo a Espanha, no Brasil o voto – utilizado para mensurar a variável participação eleitoral – é obrigatório.

Também, Birskyte (2018) verificou que a transparência orçamentária é negativamente afetada pela participação eleitoral, ao testar variáveis políticas e socioeconômicas. Em um modelo composto unicamente de variáveis de caráter político, no entanto, o autor constatou que a participação eleitoral exerce influência positiva sobre o índice de transparência orçamentária. Outros estudos não encontraram influência significativa da participação eleitoral no índice de transparência pública municipal (TAVARES; CRUZ, 2014; SOL, 2013), no índice de transparência financeira municipal (GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011) e no índice de transparência orçamentária (CAAMAÑO-ALEGRE et al.; 2013).

Pela fragilidade do modelo e os resultados opostos retratados por estudos de outros países, que a participação eleitoral é possivelmente afetada pelas demais variáveis independentes. Isso pode ser percebido observando-se os resultados do modelo i3, em que a mesma variável perde significância e têm seu sinal alterado.

Os resultados para o modelo i1 demonstram a existência de uma realidade muito particular na transparência dos municípios brasileiros, se comparada a de outros países. Enquanto estudos realizados em países europeus diversos fatores políticos apresentam influência no índice de transparência pública municipal (CÁRCABA-GARCÍA, GARCÍA-GARCÍA, 2010; ESTELLER-MORÉ; POLO-OTERO, 2012;

ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; ARAPIS; REITANO, 2017; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2017; TAVARES; CRUZ, 2017; BIRSKYTE, 2018; CHEN; HAN, 2018; PIÑA; AVELLANEDA, 2018), no Brasil esses fatores não são responsáveis pelas variações no índice. Isso pode indicar que a transparência municipal brasileira é determinada por outros fatores, especialmente de ordem econômica ou social, investigados ou não neste estudo.

O modelo socioeconômico (i2) é capaz de explicar em 53% o índice de transparência dos municípios brasileiros. Os ajustes mostram-se adequados, com dispersão de 1,17,  $R^2$  ajustado=0,48 e resíduos normais ( $p>0,05$ ). Além disso, o Akaike Inf. Crit. (AIC), indica o modelo i2 como o melhor ajustado, dentre os três modelos. No entanto, o modelo, assim como ocorre no modelo i1, apresenta somente uma variável significativa, o nível de desemprego, ao nível de 1%.

A influência do desemprego sobre a transparência é negativa, confirmando a hipótese H6 desta pesquisa. Dessa maneira, o índice de transparência pública municipal diminui a medida que aumenta o nível de desemprego do município. A cada variação de 1% na taxa de desemprego o índice de transparência reduz em 0,4021 pontos. O efeito negativo do desemprego no índice de transparência pública municipal também foi confirmado por Cuadrado-Ballesteros (2014), Tavares e Cruz (2017) e Araujo e Tejedo-Romero (2016a) e por Caamaño-Alegre et al. (2013), que investigaram os fatores determinantes da transparência orçamentária.

Por fim, o modelo i3, por meio do  $R^2$ , apresenta uma capacidade de explicação de 59% da variabilidade do índice de transparência para os municípios brasileiros. Este resultado é o melhor dentre os modelos deste estudo, o que também é observado pelo teste *Log Likelihood*, utilizado para se comparar modelos e cujo maior resultado indica o melhor modelo. A qualidade deste modelo e ajuste dos dados também são satisfatórios, podendo ser observados por meio dos resultados do teste de dispersão (1), pelo  $R^2$  ajustado (0,47) e pelo Teste de Shapiro-Wilk ( $p>0,05$ ).

Apenas duas variáveis do modelo i3 são responsáveis por influenciar a transparência: gênero do prefeito e nível de desemprego. O nível de desemprego, também significativo no modelo i2, apresenta novamente nível de significância de 1% e influência negativa sobre o índice de transparência pública municipal. Nesse modelo, os efeitos marginais indicam que a cada incremento de 1% no nível de desemprego, a transparência é reduzida em 0,5391 pontos. Já a variável gênero do

prefeito, significativa ao nível de 5%, indica que os municípios cujos prefeitos são homens são mais transparentes que os municípios governados por mulheres.

Diante da influência negativa da variável gênero do prefeito sobre o índice de transparência, refutou-se, a hipótese H5, de que os municípios governados por mulheres são mais transparentes. Este resultado se contrapõe ao que constataram os estudos que investigaram o gênero do prefeito como um dos fatores que afetam a transparência. Araujo e Tejedo-Romero (2017) e Tavares e Cruz (2017) verificaram que municípios espanhóis e portugueses, respectivamente, que possuem mulheres à frente do governo são mais transparentes. Araujo e Tejedo-Romero (2016b) também obtiveram o mesmo resultado em um estudo em painel realizado com municípios espanhóis. Outros estudos que também analisaram a influência do gênero do prefeito no índice de transparência pública (ARAÚJO; TEJEDO-ROMERO, 2016; PIÑA; AVELLANEDA, 2018) e no índice de transparência financeira (GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011), porém, não encontraram efeitos significativos.

A partir da estimação dos modelos, apresentam-se suas respectivas equações no Quadro 8.

Quadro 8 - Modelos estimados

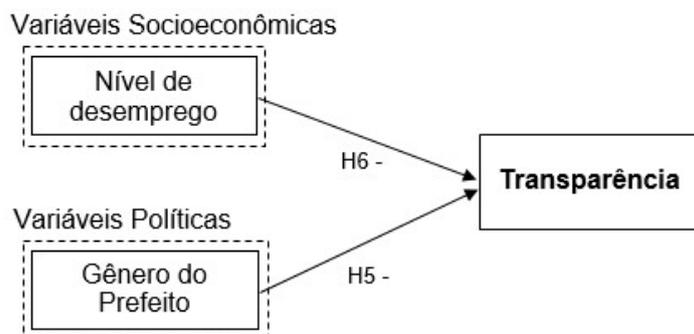
Modelo	Equação
i1	$\log(\hat{\mu}/t) = -1,582 + 0,047.Participação\ eleitoral$
i2	$\log(\hat{\mu}/t) = 8,534 - 0,080.Desemprego$
i3	$\log(\hat{\mu}/t) = 11,200 - 0,444.Gênero - 0,107.Desemprego$

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Dentre os três modelos, portanto, os modelos i2 e i3 apresentaram melhores resultados, sendo o primeiro composto somente por variáveis socioeconômicas, e o segundo baseado no modelo base de Araujo e Tejedo-Romero (2016a). O modelo i3 mostra-se melhor ajustado por meio do teste *Log Likelihood* enquanto que o AIC (*Akaike Inf. Crit.*) indica o modelo i2, considerando-se o melhor ajuste. As variáveis que possuem influência sobre o índice de transparência foram a participação eleitoral, o gênero do prefeito e, especialmente, o nível de desemprego, significativo em dois dos modelos testados.

Com base no modelo teórico proposto neste estudo (Figura 1) e nos resultados apresentados pela Regressão de Poisson para o modelo i3, apresenta-se a Figura 2.

Figura 2- Modelo do estudo



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Por meio da Figura 2 observa-se que o modelo final do estudo, que se refere ao modelo geral i3, é composto por somente duas variáveis independentes. O nível de desemprego exerce influência negativa sobre o índice de transparência, confirmando a hipótese H6. O gênero do prefeito também exerce efeito negativo sobre a transparência porém, indica a refutação da hipótese H5.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Princípio orientador da boa governança, a transparência tem sido parte integrante das reformas do setor público desde o início dos anos 1990. Amplamente definida, a transparência pública é o grau geral em que os cidadãos, a mídia e os mercados financeiros podem observar as estratégias, ações e resultados do governo (ALT; LASSEN; ROSE, 2006).

Todos os níveis de governo devem publicar informações acerca de suas atividades e esse relatório deve ser disponibilizado aos cidadãos de forma conveniente e acessível. Estudar a transparência municipal é especialmente relevante devido ao baixo nível de monitoramento proveniente da mídia nessa esfera de governo e em virtude do impacto que a má conduta e a má administração no governo local tem na vida das pessoas, uma vez que é ele o responsável pelo fornecimento dos serviços essenciais à população (CRUZ; MARQUES, 2014). Nos últimos anos, a transparência tornou-se um instrumento fundamental para aumentar a legitimidade e a confiança no governo, melhorar participação dos cidadãos e combater a corrupção (CRUZ et al., 2016). Sem transparência, a integridade e o bom desempenho da gestão pública não são demonstrados e os mecanismos de responsabilização não são aplicáveis.

Este estudo colaborou para o avanço dos conhecimentos sobre a transparência pública municipal no contexto brasileiro, tendo como objetivo geral verificar a influência de variáveis políticas (participação eleitoral, competitividade política, composição legislativa, reeleição e gênero do prefeito) e socioeconômicas (nível de desemprego, investimento municipal anual per capita, dívida municipal anual per capita e tamanho da população) no índice de transparência pública municipal brasileiro Ranking Nacional da Transparência – RNT (MPF, 2016). Foram seis os objetivos específicos que possibilitaram a sua consecução.

Por meio de estatísticas descritivas, realizadas a partir do levantamento das variáveis políticas e socioeconômicas de cada um dos municípios brasileiros selecionados na amostra, previsto no primeiro objetivo específico, constatou-se que a média de transparência pública dos municípios avaliado, no RNT, é de 5,09 pontos, próxima à média de todos os 5.570 municípios brasileiros (5,21) (MPF, 2016). As capitais estaduais e os municípios de maior porte populacional possuem notas muito

superiores aos municípios menores, o que indica uma provável dificuldade dos cidadãos que residem no interior brasileiro e em pequenas cidades na busca por informações sobre a gestão de seus municípios.

Quanto ao segundo e o terceiro objetivos específicos, observou-se que as médias de transparência são significativamente maiores em municípios com menores taxas de desemprego, com investimentos anuais per capita mais altos, governados por homens e em municípios cujos prefeitos foram reeleitos.

O quarto objetivo específico se propôs a investigar a relação das variáveis políticas e socioeconômicas com o índice de transparência pública municipal. Encontrou-se relação entre a transparência pública municipal e todas as variáveis socioeconômicas analisadas. Relações positivas foram encontradas para as variáveis dívida municipal anual per capita, investimento municipal anual per capita e tamanho da população, indicando que quanto mais populosos e quanto maiores são os valores per capita de dívida e investimento dos municípios, mais transparentes estes tendem a ser. Já o relacionamento entre a transparência e a variável desemprego é negativo, ou seja, municípios com maiores níveis de desemprego tendem a possuir notas mais baixas no índice de transparência pública.

Por fim, os objetivos específicos 5 e 6, visaram verificar a influência das variáveis políticas no índice de transparência pública municipal e averiguar a influência das variáveis socioeconômicas no índice de transparência pública municipal, respectivamente, resultando seu alcance, na confirmação ou refutação das hipóteses da pesquisa. Somente três variáveis influenciam a transparência dos municípios brasileiros: a participação eleitoral, o nível de desemprego e o gênero do prefeito. A participação eleitoral exerce efeito positivo sobre a transparência, enquanto o nível de desemprego a afeta negativamente. Assim, maiores taxas de participação dos eleitores nas eleições municipais levam a um mais alto índice de transparência (TAVARES; CRUZ, 2014; SOL, 2013; GUILLAMÓN; BASTIDA; BENITO, 2011; CAAMAÑO-ALEGRE et al., 2013; BIRSKYTE, 2018). De maneira inversa, municípios com altos níveis de desemprego tem índices menores de transparência (CUADRADO-BALLESTEROS, 2014; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016a; CAAMAÑO-ALEGRE et al., 2013; TAVARES; CRUZ, 2017). A respeito da variável gênero, o efeito é negativo. Municípios governados por homens são mais transparentes que os municípios administrados por mulheres. Este último resultado não foi encontrado em nenhum estudo já realizado, evidenciando uma característica particular da

transparência municipal no Brasil, possivelmente afetada pelo inexpressivo número de mulheres na política brasileira e, em especial, na liderança do poder executivo dos municípios. Ainda com relação aos objetivos específicos 5 e 6, os modelos testados, com exceção do modelo i1, composto por variáveis políticas, apresentaram resultados satisfatórios, possuindo graus de explicação superiores a 50%.

Entende-se que os resultados apresentados permitem uma melhor compreensão da transparência pública municipal e, conseqüentemente, a possibilidade de os gestores públicos manipularem as variáveis que a afetam, a fim de elevá-la. Iniciativas que visem ao aumento da participação eleitoral nas próximas eleições municipais, podem, nesse sentido, elevar as notas de transparência. Da mesma maneira, a abertura de novos postos de trabalho, possivelmente alcançado por meio de incentivos às empresas que compõem o setor privado do município, podem torna-lo mais transparente. Em contrapartida, melhores índices de transparência poderá auxiliar na atração de novos empreendimentos no município, ao reduzir as incertezas de possíveis investidores (GOMES FILHO, 2005). Ainda, os resultados desta pesquisa podem dar suporte para os gestores públicos justificar aos municípes a pontuação obtida pelos seus municípios no índice de transparência, quando não é possível controlar as variáveis que o determinam.

Acredita-se também, que a simples divulgação do índice de transparência e do RNT, também pode elevar a transparência municipal. Ao tomarem conhecimento da pontuação de seus municípios e da posição que ocupam no ranking, os municípios tendem a criar uma espécie de rivalidade para com os outros, especialmente aqueles que se inserem no mesmo contexto regional. Essa disputa instiga ações de melhoria à transparência que, ao facilitarem aos cidadãos o exercício do controle social e a avaliação das políticas públicas, melhora desempenho da gestão municipal, reduzindo os níveis de corrupção e desvios de recursos e instigando a criação de programas e a prestação de serviços que visem à elevação da qualidade de vida da população. Nesse sentido, a presente pesquisa, ao promover a transparência pública municipal e o controle social, trazendo melhorias para a gestão pública pode também propiciar o desenvolvimento dos municípios.

Além das contribuições práticas, este estudo também colabora para o desenvolvimento teórico-científico da transparência, suprimindo lacunas nas pesquisas sobre o tema. Uma dessas lacunas se refere à inexistência de um estudo brasileiro que analise a transparência pública municipal, considerando suas dimensões ativa e

passiva – inclusas no índice de transparência do RNT, utilizado nesta pesquisa – e que tome todos os municípios do país como população do estudo. Outra lacuna existente é a ausência de investigações que abordam a influência de variáveis políticas no índice de transparência pública. Também, este estudo inova ao investigar variáveis até então não analisadas em outros estudos que abordam os fatores relacionados à transparência, como a reeleição e a composição legislativa. Ainda, a aplicação da regressão de Poisson para estimar o modelo proposto pode ser considerada um diferencial, visto que poucos estudos sobre a transparência e os fatores que a influenciam utilizam-se desta técnica.

Apesar de preencher as lacunas da produção científica sobre transparência e de apresentar resultados que permitem algumas aplicações práticas, esta pesquisa possui algumas limitações. A primeira dificuldade apresentou-se já durante o processo de cálculo e seleção da amostra. O plano amostral da EBT, adotado neste estudo, e disponibilizado pela CGU apresentava algumas inconsistências que impossibilitaram o entendimento inicial dos procedimentos de amostragem utilizados. Fez-se necessário o contato com a CGU solicitando um maior detalhamento do cálculo e seleção da amostra, que resultou em uma retificação do plano amostral disponibilizado pelo órgão em seu site.

O não cumprimento das determinações da LRF, através da publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Balanço Patrimonial, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), impossibilitaram a coleta dos dados referentes à dívida anual per capita e investimento anual per capita de alguns municípios. Esta limitação evidencia a fragilidade da transparência pública no Brasil e a necessidade de disseminar sua importância. O período a que se referem os dados também pode ser citado como uma limitação. Devido a realização das últimas eleições municipais ter ocorrido em 2016 e da necessidade de dados eleitorais, todos os dados coletados, inclusive os de natureza socioeconômica são relativos a esse período, e podem não ser considerados atuais. A instabilidade dos sites governamentais utilizados para a coleta dos dados, particularmente do TSE, também representou uma dificuldade para a realização da pesquisa. Em muitos momentos da fase de coleta, este site encontrava-se em manutenção.

Outra importante limitação consiste na falta de estudos semelhantes aplicados no contexto nacional que pudessem colaborar, principalmente, para o entendimento das relações (ou não) das variáveis políticas analisadas com índice de transparência.

Uma das variáveis dessa natureza que se mostrou influente, o gênero do prefeito, apresentou resultados totalmente contrários aos revelados por estudos realizados no exterior. Tal resultado incita a realização de novos estudos, que possibilitem entender porque no Brasil municípios governados por mulheres são menos transparentes que aqueles cujos prefeitos são homens. Sugere-se, para encontrar tais explicações, a realização de pesquisas exploratórias, capazes de entender esta peculiaridade de maneira mais aprofundada.

Sugere-se também, para novas pesquisas que abordem os determinantes da transparência pública municipal, a inclusão de novas variáveis, tanto políticas quanto econômicas; análises por regiões; e a aplicação de estudos a partir dos dados das eleições municipais de 2020. Outro importante passo que a pesquisa nacional sobre transparência precisa dar é a realização de estudos experimentais. Percebe-se, por meio da pesquisa em periódicos nacionais a inexistência de produção científica com o uso de experimentos (VISENTINI et al., 2019) enquanto que na literatura internacional sobre o tema, este tipo de estudo é bastante difundido (CUCCINIELLO; PORUMBESCU; GRIMMELIKHUIJSEN, 2016).

## REFERÊNCIAS

- ABREU, W. M.; GOMES, R. C.; ALFINITO, S. Transparência fiscal explica desenvolvimento social nos estados brasileiros?. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-16, mai./ago. 2015.
- ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de finanças públicas**. Gestão Pública: Brasília, 2006.
- ALCARAZ-QUILES, F. J.; NAVARRO-GALERA, A.; ORTIZ-RODRÍGUEZ, D. Factors influencing the transparency of sustainability information in regional governments: An empirical study. **Journal of Cleaner Production**, v. 82, p. 179-191, 2014.
- ALVES, D. P. Acesso à informação pública no Brasil: um estudo sobre a convergência e a harmonia existentes entre os principais instrumentos de transparência e de controle social. In: CONCURSO DE MONOGRAFIAS DA CGU, 6., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ESAF, 2011.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D. Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. **European Economic Reviews**, v. 50, n. 6, p. 1403-1439, 2006.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D.; ROSE, S. The causes of fiscal transparency: evidence from the U.S. states. **IMF Staff Papers**, v. 53, p. 30-57, 2006.
- ALVARENGA, A. M. T. **Modelos lineares generalizados**: aplicação a dados de acidentes rodoviários. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão de Informação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- ARAPIS, T.; REITANO, V. Examining the evolution of cross-national fiscal transparency. **American Review of Public Administration**, v. 48, n. 3, p. 1-15, 2017.
- ARAUJO, J. F. F. E.; TEJEDO-ROMERO, F. Local government transparency index: determinants of municipalities rankings. **International Journal of Public Sector Management**, v. 29, n. 4, p. 327-347, 2016a.
- ARAUJO, J. F. F. E.; TEJEDO-ROMERO, F. Women's political representation and transparency in local governance, **Local Government Studies**, v. 42, n. 6, p. 1-22, 2016b.
- ARAUJO, J. F. F. E.; TEJEDO-ROMERO, F. Does Gender Equality Affect Municipal Transparency: The Case of Spain. **Public Performance & Management Review**, v. 41, n. 1, p. 69-99, 2017.
- ARMSTRONG, E. Integrity, transparency and accountability in public administration: recente trends, regional and international developments and emerging issues. **Economic & Social Affairs**, United Nations, 2005.
- ARRUDA, M. F.; TELES, J. S. A importância do controle social na fiscalização dos gastos públicos. **Revista Razão Contábil e Finanças**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2010.

AVELINO, B. C. et al. Índice de disclosure nos estados brasileiros: uma abordagem da teoria da divulgação. IN: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8., São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

BAUHR, M.; GRIMES, M. Indignation or resignation: the implications of transparency for societal accountability, **Governance**, v. 27, n. 2, p. 291-320, abr. 2014.

BBC. **Destituição de presidente agrava turbulência na Ucrânia; entenda.** 2014. Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140221\\_ucrania\\_entenda\\_crise\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140221_ucrania_entenda_crise_pai)>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BECK, S. A. Acting as Women: The Effects and Limitations of Gender in Local Governance. In: CAROLL, S. J. **The Impact of Women in Public Office**, Indiana: Indiana University Press, 2001, p. 49-67.

BENITO, B.; BASTIDA, F.; GARCÍA, J. Explaining differences in efficiency: an application to Spanish municipalities. **Applied Economics**, v. 42, n. 4, p. 515-528, 2010.

BENITO, B.; GUILAMÓN, M. D.; BASTIDA, F. The impact os transparency on the cost of sovereign debt in times of economic crisis. **Financial Accountability & Management**, v. 32, n. 3, p. 309-334, 2016.

BERLINER, D.; ERLICH, A. Competing for Transparency: Political Competition and Institutional Reform in Mexican States. **American Political Science Review**, v. 109, n. 1, p. 110-128, 2015.

BERNARDO, J. S.; REIS, A. O.; SEDIYAMA, G. A. S. Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 277-292, maio/ago. 2017.

BEUREN, I. M.; MOURA, G. D.; KLOEPPEL, N. R. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 47, p. 421-441, mar./abr. 2013.

BIRKINSHAW, P. Freedom of information and openness: fundamental human rights. **Administrative Law Review**, v. 58, n. 1, p. 177-218, 2006.

BIRSKYTE, L. Determinants of budget transparency in Lithuanian municipalities. **Public Performance & Management Review**, p. 707-731, 2018.

BLACK, J. Transparent Policy Measures. In: BLACK, J. (Org.). **Oxford Dictionary of Economics**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm)>. Acesso em 31 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.185, de 27 de maio de 2010**. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BROCCO, C. et al. Transparência da gestão pública municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul. **Revista Ambiente Contábil**, v. 10, n. 1, p. 139-159, jan./jun. 2018.

BROLLO, F.; TROIANO, U. What Happens When a Woman Wins an Election? Evidence from Close Races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.

BROOKS, C. **Introductory econometrics for finance**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2008.

BURKE, S.; COLLINS, P. Gender differences in leadership styles and management skills. **Women in Management Review**, v. 16, n. 5, p. 244-257, 2001.

CAAMAÑO-ALEGRE, J. et al. Budget transparency in local governments: an empirical analysis. **Local Government Studies**, v. 39, n. 2, p. 182-207, 2013.

CABA-PÉREZ, M.; RODRÍGUEZ-BOLÍVAR, M.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. E-Government Process and Incentives for Online Public Financial Information. **Online Information Review**, v. 32, n. 3, p. 379-400, 2008.

\_\_\_\_\_. The Determinants of Government Financial Reports Online, **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, v. 42, p. 5-31, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2018. **A representação feminina e os avanços na legislação**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/546180-a-representacao-feminina-e-os-avancos-na-legislacao/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

CAPES. **Acervo**. 2020. Disponível em: <[https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcollection&Itemid=105](https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=105)>. Acesso em: 05 jul. 2019.

CÁRCABA GARCÍA, A.; GARCÍA-GARCÍA, J. Determinants of Online Reporting of Accounting Information by Spanish Local Government Authorities. **Local Government Studies**, v. 36 n. 5, p. 679-695, 2010.

CARLITZ, R. Improving Transparency and Accountability in the Budget Process: An Assessment of Recent Initiatives. **Development Policy Review**, v. 31, n. 1, p. 49-67, 2013.

CAVALCANTE, P. A competição eleitoral gera governos mais eficientes? Um estudo comparado das prefeituras no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1569-591, nov./dez. 2013.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Democracia, avaliação e accountability: a avaliação de práticas públicas como instrument de controle democrático. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006.

CGU. Controladoria Geral da União. **Controle Social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controle-social/arquivos/controlesocial2012.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CGU. Controladoria Geral da União. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**, 1. ed., Brasília, 2013. Disponível em: <[https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual\\_lai\\_estadosmunicipios.pdf](https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CGU. Controladoria Geral da União. **Plano amostral – EBT 3.0**. 2016. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasiltransparente/amostragem>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CGU. Controladoria Geral da União. **Escala Brasil Transparente - Transparência Passiva**. 2020a. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CGU. Controladoria Geral da União. **Escala Brasil Transparente - Transparência Passiva**: Metodologia. 2020b. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente/metodologia>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CGU. Controladoria Geral da União. **Escala Brasil Transparente - Transparência Passiva**: Ranking Municípios. 2020c. Disponível em: <[https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id\\_relatorio=23](https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=23)>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CGU. Controladoria Geral da União. **Escala Brasil Transparente**: Avaliação 360°. 2020d. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/brasiltransparente?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=posicao%2CnomeLocalidade%2Cuf%2Cnota&tipoLocalidade=N#ranking>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CHEN, C.; HAN, Y. Following the Money: the political determinants of e-fiscal transparency in US states. **Public Management Review**, p. 1-23, 2018.

CICATIELLO, L.; SIMONE, E. de; GAETA, G. L. Political determinants of e-fiscal transparency: a panel data empirical investigation. **Economics of Governance**, v. 18, n. 4, p. 315-336, 2017.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1., p. 153-176, jan./fev. 2012.

CRUZ, N. F.; MARQUES, R. Scorecards for Sustainable Local Governments. **Cities: The International Journal of Urban Policy and Planning**, v. 39, p. 165-170, 2014.

CRUZ, N. F. et al. Measuring Local Government Transparency. **Public Management Review**, v. 18, n. 6, p. 866-893, 2016.

CUADRADO-BALLESTEROS, B. The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 265-277, 2014.

CUCCINIELLO, M.; PORUMBESCU, G.P.; GRIMMELIKHUIJSEN, S. 25 years of transparency research: evidence and future directions. **Public Administration Review**, v. 77, n. 1, p. 32-44, 2016.

DAILY, C. M.; DALTON, D. R.; CANNELLA, A. A. Corporate governance: decades of dialogue and data. **Academy of Management Review**, v. 28, n. 3, p. 371-382, 2003.

DAMIAN, C. J. O fim da incerteza e a certeza da vitória: eleições majoritárias municipais com candidato único no Rio Grande do sul em 2008. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 11, p. 107-130, jul./dez. 2012.

DEHART-DAVIS, L.; MARLOWE, J.; PANDEY, S. K. Gender dimensions of public service motivation. **Public Administration Review**, v. 66, n. 6, p. 873-887, 2006.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS FILHO, J.M. Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: Encontro Nacional da ANPAD, 31., 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

EAGLY, A. H.; JOHANNESSEN-SCHMIDT, M. C.; VAN ENGEN, M. L. Transformational, Transactional, and Laissez-Faire Leadership Styles: A Meta-Analysis Comparing Women and Men. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 4, p. 569-591, 2003.

EAGLY, A. H.; KARAU, S. J. Role Congruity Theory of Prejudice toward Female Leaders. **Psychological Review**, v. 109, n. 3, p. 573-598, 2002.

ESTELLER-MORÉ, A.; POLO-OTERO, J. Fiscal Transparency: (Why) does your local government respond?. **Public Management Review**, v. 14, n. 8, p. 1153-1173, 2012.

EXAME. **Operação Lava Jato completa 5 anos presa nos labirintos do poder**. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/operacao-lava-jato-completa-5-anos-presa-nos-labirintos-do-poder/>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

FÁVERO, L. P. **Análise de Dados**: Modelos de Regressão. São Paulo: Editora Campus, 2014.

\_\_\_\_\_. **Análise de dados**: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®, Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados**: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®, Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FENNER, V. U. et al. Fatores associados à transparência pública municipal: um estudo regional no Rio Grande do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 9, p. 683-707, 2019.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e controle social na administração pública. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 8, n. 1, 2013.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 84, p. 65-94, 2011.

FINE, M. G. Women leaders' discursive constructions of leadership. **Women's Studies in Communication**, v. 32, n. 2, p. 180-202, 2009.

FUNG, A. Infotopia: Unleashing the Democratic Power of Transparency, **Politics & Society**, v. 4, n. 2, p. 183-212, 2013.

GAINS, C.; ANNESLEY, F. The core executive: Gender, power and change. **Political Studies**, v. 58, n. 5, p. 909-929, 2010.

GANDÍA, J.; ARCHIDONA, M. Determinants of web site information by Spanish city councils. **Online Information Review**, v. 32, n. 1, p. 35-57, 2008.

GAVAZZA, A.; LIZZERI, A. Transparency and economic policy. **Review of Economic Studies**, v. 76, n. 3, p. 1023-1048, 2009.

GOMES FILHO, A. B. O desafio de implementa uma gestão pública transparente. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, 2005. **Anais...** Santiago: CLAD, 2005.

GOULART, S. O. **Controle Social**: uma proposta de alteração metodológica para o índice de transparência pública. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

GRIGORESCU, A. International Organizations and Government Transparency: Linking the International and Domestic Realms. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 4, p. 643-667, 2003.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; WELCH, E. W. Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer - Mediated Transparency of Local Governments. **Public Administration Review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.

GUILLAMÓN, M.; BASTIDA, F.; BENITO, B. The determinants of local government's financial transparency. **Local Government Studies**, v. 37, n. 4, p. 391-406, 2011.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**, 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HALKOS, G. E.; TZEREMES, N. G. Public sector transparency and countries' environmental performance: a nonparametric analysis. **Resource and Energy Economics**, v. 38, p. 19-37, 2014.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLLYER, J.; ROSENDORFF, B.; VREELAND, J. Democracy and transparency. **The Journal of Politics**, v. 73, n. 4, p. 1191-1205, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população: downloads**. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das Prefeitas no Brasil (2017-2020)**. 2019. Disponível em: <<http://pfeitas.institutoalziras.org.br/>>. Acesso em 20 nov. 2019.

ITCF. Índice de Transparência e Cidadania Fiscal. **Projeto do Índice de Transparência e Cidadania Fiscal**. 2011. Disponível em: <[http://www.fiscosoft.com.br/main\\_artigos\\_index.php?PID=255921&printpage=\\_](http://www.fiscosoft.com.br/main_artigos_index.php?PID=255921&printpage=_)>. Acesso em 29 mar. 2019.

ITTONEN, K.; MIETTINEN, J.; VÄHÄMAA, S. Does female representation on audit committees affect audit fees?. **Quarterly Journal of Finance and Accounting**, v. 49, n. 3/4, p. 113-139, 2010.

JORGE, S. S. P.; PATTARO, A. F.; LOURENÇO, R. P. Local government financial transparency in Portugal and Italy: A comparative exploratory study on its determinants. In: BIENNIAL CIGAR CONFERENCE, BRIDGING PUBLIC SECTOR AND NONPROFIT SECTOR ACCOUNTING, 13., 2011, Ghent. **Anais...** Ghent: CIGAR, 2011.

JUSTICE, J. B.; MCNUTT, J. G. Social capital, e-government, and fiscal transparency in the states. **Public Integrity**, v. 16, n. 1, p. 5-23, 2013.

KHAZANCHI, D. Unethical behavior in information systems: The gender factor. **Journal of Business Ethics**, v. 14, n. 9, p. 741-749, 1995.

KIM, H. S.; S. SHIM. Gender-Based Approach to the Understanding of Leadership Roles among Retail Managers. **Human Resource Development Quarterly**, v. 14, n. 3, p. 321-342, 2003.

LAFATIVE, M. D. MEGA, the MEDC and the loss of sunshine. **Policy Brief**: Mackinac Center for Public Policy, n. 5, p. 1-20, 2009.

LASWAD, F.; FISHER, R.; OYELERE, P. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 101-121, 2005.

LOWATCHARIN, G.; MENIFIELD, C. E. Determinants of Internet-enabled Transparency at the Local Level: A Study of Midwestern County Web Sites. **State and Local Government Review**, p. 1-14, 2015.

LOUREIRO, M.; TEIXEIRA, M.; PRADO, O. Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. **Revista Organização & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 47, p. 107-119, out./dez. 2008.

MACEDO, J. J.; CORBARI, E. C. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 44-60, set./dez. 2009.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARIN FILHO, C. J.; SAUSEN, J. O; ALLEBRANDT, S. L. Gestão Pública Municipal: Análise do Processo de Mudança Estratégica de um Município da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

MEDINA, J. A. B. Public Administrations as Gendered Organizations: The Case of Spanish Municipalities. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 149, p. 3-30, 2015.

MEIER, K. J.; O'TOOLE, L. J.; GOERDEL, H. T. Management activity and program performance: Gender as management capital. **Public Administration Review**, v. 66, n. 1, p. 24-36, 2006.

MERCHANT, K. How Men And Women Differ: Gender Differences in Communication Styles, Influence Tactics, and Leadership Styles. **CMC Senior Theses**, Claremont, CA: Claremont McKenna College, v. 513, p. 1-62, 2012.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MILGROM, P.; ROBERTS, J. **Economics, Organizacional & Management**. New Jersey: Prentice-Hall, 1992.

MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. **Sustainable Development**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 1996.

MPF. Ministério Público Federal. **Ranking Nacional de Transparência**: governo municipal. 2016. Disponível em: <<http://sig.mpf.mp.br/MicroStrategy/servlet/mstrWeb?evt=3140&src=mstrWeb.3140&documentID=CD5BD3BA11E621B2E4D90080EFC54015&server=MSTRIS.PGR.MPF.MP.BR&Project=Ranking%20da%20Transparencia&port=0&share=1>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

MPF. Ministério Público Federal. **Ranking Nacional de Transparência**: o projeto. 2020a. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MPF. Ministério Público Federal. **Ranking Nacional de Transparência**: itens avaliados. 2020b. Disponível em:

<<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/como-ajudar-new/ranking/itens-avaliados>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MPF. Ministério Público Federal. **Ranking Nacional de Transparência: como ajudar**. 2020c. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/itens-avaliados/ranking/como-ajudar-new>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MOSER, C. How open is “open as possible”? Three different approaches to transparency and openness in regulating access to EU documents. **IHS Political Science Series**, v. 80, 2001.

MUELLER, C.; TORRES, M.; MORAIS, M. **Referencial básico para a construção de um sistema de indicadores urbanos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1997.

MUNIZ FILHO, J. C.; PONTES, R. B. Aderência dos municípios cearenses à lei da transparência. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 1, n. 12, p. 163-179, jun. 2014.

NOGUEIRA, F. A. **Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. 139 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

NORRIS, D. F.; MOON, M. J. Advancing E-government at the grassroots: Tortoise or hare?. **Public Administration Review**, v. 65. n. 1, p. 64-75, 2005.

OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. **Intellectual Assets and Value Creation: Implications for Corporate Reporting**, Corporate Affairs Division, Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Paris: OECD Publishing, 2006.

OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. **Women, Government and Policy Making in OECD Countries: Fostering Diversity for Inclusive Growth**, 2014.

OLIVEIRA, C. B. DE; FONTES FILHO, J. R. Problemas de agência no setor público: o papel dos intermediadores da relação entre poder central e unidades executoras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 596-615, jul./ago. 2017.

PARK, H.; BLENKINSOPP, J. The roles of transparency and trust in the relationship between corruption and citizen satisfaction. **International Review of Administrative Sciences**, v. 77, n. 2, p. 254-274, 2011.

PIÑA, G.; AVELLANEDA, C. Central government strategies to promote local governments' transparency: guidance or enforcement?. **Public Performance & Management Review**, p. 357-382, 2018.

PINA, V.; TORRES, L.; ROYO, S. Is E-government Promoting Convergence Towards More Accountable Local Governments?. **International Public Management Journal**, v. 13, n. 4, p. 350-380, 2010.

PIOTROWSKI, S.; BERTELLI, A. Measuring Municipal Transparency. In: IRSPM Conference, 14., Bern, Switzerland, abr. 2010. **Anais...** Bern, Switzerland: IRSPM, 2010.

PIOTROWSKI, S. J.; VAN RYZIN, G. G. Citizen attitudes toward transparency in local government. **American Review of Public Administration**, v. 37, n. 3, p. 306-323, 2007.

POSSAMAI, A. J.; SCHINDLER, E. Transparência e lei de Acesso À Informação (LAI) nos municípios gaúchos: fatores associados. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 71-86, 2017.

QUEIROZ, D. B., et al. Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 38-51, dez. 2013.

RAUPP, F. M. Realidade da transparência passiva em prefeituras dos maiores municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 13, n. 30, p. 34-52, set./dez. 2016.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de Câmaras Municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei da transparência. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, n. 3, p. 81-98, 2011.

REBELLO, M. M.; DAMIAN, C. J.; MARTINS, L. T. Driblando a incerteza eleitoral: candidaturas únicas a prefeito no Brasil em 2012. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre:UFRGS, 2015.

RENZIO, P. de; ANGEMI, D. Comrades or culprits: Donor engagement and budget transparency in aid-dependent countries. **Public Administration and Development**, v. 32, p. 167-180, 2012.

REYNAERS, A. M.; GRIMMELIKHUIJSEN, S. Transparency in Public–Private Partnerships: Not so Bad After All?. **Public Administration**, v. 93, n. 3, p. 609-626, 2015.

RÍOS, A. M. BASTIDA, F.; BENITO, B. Budget transparency and legislative budgetary oversight: an international approach. **American Review of Public Administration**, v. 46, n. 5, p. 1-23, 2014.

RÍOS, A. M., BENITO, B., BASTIDA, F. Factors explaining public participation in the central government budget process. **Australian Journal of Public Administration**, p. 1-17, 2016.

ROBERTS, J. Limits to communities of practice. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 3, p. 623-639, 2006.

RODRIGUES JR., M. S.; SALGUEIRO, V. A. G. Transparência na Gestão Fiscal nos Municípios do Estado do Ceará. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 1, n. 13, p. 47-63, jun. 2015.

RODRIGUES, S. L. Mídia, informação e transparência construindo a cidadania contra a corrupção no Maranhão. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 7., 2011, Belém, **Anais...** Belém: Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2011.

RODRÍGUEZ-GARCIA, M. J. Local Women's Coalitions: Critical Actors and Substantive Representation in Spanish Municipalities. **European Journal of Women's Studies**, v. 22, n. 2, p. 223-240, 2015.

ROSS, S. A. The economic theory of agency: the principal's problem. **The American Economic Review**, Nashville, v. 63, n. 2, p. 134-139, 1973.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimentos e tendências**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 1, jan./mar. 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**, 5. ed., Porto Alegre: Penso, 2013.

SANDOVAL-ALMAZAN, R.; GIL-GARCIA, J. R. Are Government Internet Portals Evolving Towards More Interaction, Participation, and Collaboration? Revisiting the Rhetoric of E-Government among Municipalities. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 72-81, 2012.

SANTOS, A. M. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1., p. 1-20, jun. 2013

SANTOS, L. S. et al. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHMIDT, C. M. C. **Modelo de regressão de Poisson aplicado à área da saúde**. Ijuí, 2003. 98 f. Dissertação (Mestrado em Modelagem Matemática) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

SENADO FEDERAL. **Índice de Transparência do Poder Legislativo**. 2018a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/transparencia/indice-de-transparencia-legislativa>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SENADO FEDERAL. **Fátima Bezerra é a única mulher eleita governadora nas eleições deste ano**. 2018b. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/10/fatima-bezerra-e-a-unica-mulher-eleita-governadora-nas-eleicoes-deste-ano>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

SENADO FEDERAL. **Estados e municípios**: endividados e com receita em queda. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/pacto-federativo/realidade-brasileira/endividados-e-com-receita-em-queda>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SERRANO-CINCA, C.; RUEDA-TOMÁS, M.; PORTILLO-TARRAGONA, P. Factors influencing e-disclosure in local public administrations. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 27, n. 2, p. 355-378, 2009.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, M. C. et al. Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros. **GCG Georgetown University – UNIVERSIA**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2019.

SILVA, W. A. O.; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 415-431, mar./abr. 2019.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

SLOMSKI, V. et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, V. et. al. A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria Geral do Município de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 4, p. 933-937, 2010.

SOARES, L. L. **Transparência em compras públicas**: Proposta de um Índice da Transparência na Gestão de Compras Públicas Aplicado aos Websites de Municípios Brasileiros com mais de 100 mil habitantes. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOBOTKA, E. A. Orçamento participativo Conciliando direitos sociais de cidadania e legitimidade do governo. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 95-110, jan./jun. 2004.

SOL, D. A. del. The institutional, economic and social determinants of local government transparency. **Journal of Economic Policy Reform**, v. 16, n. 1, p. 90-107, 2013.

SÖTHER, A. **Mecanismos distributivos da estrutura tributária**: influência na execução orçamentária e nos índices de desenvolvimento dos municípios catarinenses. 2017. 257 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017.

SÖTHER, A.; KEGEL, P. L.; VISENTINI, M. S. Mecanismos distributivos da estrutura tributária: influência na execução orçamentária dos municípios catarinenses. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 2, p. 4-37, jan. 2018.

SOUZA, F. J. V. et al. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 94-113, set./dez. 2013.

STIGLITZ, J. Transparency in government. In: WORLD BANK INSTITUTE. **The right to tell**: the role of mass media in economic development. Washington, D.C: The World Bank, 2002. p. 27-44

STYLES, A. K.; TENNYSON, M. The accessibility of financial reporting of U.S. municipalities on the internet. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, Florida, v. 19, n. 1, p. 56-92, 2007.

TADANO, Y. S. **Análise do impacto de MP10 na saúde populacional**: estudo de caso em Araucária, PR. Curitiba, 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica e de Materiais) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 93-114, maio/ago. 2013.

TAVARES, A. F.; CRUZ, N. F. da. Explaining the transparency of local government websites through na political Market framework. *Government Information Quarterly*, p. 1-13, 2017.

TCE-PB. **Índice de Transparência Pública – PB**. 2016. Disponível em: <<http://tce.pb.gov.br/indice-de-transparencia-publica>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

TCE-PE. **Índice de Transparência das Prefeituras dos Municípios Pernambucanos**: Exercício 2017. 2017. Disponível em: <<https://tce.pe.gov.br/indicedetransparencia2017/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

TCE-PR. **ITP - Índice de Transparência da Administração Pública**. 2018. Disponível em: <<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/itp-indice-de-transparencia-da-administracao-publica-controle-social-controle-social/317844>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

TCE-RS. **Prêmio Boas Práticas de Transparência na Internet**. 2015. Disponível em: <[http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/premios/premio\\_boas\\_praticas](http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/premios/premio_boas_praticas)>. Acesso em: 29 mar. 2019.

TESOURO NACIONAL. **Manual SADIPEM**: 020332 - Classificações orçamentárias. 2020. Disponível em: <[https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1567:020332-classificacoes-orcamentarias&catid=749&Itemid=376](https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1567:020332-classificacoes-orcamentarias&catid=749&Itemid=376)>. Acesso em 15 jan. 2020.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. 2016a. **Eleições 2016**: número de prefeitas eleitas em 2016 é menor que 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/eleicoes-2016-numero-de-prefeitas-eleitas-em-2016-e-menor-que-2012>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. 2016b. **Eleições 2016**: candidato para ser diplomado precisa estar com registro aprovado. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-candidato-para-ser-diplomado-precisa-estar-com-registro-aprovado>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. 2019. **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>. Acesso em 13 dez. 2019.

USAID, United States Agency for International Development. **Fundamentals of NGO Financial Sustainability**. Bethesda: Abt Associates Inc., 2011.

VERMEIR, I.; P. VAN KENHOVE. Gender Differences in Double Standards. **Journal of Business Ethics**, v. 81, n. 2, p. 281-295, 2008.

VISENTINI, M. S. et al. Avaliação da produção científica nacional acerca da temática da transparência na gestão pública. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2019, Santa Cruz do Sul, **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

WEHNER, J.; DE RENZIO, P. Citizens, legislators, and executive disclosure: The political determinants of fiscal transparency. **World Development**, v. 41, p. 96-108, 2013.

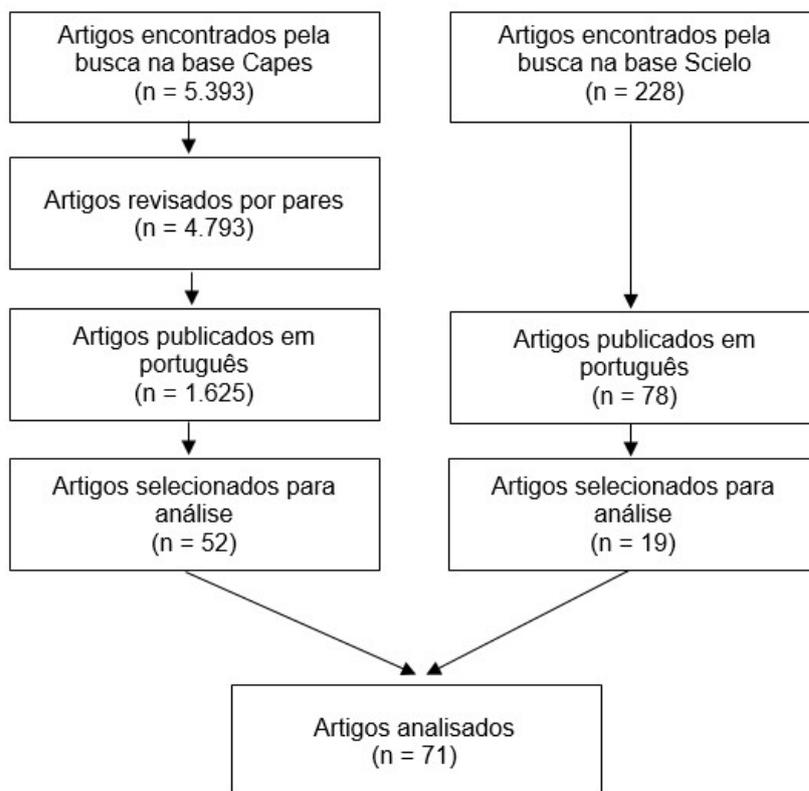
WEYER, B. Twenty Years Later: Explaining the Persistence of the Glass Ceiling for Women Leaders. **Women in Management Review**, v. 22, n. 6, p. 482-496, 2007.

WHITAKER, C. **O que é vereador**. 1 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

ZARPELLON, S. C. Continuidade e descontinuidade administrativa de programas e projetos econômicos e sociais: um ensaio sobre fatores que contribuem para esse fenômeno na região centro-sul do Paraná, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, 3., 2011, Ponta Grossa, **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2011.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 25, n. 12, p.137-158, jan./abr. 2015.

## APÊNDICE A – FLUXOGRAMA DA BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS NACIONAIS



## APÊNDICE B – ESTUDOS NACIONAIS SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Código	Autores	Título	Periódico	Ano	Base
[1]	FILGUEIRAS, F.	Além da transparência: accountability e política da publicidade	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2011	Scielo
[2]	REIS JR., P. B.; MAIA, L.	Transparência e Visibilidade – Premissas para o Fortalecimento dos Mecanismos de Controle Social	Revista Controle	2011	Capes
[3]	ROCHA, C. V.	Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil	Revista de Sociologia e Política	2011	Scielo
[4]	SANTOS, S. R. T.; ALVES, T. W.	O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentaria dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004"	Revista de Administração Pública	2011	Capes
[5]	ARAÚJO, L.; SOUZA, J.	Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados Governamentais abertos em dados ligados/increasing government	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	2011	Capes
[6]	AUGUSTINHO, S. M.; LIMA, I. A.	A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de transparência sobre as contas públicas	Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	2012	Capes
[7]	CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S.	Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros	Revista de Administração Pública	2012	Capes
[8]	BAPTISTA, T. W. F.; MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; GARCIA, M.; ANDRADE, C. L. T.; GERASSI, C. D.	As emendas parlamentares no orçamento federal da saúde	Cadernos de Saúde Pública	2012	Scielo
[9]	HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J.	Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba	Revista de Sociologia e Política	2012	Scielo
[10]	CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S.	Avaliação, informação e responsabilização no setor público	Revista de Administração Pública	2012	Scielo
[11]	INAMINE, R.; ERDMANN, R. H.; MARCHI, J. J.	Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público	Revista de Administração	2012	Scielo

[12]	SILVA, R. L.; HOCH, P. A.; RIGHI, L. M.	Transparência pública e a atuação normativa do CNJ	Revista Direito GV	2013	Scielo
[13]	CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S.	Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás	Sociedade e Estado	2013	Scielo
[14]	MORAES, M. A.; OLIVEIRA, A. G.; NIWA, T. H.	Controle interno como instrumento de planejamento, organização e transparência na administração pública municipal: o caso do município de Guareí/SP	Revista Controle	2013	Capes
[15]	SILVA, S. P.	Dimensões estruturais da mídia pública no Brasil: análise comparativa de indicadores-chaves em organizações de radiodifusão	Ciberlegenda	2013	Capes
[16]	BEUREN, I. M.; MOURA, G. D.; KLOEPEL, N. R.	Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros	Revista de Administração Pública	2013	Capes
[17]	ROCHA, A. C.	A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina	Revista de Administração Pública	2013	Capes
[18]	SILVEIRA, J. S. T.; MOREIRA, A. P.; WEYH, C. B.; DALONGARO, R. C.; SAMPAIO, P. H.	Proposição metodológica e aplicação de um índice municipal de accountability	Tourism & Management Studies	2013	Capes
[19]	SOUZA, J. A.; OLIVEIRA, F. A.; COLARES, A. C. V.	A auditoria operacional e contábil no controle e transparência da administração pública na percepção de auditores e gestores públicos	Revista Controle	2013	Capes
[20]	MARTINS, A. A.; MARQUES, H. R.	A contribuição da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão pública	Revista Controle	2013	Capes
[21]	ANTONINO, M. S. L.; ALMEIDA, K. K. N.; ECHTERNACHT, T. H. S.; FRANÇA, R. D.	Percepção dos auditores sobre o papel da auditoria governamental para transparência da gestão pública: um estudo no Tribunal de Contas da Paraíba	Revista Ambiente Contábil	2013	Capes
[22]	SOUZA, F. J. V.; BARROS, C. C.; ARAUJO, F. R.; SILVA, M. C.	Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2013	Capes
[23]	VIANA, C. C.; TAMER, C. M. V. S.; ROCHA, W. A. S.; LIMA, M. S.	Avaliação da aderência aos critérios internacionais de transparência para a divulgação e apresentação das contas públicas municipais	Revista Ambiente Contábil	2013	Capes
[24]	QUEIROZ, D. B.; NOBRE, F. C.	Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação	Revista Evidenciação	2013	Capes

	SILVA, W. V.; ARAÚJO, A. O.	entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas	Contábil & Finanças		
[25]	RAUPP, F. M.; GODOY, J. G. V.	Transparência das maiores organizações não governamentais mundiais por meio de portais eletrônicos	Revista de Contabilidade e Controladoria	2013	Capes
[26]	CRUZ, C. F.; MACEDO, M. A. S.; SAUERBRONN, F. F.	Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características	Revista de Administração Pública	2013	Capes
[27]	SILVA, C. A. G.; CROZATTI, J.	A demonstração do resultado econômico na gestão de políticas públicas: avaliação da aplicabilidade pelos auditores da secretaria municipal de finanças da prefeitura de São Paulo	Revista de Contabilidade e Controladoria	2013	Capes
[28]	ALMEIDA, G. T.	A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social na gestão de medicamentos do setor público	Cadernos Ibero- americanos de Direito Sanitário	2013	Capes
[29]	GONÇALVES, R. S.; HAYAKAWA, R. I.; GONÇALVES, A. O.; SERRANO, A. L. M.	Conselhos de saúde e controle social: um estudo comparativo dos relatórios de prestação de contas das Secretarias Estaduais de Saúde	Saúde e Sociedade	2013	SciELO
[30]	BRITTO, A. S.; RODRIGUES, A.; MARQUES, J. A. V. C.	Divulgação nos relatórios dos bancos públicos brasileiros: análise das recomendações do Pilar 3 do Acordo de Basileia 2	Revista de Administração Pública	2013	Capes
[31]	FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L.	Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª conferência nacional sobre transparência pública	Revista de Contabilidade e Controladoria	2014	Capes
[32]	MUNIZ FILHO, J. C.; PONTES, R. B.	Aderência dos municípios cearenses à Lei da Transparência	Revista Controle	2014	Capes
[33]	VIEIRA, J. S.; PINHEIRO, F. M. G.; LIMA FILHO, R. N.; MOREIRA, R. C.	Práticas de transparência digital em municípios baianos: um estudo de caso	Revista de Administração de Roraima - RARR	2014	Capes
[34]	FRANCO, L. M. G.; REZENDE, D. A.; FIGUEIREDO, F. C.; NASCIMENTO, C.	Nível de divulgação eletrônica da contabilidade pública dos municípios do Paraná no ambiente da internet	Ciências da Administração	2014	Capes
[35]	OLIVEIRA, R. S.; RAMINELLI, F. P.	O direito ao acesso a informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do conselho nacional de justiça no Facebook	Sequencia: estudios juridicos e politicos	2014	Capes

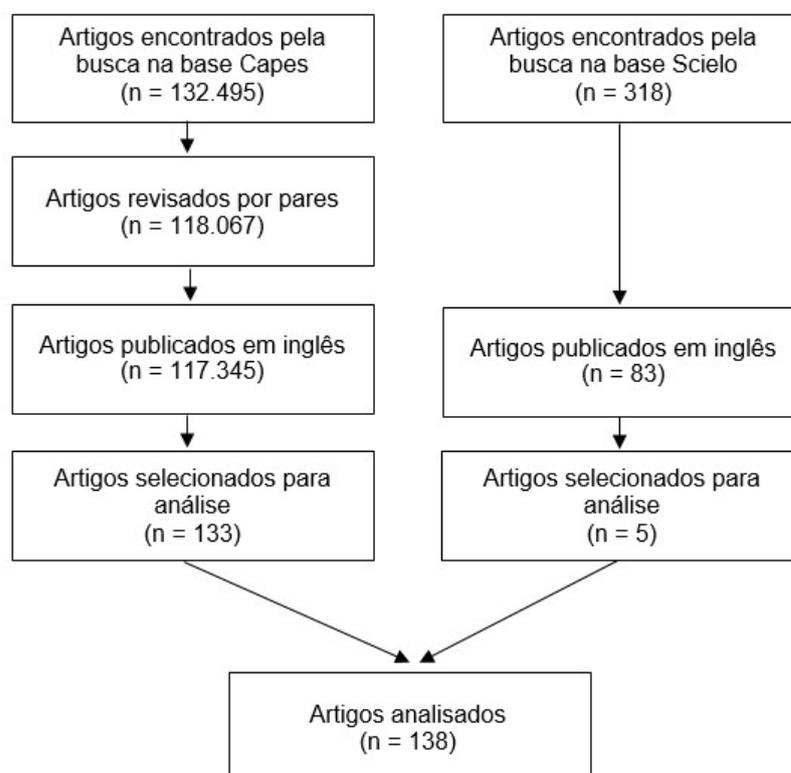
[36]	LOPES, F. S.; SILVA, M. V. D. C.; SILVA, M. S.; SILVA, F. C. C.	Uma luz na escuridão: a evidenciação contábil sob a égide da Lei de Responsabilidade Fiscal	Revista Principia	2015	Capes
[37]	ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L.	Transparência: reposicionando o debate	Revista Contemporânea de Contabilidade	2015	Capes
[38]	CARVALHO, M. O.	Princípio da transparência no Novo Direito Administrativo	Revista Controle	2015	Capes
[39]	ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.	Gestão Social, democracia, representação e transparência: evidências nos estados brasileiros	Ciências da Administração	2015	Capes
[40]	RODRIGUES JR., M. S.; SALGUEIRO, V. A. G.	Transparência na gestão fiscal nos municípios do estado do Ceará	Revista Controle	2015	Capes
[41]	OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J.	IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão	Revista de Administração Pública	2015	Scielo
[42]	BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C. E.; ALVES, F. J. S.	Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010	Revista de Administração Pública	2015	Capes
[43]	BERNARDES, M. B.; SANTOS, P. M.; ROVER, A. J.	Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso a Informação	Revista de Administração Pública	2015	Capes
[44]	SOUSA, J.; GERALDES, E.	A Lei de Acesso a Informação no Brasil, Portugal e Espanha: uso da internet, transparência e cidadania	Razón y palabra	2016	Capes
[45]	MORAIS, E.; BONFIM, W.	Transparência pública brasileira: desenvolvimento da accountability e efetivação do estado de direito	Perspectivas	2016	Capes
[46]	SILVA, N. G.; CUNHA, F. B.; AZEVEDO, M.; MOXOTÓ, A. C. A.	Balanço social no setor público: uma análise comparativa no governo do estado do Amazonas	Revista de Administração de Roraima	2016	Capes
[47]	CAVALCANTE, M. L. S. A	Ouvidorias públicas: conceito, papel, evolução e qualidade no controle social	Revista Controle	2016	Capes
[48]	MATHEUS, R.; RODRIGUES, D.; VAZ, J. C.; JAYO, M.	Análise do nível de abertura de dados governamentais de trânsito no Brasil	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	2016	Capes
[49]	MORAIS, L. S.; TEIXEIRA, M. G. C.	Interfaces da accountability na administração pública brasileira: análise de uma experiência da auditoria geral do estado do rio de janeiro	REAd. Revista Eletrônica de Administração	2016	Scielo
[50]	CRUZ, M. C. M. T.; SILVA, T. A. B.; SPINELLI, M. V.	O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei	Cadernos EBAPE.BR	2016	Scielo

		de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros			
[51]	BRAGA, L. V.; GOMES, R. C.	Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e accountability	Organizações & Sociedade,	2016	Scielo
[52]	GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M.	Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras	Transinformação	2016	Scielo
[53]	ROSA, M. M.; BERNARDO, F. D.; VICENTE, E. F. R.; PETRI, S. M.	A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social: diagnóstico dos municípios do sul do Brasil à luz do artigo 8º da lei 12527/2011	Navus: Revista de Gestão e Tecnologia	2016	Capes
[54]	ZAGANELLI, J. C.; MIRANDA, W. V.	Marco civil da internet e política pública de transparência: Uma análise da e-democracia e do compliance público	Revista Brasileira de Políticas Públicas	2017	Capes
[55]	BARROS, C. C.; BARROS, F. M. C.; SOUZA, F. J. V.; CÂMARA, R. P. B.; BATISTA, E. M.	Transparência na gestão pública: um estudo do atendimento dos municípios do estado rio grande do norte a Lei Complementar nº 131/2009	Revista Ambiente Contábil	2017	Capes
[56]	SCHERER, F. L.; SANTOS, M. B.; BREGOLIN, C. G.	O impacto da portaria MPS nº 440/2013 na transparência dos regimes próprios: um estudo de caso no Fundo de Previdência Municipal – FUNDOPREVI	Redes	2017	Capes
[57]	BROCCO, C.; GRANDO, T.; MARTINS, V. Q.; BRUNOZI JR., A. C.; CORRÊA, S.	Transparência da gestão pública municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul	Revista Ambiente Contábil	2018	Capes
[58]	MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I.	Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois	Revista de Administração Pública	2018	Capes
[59]	PINHEIRO, F. M. G.; PINHO, J. A. G.; BRUNI, A. L.	Accountability em parcerias público-privadas: espaços para avanços em unidades hospitalares sob gestão direta e em regime de parceria	Organizações & Sociedade	2018	Capes
[60]	CRUZ, C. F.; AFONSO, L. E.	Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios	Revista de Administração Pública	2018	Capes
[61]	AQUINO, A. C. B.; AZEVEDO, R. R.	Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária	Revista de Administração Pública	2018	Capes

[62]	CAMILO, S. P. O.; MANENTI, R. V. A.; YAMAGUCHI, C. K.	Práticas de governança pública municipal: análise informacional dos sítios eletrônicos em portais de transparência	Revista de Ciências da Administração	2018	Capes
[63]	KLEIN, R. H.; KLEIN, D. C. B.; LUCIANO, E. M.	Identificação de mecanismos para a ampliação da transparência em portais de dados abertos: uma análise no contexto brasileiro	Cadernos EBAPE.BR	2018	Scielo
[64]	PINHEIRO, F. M. G.; PINHO, J. A. G.; BRUNI, A. L.	Accountability em parcerias público-privadas: espaços para avanços em unidades hospitalares sob gestão direta e em regime de parceria	Organizações & Sociedade	2018	Scielo
[65]	FREIRE, N. M. M.; GOMES, D. W. R.; OLIVEIRA, O. V.	Gestão pública em accountability: estudo com prefeituras do estado do Ceará	Revista Expressão Católica	2019	Capes
[66]	LIMA, E. C.; PORTELA, F. C.	Transparência e acesso ao controle social	Revista Controle	2019	Capes
[67]	MANFIO, V.; BITENCOURT, C. M.	Os portais de transparência entre a teoria e a prática: críticas à disposição das informações de despesas com saúde pública	Revista Jovens Pesquisadores	2019	Capes
[68]	ROSA, T. C.; CABERO, M. M. M.	Transparência pública: legislações de acesso à informação brasileira e espanhola	Páginas a&b	2019	Capes
[69]	MELO, D. A.; FUCHIGAMI, H. Y.	Proposta de índice bidimensional de transparência da informação público-eletrônica como ferramenta para participação e controle sociais	Revista Eletrônica de Administração	2019	Scielo
[70]	MACIEL, R. G.; FONSECA, P. G.; DUARTE, F. R.; SANTOS, E. M.	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e sua contribuição para a transparência: uma experiência gerencial em uma universidade federal	Perspectivas em Ciência da Informação	2019	Scielo
[71]	SILVA, W. A. O.; BRUNI, A. L.	Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros	Revista de Administração Pública	2019	Scielo

Nota: Os artigos elencados nesta Tabela não estão listados nas Referências.

## APÊNDICE C – FLUXOGRAMA DA BUSCA DE ARTIGOS INTERNACIONAIS



APÊNDICE D – ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE TRANSPARÊNCIA  
PÚBLICA

<b>Código</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Periódico</b>	<b>Ano</b>	<b>Base</b>
[72]	NEWBOLD, S. P.	Federalist No. 27: is transparency essential for public confidence in government?	Public Administration Review	2011	Capes
[73]	ARELLANO-GAULT, D.; LEPORE, W.	Transparency reforms in the public sector: beyond the new economics of organization	Organization Studies	2011	Capes
[74]	BIRCHALL, C.	Transparency, interrupted secrets of the left	Theory, Culture & Society	2011	Capes
[75]	GAVAZZA, A.; LIZZERI, A.	Transparency and manipulation of public accounts	Journal of Public Economic	2011	Capes
[76]	HOWELL-MORONEY, M. E.; HALL, J. L.	Waste in the sewer: the collapse of accountability and transparency in public finance in Jefferson County, Alabama	Public Administration Review	2011	Capes
[77]	JELOVAC, D.; VAN DER WAL, Z.; JELOVAC, A.	Business and government ethics in the “new” and “old” EU: an empirical account of public-private value congruence in Slovenia and the Netherlands	Journal of Business Ethics	2011	Capes
[78]	JAMES, J. G.; LAWLER, P.	Optimal policy intervention and the social value of public information	The American Economic Review	2011	Capes
[79]	MITCHELL, R. B.	Transparency for governance: the mechanisms and effectiveness of disclosure-based and education-based transparency policies	Ecological Economics	2011	Capes
[80]	ROSE, S.; SMITH, D. L.	Budget slack, institutions, and transparency	Public Administration Review	2011	Capes
[81]	HEALD, D.	Why is transparency about public expenditure so elusive?	International Review of Administrative Sciences	2012	Capes
[82]	GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; MEIJER, A. J.	Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: evidence from an online experiment	Journal of Public Administration Research and Theory	2012	Capes
[83]	STANGER, A.	Transparency as a core public value and mechanism of compliance	Criminal Justice Ethics	2012	Capes
[84]	ARGYROUS, G.	Evidence based policy: principles of transparency and accountability	Australian Journal of Public Administration	2012	Capes
[85]	STONE, C.; KRAWCHENKO, T.	Transparency and accountability in infrastructure stimulus spending: a	Canadian Public Administration	2012	Capes

		comparison of Canadian, Australian and U.S. programs			
[86]	CERRILLO-I-MARTÍNEZ, A.	The reuse of public sector information in Europe and its impact on transparency	European Law Journal	2012	Capes
[87]	DISTASO, M. W.; BORTREE, D. S.	Multi-method analysis of transparency in social media practices: survey, interviews and content analysis	Public Relations Review	2012	Capes
[88]	WEHMEIER, S.; RAAZ, O.	Transparency matters: the concept of organizational transparency in the academic discourse	Public Relations Inquiry	2012	Capes
[89]	KIM, S.; LEE, J.	E-participation, transparency, and trust in local government	Public Relations Review	2012	Capes
[90]	GRIMMELIKHUIJS EN, S. G.; WELCH, E. W.	Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments	Public Administration Review	2012	Capes
[91]	APAZA, C. R.	Ensuring accountability and transparency through integrated public management systems	Political Science and Politics	2012	Capes
[92]	RENZIO, P.; ANGEMI, D.	Comrades or culprits? Donor engagement and budget transparency in aid-dependent countries	Public Administration and Development	2012	Capes
[93]	BALL, I.	New development: transparency in the public sector	Public Money & Management	2012	Capes
[94]	CHEN, Y. C.	Improving transparency in the financial sector	Public Performance & Management Review	2013	Capes
[95]	JUSTICE, J. B.; MCNUTT, J. G.	Social capital, e-government, and fiscal transparency in the states	Public Integrity	2013	Capes
[96]	ANHEIER, H. K.; HASS, R.; BELLER, A.	Accountability and transparency in the German nonprofit sector: a paradox?	International Review of Public Administration	2013	Capes
[97]	DUMONT, G. E.	Transparency or accountability? The purpose of online technologies for nonprofits	International Review of Public Administration	2013	Capes
[98]	HALE, K.	Understanding nonprofit transparency: the limits of formal regulation in the american nonprofit sector	International Review of Public Administration	2013	Capes
[99]	DENG, S.; PENG, J.; WANG, C.	Fiscal transparency at the chinese provincial level	Public Administration	2013	Capes
[100]	ADAMS, A.; MCCORKINDAL, T.	Dialogue and transparency: a content analysis of how the 2012 presidential candidates used Twitter	Public Relations Review	2013	Capes
[101]	BOLÍVAR, M. P. R.; MUÑOZ, L. A.; HERNÁNDEZ, A. M, L.	Determinants of financial transparency in government	International Public Management Journal	2013	Capes

[102]	GRIMMELIKHUIJS EN, S.; PORUMBESCU, G.; HONG, B.; IM, T.	The effect of transparency on trust in government: a cross-national comparative experiment	Public Administration Review	2013	Capes
[103]	MEIJER, A.	Understanding the complex dynamics of transparency	Public Administration Review	2013	Capes
[104]	VIEIRA, J. B.	The impact of public transparency in fighting corruption: a study on Brazilian municipalities e-government	Journal of Democracy	2013	Capes
[105]	ZHANG, Q.; CHAN, J. L.	New development: fiscal transparency in China - government policy and the role of social media	Public Money & Management	2013	Capes
[106]	MASON, D.; HILLENBRAND, C.; MONEY, K.	Are informed citizens more trusting? Transparency of performance data and trust towards a British Police Force	Journal of Business Ethics	2013	Capes
[107]	LEE, R. L.; RHODA, J. C.	An examination of web disclosure and organizational transparency	Computers in Human Behavior	2013	Capes
[108]	ALBU, O. B.; WEHMEIER, S.	Organizational transparency and sense-making: the case of Northern Rock	Journal of Public Relations Research	2014	Capes
[109]	HONG, H.	The Internet, transparency, and government-public relationships in Seoul, South Korea	Public Relations Review	2014	Capes
[110]	GRAHAM, F. S.; GOODEN, S. T.; MARTIN, K. J.	Navigating the transparency – privacy paradox in public sector data sharing	American Review of Public Administration	2014	Capes
[111]	RÍOS, A. M.; F. BASTIDA, F.; BENITO, B.	Budget transparency and legislative budgetary oversight: an international approach	American Review of Public Administration	2014	Capes
[112]	CUCCINIELLO, M.; BELLÉ, N.; NASI, G.; VALOTTI, G.	Assessing public preferences and the level of transparency in government using an exploratory approach	Social Science Computer Review	2014	Capes
[113]	HALKOS, G. E.; TZEREMES, N. G.	Public sector transparency and countries' environmental performance: a nonparametric analysis	Resource and Energy Economics	2014	Capes
[114]	JUN, K. N.; WANG, F.; WANG, D.	E-government use and perceived government transparency and service capacity: evidence from a chinese local government	Public Performance & Management Review	2014	Capes
[115]	FILA, M.; SCHWARCZOVÁ, L.	Methods of public communication and related perception of transparency from the Slovak municipalities' point of view	Acta Regionalia et Environmentalica	2014	Capes
[116]	ABUSHAMSIEH, K.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A.	The development of public accounting transparency in selected Arab countries	International Review of Administratives Sciences	2014	Capes

	M.; ORTIZ-RODRÍGUEZ, D.				
[117]	DE FINE LICHT, J.	Transparency actually: how transparency affects public perceptions of political decision-making	European Political Science Review	2014	Capes
[118]	DE FINE LICHT, J.	Policy area as a potential moderator of transparency effects: an experiment	Public Administration Review	2014	Capes
[119]	GALERA, A. N.; BERJILLOS, A. R.; LOZANO, M. R.; VALENCIA, P. T.	Transparency of sustainability information in local governments: English-speaking and Nordic cross-country analysis	Journal of Cleaner Production	2014	Capes
[120]	PORUMBESCU, G.	Linking transparency to trust in government and voice	American Review of Public Administration	2015	Capes
[121]	GRIMMELIKHUIJS EN, S.; KLIJN, A.	The effects of judicial transparency on public trust: evidence from a field experiment	Public Administration	2015	Capes
[122]	GRIMMELIKHUIJS EN, S.; KASYMOVA, J.	Not so universal after all: exploring the meaning and use of government transparency in consensual and majoritarian democracies	Public Integrity	2015	Capes
[123]	SCHNELL, S.	Mimicry, persuasion, or learning? The case of two transparency and anti-corruption policies in Romania	Public Administration and Development	2015	Capes
[124]	REYNAERS, A. M.; GRIMMELIKHUIJS EN, S.	Transparency in public-private partnerships: not so bad after all?	Public Administration	2015	Capes
[125]	DA CRUZ, N. F.; TAVARES, A. F.; MARQUES, R. C.; JORGE, S.; DE SOUSA, L.	Measuring local government transparency	Public Management Review	2015	Capes
[126]	DU, X.; WANG, D.; WANG, X.; YANG, S.; ZHANG, X.	Exploring the transparency mechanism and evaluating the effect of public reporting on prescription: a protocol for a cluster randomized controlled trial	BMC Public Health	2015	Capes
[127]	HOLLYER, J. R.; ROSENDORFF, B. P.; VREELAND, J. R.	Transparency, protest, and autocratic instability	American Political Science Review	2015	Capes
[128]	TEJEDO-ROMERO, F.; ARAUJO, J. F. F. E.	Determinants of local governments' transparency in times of crisis: evidence from municipality-level panel data	Administration & Society	2015	Capes
[129]	FREDRIKSSON, A.	Location-allocation of public services – citizen access, transparency and measurement: a method and evidence from Brazil and Sweden	Socio-Economic Planning Sciences	2016	Capes

[130]	BRUN-MARTOS, M. I.; LAPSLEY, I.	Democracy, governmentality and transparency: participatory budgeting in action	Public Management Review	2016	Capes
[131]	CLINGER, J.	The Kantian Publicity Principle and the transparency presumption in public affairs: when private citizens' participation becomes public knowledge	Public Integrity	2016	Capes
[132]	MUÑOZ, L. A.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNÁNDEZ, A. M. L.	Transparency in governments: a meta-analytic review of incentives for digital versus hard-copy public financial disclosures	American Review of Public Administration	2016	Capes
[133]	RUIJER, E.	Proactive transparency in the United States and the Netherlands: the role of government communication officials	American Review of Public Administration	2016	Capes
[134]	BEARFIELD, D. A.; BOWMAN, A. O'M.	Can you find it on the web? An assessment of municipal e-government transparency	American Review of Public Administration	2016	Capes
[135]	PIOTROWSKI, S. J.	The "Open Government Reform" movement: the case of the open government partnership and U.S. transparency policies	American Review of Public Administration	2016	Capes
[136]	BEN-AARON, J.; DENNY, M.; DESMARAIS, B.; WALLACH, H.	Transparency by conformity: a field experiment evaluating openness in local governments	Public Administration Review	2016	Capes
[137]	CUCCINIELLO, M.; PORUMBESCU, G. A.; GRIMMELIKHUIJSEN, S.	25 years of transparency research: evidence and future directions	Public Administration Review	2016	Capes
[138]	DOUGLAS, S.; MEIJER, A.	Transparency and public value – analyzing the transparency practices and value creation of public utilities	International Journal of Public Administration	2016	Capes
[139]	RUIJER, E.; MEIJER, A.	National transparency regimes: rules or principles? A comparative analysis of the United States and the Netherlands	International Journal of Public Administration	2016	Capes
[140]	BENITO; B.; LAMÓN; M. D.; BASTIDA, F.	The impact of transparency on the cost of sovereign debt in times of economic crisis	Financial Accountability & Management	2016	Capes
[141]	ARAUJO, J. F. F. E.; TEJEDO-ROMERO, F.	Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings	International Journal of Public Sector Management	2016	Capes
[142]	VUJNOVIC, M.; KRUCKEBERG, D.	Pitfalls and promises of transparency in the digital age	Public Relations Inquiry	2016	Capes
[143]	FILGUEIRAS, F.	Transparency and accountability: principles and rules for the construction of publicity	Journal of Public Affairs	2016	Capes

[144]	SONG, C.; LEE, J.	Citizens' use of social media in government, perceived transparency, and trust in government	Public Performance & Management Review	2016	Capes
[145]	SCHNELL, S.	From information to predictability: transparency on the path to democratic governance: the case of Romania	International Review of Administrative Sciences	2016	Capes
[146]	SVÄRD, P.	Has the freedom of information act enhanced transparency and the free flow of information in Liberia?	Information Development	2016	Capes
[147]	BRUCE, D.	Public order transparency: using freedom of information laws to analyse the policing of protest	SA Crime Quarterly	2016	Scielo
[148]	INGRAMS, A.	Transparency for results: testing a model of performance management in open government initiatives	International Journal of Public Administration	2017	Capes
[149]	ARAPIS, T.; REITANO, V.	Examining the evolution of cross-national fiscal transparency	American Review of Public Administration	2017	Capes
[150]	LI, Z.; OUYANG, X.; DU, K.; ZHAO, Y.	Does government transparency contribute to improved eco-efficiency performance? An empirical study of 262 cities in China	Energy Policy	2017	Capes
[151]	HOLLAND, D.; KRAUSE, A.; PROVENCHER, J.; SELTZER, T.	Transparency tested: the influence of message features on public perceptions of organizational transparency	Public Relations Review	2017	Capes
[152]	MOORE, S.	Towards a sociology of institutional transparency: openness, deception and the problem of public trust	Sociology	2017	Capes
[153]	STRÎMBU, O.; GONZÁLEZ, P.	Does transparency reduce political corruption?	Journal of Public Economic Theory	2017	Capes
[154]	TSETSURU, K.; AZIZ, K.	Toward professional standards for media transparency in the United States: comparison of perceptions of non-transparency in national vs. regional media	Public Relations Review	2017	Capes
[155]	OSMAN, M.; HEATH, A. J.; LÖFSTEDT, R.	The problems of increasing transparency on uncertainty	Public Understanding of Science	2017	Capes
[156]	ARAUJO, J. F. F. E. de; TEJEDO-ROMERO, F.	Does gender equality affect municipal transparency: the case of Spain	Public Performance & Management Review	2017	Capes
[157]	SÁEZ-MARTÍN, A.; LÓPEZ-HERNANDEZ, A. M.; CABA-PEREZ, C.	Access to public information: a scientometric study of legal versus voluntary transparency in the public sector	Scientometrics	2017	Capes

[158]	PORUMBESCU, G.; BELLÉ, N.; CUCCINIELLO, M.; NASI, G.	Translating policy transparency into policy understanding and policy support: evidence from a survey experiment	Public Administration	2017	Capes
[159]	PELAUDEIX, C.; BASSE, E. M.; LOUKACHEVA, N.	Openness, transparency and public participation in the governance of uranium mining in Greenland: a legal and political track record	Polar Record	2017	Capes
[160]	KHADJAVI, M.; LANGE, A.; NICKLISCH, A.	How transparency may corrupt – experimental evidence from asymmetric public goods games	Journal of Economic Behavior & Organization	2017	Capes
[161]	LEE, T. H.; BOYNTON, L. A.	Conceptualizing transparency: propositions for the integration of situational factors and stakeholders' perspectives	Public Relations Inquiry	2017	Capes
[162]	GABRIEL, A. G.	Transparency and accountability in local government: levels of commitment of municipal councillors in Bongabon in the Philippines	Asia Pacific Journal of Public Administration	2017	Capes
[163]	FIELD, M.	How European Union policy actors use and assess the effectiveness of e-transparency	Public Policy and Administration	2017	Capes
[164]	SCHNELL, S.	Cheap talk or incredible commitment? (Mis)calculating transparency and anti-corruption	Governance	2017	Capes
[165]	PURON-CID, G.; RODRÍGUEZ-BOLÍVAR, M. P.	The effects of contextual factors into different features of financial transparency at the municipal level	Government Information Quarterly	2017	Capes
[166]	WAISBICH, L. T.; CETRA, R.; MARCHEZINI, J.	The transparency frontier in brazilian foreign policy	Contexto Internacional	2017	Scielo
[167]	MAGALLÓN-ROSA, R.; BOLAÑOS-HUERTAS, V.; ANDERICA-CAFFARENA, V.	Changing civil society in Spain through transparency and civic technologies	Observatorio	2017	Scielo
[168]	LOPES, I. T.; SERRASQUEIR, R. M.	The influence of culture and transparency on global research and development intensity: an overview across Europe	Contaduría y administración	2017	Scielo
[169]	MICHENER, G.	Gauging the impact of transparency policies	Public Administration Review	2018	Capes
[170]	STANIĆ, B.	Determinants of subnational budget/fiscal transparency: a review of empirical evidence	Public Sector Economics	2018	Capes
[171]	HEALD, D.	Transparency-generated trust: the problematic theorization of public audit	Financial Acc & Man.	2018	Capes

[172]	CHEN, C.; HAN, Y.	Following the money: the political determinants of e-fiscal transparency in US states	Public Management Review	2018	Capes
[173]	BIRSKYTE, L.	Determinants of budget transparency in lithuanian municipalities	Public Performance & Management Review	2018	Capes
[174]	PINA, G.; AVELLANEDA, C.	Central government strategies to promote local governments' transparency: guidance or enforcement?	Public Performance & Management Review	2018	Capes
[175]	DE BOER, N.; ESHUIS, J.	A street-level perspective on government transparency and regulatory performance: does relational distance matter?	Public Administration	2018	Capes
[176]	NUNKOO, R.; RIBEIRO, M. A.; SUNNASSEE, V.; GURSOY, D.	Public trust in mega event planning institutions: The role of knowledge, transparency and corruption	Public Management	2018	Capes
[177]	KARTAL, M.; TREMEWAN, J.	An offer you can refuse: the effect of transparency with endogenous conflict of interest	Journal of Public Economics	2018	Capes
[178]	ALOM, M.	Proactive transparency and outward accountability of frontline public bureaucracies: an integrated model	International Journal of Productivity and Performance Management	2018	Capes
[179]	VALVERDE, M.; MOORE, A.	The performance of transparency in public-private infrastructure project governance: the politics of documentary practices	Urban Studies	2018	Capes
[180]	SOUSA, W. H.; MIETHE, T. D.; SAKIYAMA, M.	Inconsistencies in public opinion of body-worn cameras on police: transparency, trust, and improved, police-citizen relationships	Policing	2018	Capes
[181]	LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; TALIANI, E. T. C.	Thirty years of studies on transparency, accountability, and corruption in the public sector: the state of the art and opportunities for future research	Public Integrity	2018	Capes
[182]	MORRISON, R.	Energy system modeling: public transparency, scientific reproducibility, and open development	Energy Strategy Reviews	2018	Capes
[183]	KARTIKO, S. W.; ROSSIETA, H.; MARTANI, D.; WAHYUNI, T.	Measuring accrual-based IPSAS implementation and its relationship to central government fiscal transparency	Brazilian Administration Review	2018	Capes
[184]	SZOŁNO-KOGUC, J.	The significance of openness and transparency for accountability in public finances	Financial Internet Quarterly	2018	Capes

[185]	FARWELL, M. M.; SHIER, M. L.; HANDY, F.	Explaining trust in canadian charities: the influence of public perceptions of accountability, transparency, familiarity and institutional trust	International Society for Third-Sector Research and The Johns Hopkins University	2018	Capes
[186]	SHAMBAUGH, G. E.; SHEN, E. B.	A clear advantage: the benefits of transparency to crisis recovery	European Journal of Political Economy	2018	Capes
[187]	MINGO, A. C.; MARTÍNEZ, A. C.	Improving records management to promote transparency and prevent corruption	International Journal of Information Management	2018	Capes
[188]	RÍOS, A. M.; GUILLAMÓN, M. D.; BENITO B.; BASTIDA, F.	The influence of transparency on budget forecast deviations in municipal governments	Journal of Forecasting	2018	Capes
[189]	CHEN, G.; KANG, H.; LUNA-REYES, L. F.	Key determinants of online fiscal transparency: a technology-organization-environment framework	Public Performance & Management Review	2018	Capes
[190]	SELIGSOHN, D.; LIU, M.; ZHANG, B.	The sound of one hand clapping: transparency without accountability	Environmental Politics	2018	Capes
[191]	MONTES, G. C.; BASTOS, J. C. A.; OLIVEIRA, A. J.	Fiscal transparency, government effectiveness and government spending efficiency: some international evidence based on panel data approach	Economic Modelling	2018	Capes
[192]	MCNAB, R. M.; WILSON, S. D.	Culture matters: what cultural values influence budget transparency?	Applied Economics	2018	Capes
[193]	TSE, T. K. C.	Fears and tears of transparency and disclosure: controversies and politics of school profiles in Hong Kong since 2000	Education and Urban Society	2018	Capes
[194]	SAXENA, S.; MUHAMMAD, I.	The impact of open government data on accountability and transparency	Journal of Economic and Administrative Sciences	2018	Capes
[195]	HOLLYER, J. R.; ROSENDORFF, B. P. VREELAND, J. R.	Why do autocrats disclose? Economic transparency and inter-elite politics in the shadow of mass unrest	Journal of Conflict Resolution	2018	Capes
[196]	SEVERSON, A.	Transparency, class bias, and redistribution: evidence from the american states	State Politics & Policy Quarterly	2018	Capes
[197]	ROGE, K. M.; LENNON, N. J.	A study on the criteria of internal transparency, efficiency and effectiveness in measuring local government performance	Financial Accountability and Management	2018	Capes
[198]	MONTES, G. C.; CUNHA, L. L. L.	Effects of fiscal transparency on inflation and inflation expectations: empirical evidence from developed and developing countries	Quarterly Review of Economics and Finance	2018	Capes

[199]	SPÁČA, P.; VODAB, P.; ZAGRAPAN, J.	Does the freedom of information law increase transparency at the local level? Evidence from a field experiment	Government Information Quarterly	2018	Capes
[200]	INGRAMS, A.	Democratic transition and transparency reform: an fsQCA analysis of access to information laws in twenty-three countries	Government Information Quarterly	2018	Capes
[201]	GARRIDO-RODRÍGUEZ, J. C.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. M.; ZAFRA-GÓMEZ, J. L.	The impact of explanatory factors on a bidimensional model of transparency in Spanish local government	Government Information Quarterly	2018	Capes
[202]	CELLA, R. S.; ZANOLLA, E.	Benford's Law and transparency: an analysis of municipal expenditure	Brazilian Business Review	2018	Scielo
[203]	LEVIE, M. B.	Corruption in Russia's primorsky kray: is transparency the answer?	Journal of Financial Crime	2019	Capes
[204]	SCHLEIFER, P.; FIORINI, M.; AULD, G.	Transparency in transnational governance: the determinants of information disclosure of voluntary sustainability programs	Regulation & Governance	2019	Capes
[205]	BUKHTIAROVA, A.; DUKHNO, Y.; KULISH, G.; KUROCHKINA, I.; LYPCHANSKYI, V.	Ensuring transparency of key public finance authorities	Investment Management and Financial Innovations	2019	Capes
[206]	VERA, M.; RODRÍGUEZ, M. C. M.	Transparency, accountability and access to information: limits and scope of the national anticorruption system in Mexico	Public Policy And Administration	2019	Capes
[207]	PURON-CID, G.; REDDICK, C.; GANAPATI, S.	Public value of online financial transparency: Financial sustainability and corruption of public officials in the US state governments	International Journal of Public Sector Management	2019	Capes
[208]	BRANDSMA, G. J.	Transparency of EU informal trilogues through public feedback in the European Parliament: promise unfulfilled	Journal of European Public Policy	2019	Capes
[209]	SALAKO, O.; AJIBADE, O. E.	Analyzing accountability and transparency as major tools for local government administration in Nigeria: a study of Yewa South local government	Journal of Public Administration, Finance and Law	2019	Capes

Nota: Os artigos elencados nesta Tabela não estão listados nas Referências.

## APÊNDICE E – DISTRIBUIÇÃO DETALHADA DA AMOSTRA

**1. Acre**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	0	0
5.001 - 10.000	5	4
10.001 - 20.000	10	7
20.001 - 50.000	5	4
50.001 - 100.000	1	1
100.001 - 500.000	1	1
> 500.000	0	0
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>17</b>

**2. Alagoas**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	5	2
5.001 - 10.000	24	10
10.001 - 20.000	29	12
20.001 - 50.000	33	13
50.001 - 100.000	9	4
100.001 - 500.000	1	0
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>41</b>

**3. Amazonas**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	1	1
5.001 - 10.000	3	2
10.001 - 20.000	21	11
20.001 - 50.000	27	14
50.001 - 100.000	8	4
100.001 - 500.000	1	1
> 500.000	1	1
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>32</b>

**4. Amapá**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	1	1
5.001 - 10.000	5	4
10.001 - 20.000	5	4
20.001 - 50.000	3	2
50.001 - 100.000	0	0
100.001 - 500.000	2	2
> 500.000	0	0
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>13</b>

### 5. Bahia

Estrato populacional	Universo de municípios	Municípios da amostra (n)
<= 5.000	10	1
5.001 - 10.000	57	8
10.001 - 20.000	173	24
20.001 - 50.000	129	18
50.001 - 100.000	31	4
100.001 - 500.000	15	2
> 500.000	2	0
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>58</b>

### 6. Ceará

Estrato populacional	Universo de municípios	Municípios da amostra (n)
<= 5.000	2	1
5.001 - 10.000	18	5
10.001 - 20.000	64	17
20.001 - 50.000	64	17
50.001 - 100.000	27	7
100.001 - 500.000	8	2
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>49</b>

### 7. Espírito Santo

Estrato populacional	Universo de municípios	Municípios da amostra (n)
<= 5.000	1	0
5.001 - 10.000	8	4
10.001 - 20.000	30	14
20.001 - 50.000	27	12
50.001 - 100.000	3	1
100.001 - 500.000	9	4
> 500.000	0	0
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>36</b>

### 8. Goiás

Estrato populacional	Universo de municípios	Municípios da amostra (n)
<= 5.000	95	20
5.001 - 10.000	60	13
10.001 - 20.000	36	8
20.001 - 50.000	33	7
50.001 - 100.000	9	2
100.001 - 500.000	11	2
> 500.000	2	0
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>53</b>

**9. Maranhão**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	4	1
5.001 - 10.000	32	8
10.001 - 20.000	88	21
20.001 - 50.000	69	16
50.001 - 100.000	15	4
100.001 - 500.000	8	2
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>51</b>

**10. Minas Gerais**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	223	16
5.001 - 10.000	251	18
10.001 - 20.000	192	14
20.001 - 50.000	117	9
50.001 - 100.000	38	3
100.001 - 500.000	28	2
> 500.000	4	0
<b>Total</b>	<b>853</b>	<b>62</b>

**11. Mato Grosso do Sul**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	5	2
5.001 - 10.000	20	9
10.001 - 20.000	22	10
20.001 - 50.000	24	11
50.001 - 100.000	4	2
100.001 - 500.000	3	1
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>36</b>

**12. Mato Grosso**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	35	11
5.001 - 10.000	34	11
10.001 - 20.000	38	12
20.001 - 50.000	23	8
50.001 - 100.000	7	2
100.001 - 500.000	3	1
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>46</b>

**13. Pará**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	1	0
5.001 - 10.000	11	4
10.001 - 20.000	28	9
20.001 - 50.000	59	19
50.001 - 100.000	29	9
100.001 - 500.000	14	4
> 500.000	2	1
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>46</b>

**14. Paraíba**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	68	16
5.001 - 10.000	67	16
10.001 - 20.000	54	13
20.001 - 50.000	24	6
50.001 - 100.000	6	1
100.001 - 500.000	3	1
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>223</b>	<b>52</b>

**15. Pernambuco**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	3	1
5.001 - 10.000	13	3
10.001 - 20.000	60	16
20.001 - 50.000	74	20
50.001 - 100.000	22	6
100.001 - 500.000	11	3
> 500.000	2	1
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>49</b>

**16. Piauí**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	80	19
5.001 - 10.000	81	19
10.001 - 20.000	36	8
20.001 - 50.000	22	5
50.001 - 100.000	3	1
100.001 - 500.000	1	0
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>52</b>

**17. Paraná**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	94	14
5.001 - 10.000	106	15
10.001 - 20.000	106	15
20.001 - 50.000	58	8
50.001 - 100.000	15	2
100.001 - 500.000	18	3
> 500.000	2	0
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>58</b>

**18. Rio de Janeiro**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	0	0
5.001 - 10.000	6	3
10.001 - 20.000	21	9
20.001 - 50.000	27	11
50.001 - 100.000	11	5
100.001 - 500.000	23	10
> 500.000	4	2
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>39</b>

**19. Rio Grande do Norte**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	49	14
5.001 - 10.000	47	14
10.001 - 20.000	43	12
20.001 - 50.000	20	6
50.001 - 100.000	5	1
100.001 - 500.000	2	1
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>48</b>

**20. Rondônia**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	5	3
5.001 - 10.000	9	5
10.001 - 20.000	17	9
20.001 - 50.000	14	8
50.001 - 100.000	4	2
100.001 - 500.000	2	1
> 500.000	1	1
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>29</b>

**21. Roraima**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	0	0
5.001 - 10.000	4	3
10.001 - 20.000	8	6
20.001 - 50.000	2	2
50.001 - 100.000	0	0
100.001 - 500.000	1	1
> 500.000	0	0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>12</b>

**22. Rio Grande do Sul**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	223	26
5.001 - 10.000	107	13
10.001 - 20.000	57	7
20.001 - 50.000	67	8
50.001 - 100.000	24	3
100.001 - 500.000	18	2
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>497</b>	<b>59</b>

**23. Santa Catarina**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	105	20
5.001 - 10.000	61	11
10.001 - 20.000	64	12
20.001 - 50.000	37	7
50.001 - 100.000	15	3
100.001 - 500.000	12	2
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>55</b>

**24. Sergipe**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<= 5.000	11	5
5.001 - 10.000	15	7
10.001 - 20.000	24	11
20.001 - 50.000	18	8
50.001 - 100.000	4	2
100.001 - 500.000	2	1
> 500.000	1	0
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>35</b>

**25. São Paulo**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<b>&lt;= 5.000</b>	146	14
<b>5.001 - 10.000</b>	124	12
<b>10.001 - 20.000</b>	120	11
<b>20.001 - 50.000</b>	119	11
<b>50.001 - 100.000</b>	58	5
<b>100.001 - 500.000</b>	69	7
<b>&gt; 500.000</b>	9	1
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>61</b>

**26. Tocantins**

<b>Estrato populacional</b>	<b>Universo de municípios</b>	<b>Municípios da amostra (n)</b>
<b>&lt;= 5.000</b>	70	23
<b>5.001 - 10.000</b>	41	13
<b>10.001 - 20.000</b>	18	6
<b>20.001 - 50.000</b>	6	2
<b>50.001 - 100.000</b>	2	1
<b>100.001 - 500.000</b>	2	1
<b>&gt; 500.000</b>	0	0
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>45</b>

## APÊNDICE F – LISTA DE MUNICÍPIOS COMPONENTES DA AMOSTRA

<b>Código</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Nota da transparência</b>
1	AC	Jordão	6,4
2	AC	Assis Brasil	0,6
3	AC	Bujari	2,8
4	AC	Manoel Urbano	0,4
5	AC	Rodrigues Alves	5,8
6	AC	Plácido de Castro	2,6
7	AC	Mâncio Lima	2,2
8	AC	Porto Acre	7,6
9	AC	Xapuri	4,8
10	AC	Marechal Thaumaturgo	0,7
11	AC	Porto Walter	6,5
12	AC	Senador Guiomard	3,3
13	AC	Brasiléia	6
14	AC	Feijó	2,8
15	AC	Tarauacá	6,4
16	AC	Cruzeiro do Sul	3,9
17	AC	Rio Branco	6,2
18	AL	Pindoba	3,5
19	AL	Feliz Deserto	4,9
20	AL	Santa Luzia do Norte	2,4
<b>21</b>	<b>AL</b>	<b>Jacaré dos Homens</b>	<b>0</b>
22	AL	Minador do Negrão	3,5
<b>23</b>	<b>AL</b>	<b>Porto de Pedras</b>	<b>0</b>
24	AL	Japaratinga	3
25	AL	Tanque d'Arca	6,5
26	AL	São Brás	1,7
<b>27</b>	<b>AL</b>	<b>Coqueiro Seco</b>	<b>0</b>
<b>28</b>	<b>AL</b>	<b>Paulo Jacinto</b>	<b>0</b>
29	AL	Barra de São Miguel	7,2
30	AL	Inhapi	3,1
<b>31</b>	<b>AL</b>	<b>Cacimbinhas</b>	<b>0</b>
<b>32</b>	<b>AL</b>	<b>Paripueira</b>	<b>0</b>
<b>33</b>	<b>AL</b>	<b>Barra de Santo Antônio</b>	<b>0</b>
34	AL	Ouro Branco	0,2
35	AL	Santana do Mundaú	0,2
36	AL	Novo Lino	1,7
37	AL	Satuba	3,4
38	AL	Dois Riachos	5
39	AL	Canapi	0,4

40	AL	Coité do Nóia	0,5
41	AL	Anadia	6,1
42	AL	Santana do Ipanema	5,3
43	AL	Porto Calvo	0,2
44	AL	Limoeiro de Anadia	4,4
<b>45</b>	<b>AL</b>	<b>Matriz de Camaragibe</b>	<b>0</b>
<b>46</b>	<b>AL</b>	<b>Maragogi</b>	<b>0</b>
47	AL	Teotônio Vilela	4,4
48	AL	Igreja Nova	6,6
49	AL	Olho d'Água das Flores	4,7
50	AL	Pão de Açúcar	3,1
51	AL	Joaquim Gomes	1,5
52	AL	Feira Grande	6
53	AL	Pilar	3,8
54	AL	Girau do Ponciano	2,4
55	AL	Delmiro Gouveia	9,2
56	AL	Campo Alegre	4
57	AL	Coruripe	4,1
58	AL	Penedo	1,3
59	AM	Japurá	3,4
60	AM	Silves	3,4
61	AM	Itapiranga	3,2
62	AM	Jutaí	1,5
63	AM	Amaturá	4,3
64	AM	Alvarães	4,3
65	AM	Caapiranga	3,3
66	AM	Pauini	4
67	AM	São Sebastião do Uatumã	4,8
68	AM	Uarini	3,3
69	AM	Boa Vista do Ramos	3,4
70	AM	Tonantins	2,7
71	AM	Novo Airão	4,4
72	AM	Guajará	5,9
73	AM	Carauari	4,5
74	AM	Urucurituba	0,2
75	AM	Santa Isabel do Rio Negro	2,4
76	AM	Careiro	0,4
77	AM	Ipixuna	2,8
78	AM	Borba	0,2
79	AM	Presidente Figueiredo	5,9
80	AM	São Gabriel da Cachoeira	3
81	AM	Novo Aripuanã	3,4
82	AM	Codajás	4

83	AM	Manaquiri	3,4
84	AM	São Paulo de Olivença	2,4
85	AM	Benjamin Constant	8,6
86	AM	Barreirinha	4,6
87	AM	Humaitá	6,7
88	AM	Manacapuru	2,9
89	AM	Coari	3,5
90	AM	Manicoré	6,7
91	AM	Parintins	6,6
92	AM	Manaus	7,7
93	AP	Pracuúba	6,4
94	AP	Amapá	6,8
<b>95</b>	<b>AP</b>	<b>Itaubal</b>	<b>0</b>
96	AP	Ferreira Gomes	1,4
97	AP	Serra do Navio	7,1
98	AP	Mazagão	7,1
99	AP	Tartarugalzinho	0,3
100	AP	Pedra Branca do Amapari	0,4
101	AP	Vitória do Jari	2,2
102	AP	Porto Grande	1
<b>103</b>	<b>AP</b>	<b>Oiapoque</b>	<b>0</b>
<b>104</b>	<b>AP</b>	<b>Santana</b>	<b>0</b>
105	AP	Macapá	6,2
106	BA	Lafaiete Coutinho	7,1
107	BA	Abaíra	8,5
108	BA	Macururé	4,5
109	BA	Ichu	0,2
110	BA	Planaltino	5,8
111	BA	Nova Fátima	0,4
112	BA	Varzedo	7,1
113	BA	Caraíbas	1,7
114	BA	Aratuípe	3,5
115	BA	Anagé	2,9
116	BA	Fátima	4,9
117	BA	Várzea da Roça	0,4
118	BA	Piripá	3,8
119	BA	Capela do Alto Alegre	1,4
120	BA	Caldeirão Grande	5,8
121	BA	Aporá	5,1
122	BA	Jaguaripe	4,1
123	BA	Belo Campo	6,9
124	BA	São Félix	3,1
125	BA	Sítio do Quinto	1,6

126	BA	Itatim	8,3
127	BA	Rio de Contas	3,8
128	BA	Tremedal	6,6
129	BA	Barra do Mendes	3,5
130	BA	Iramaia	4
131	BA	Maiquinique	5,9
132	BA	Dom Basílio	3,6
133	BA	Pau Brasil	8,6
134	BA	Presidente Jânio Quadros	3,7
135	BA	São Félix do Coribe	0,2
136	BA	Macajuba	0,2
137	BA	Baianópolis	0,2
<b>138</b>	<b>BA</b>	<b>Marcionílio Souza</b>	<b>0</b>
139	BA	Itapicuru	0,4
140	BA	Poçoões	1,6
141	BA	Quijingue	8,4
142	BA	Amélia Rodrigues	1
143	BA	Jaguarari	4,4
144	BA	Tanhaçu	4,3
145	BA	Uauá	6
146	BA	Ubaíra	5,8
147	BA	Olindina	6,8
148	BA	Crisópolis	3,9
149	BA	Rio Real	3,1
150	BA	Maracás	5,8
151	BA	Rafael Jambeiro	4,7
152	BA	Xique-Xique	7,4
153	BA	Esplanada	2,8
154	BA	Mundo Novo	6,1
155	BA	Remanso	1,5
156	BA	Mucuri	4,4
157	BA	Jacobina	7,8
158	BA	Araci	7,4
159	BA	Cruz das Almas	3,1
160	BA	Ipirá	5,7
161	BA	Vitória da Conquista	9
162	BA	Simões Filho	8,9
163	CE	Guaramiranga	4,9
164	CE	Arneiroz	3,9
165	CE	Ererê	4,3
166	CE	Antonina do Norte	7,6
167	CE	Moraújo	3,2
168	CE	Altaneira	7

169	CE	Pires Ferreira	6,5
170	CE	Graça	9,5
171	CE	Piquet Carneiro	8,6
172	CE	Madalena	7,1
173	CE	Catunda	3,1
<b>174</b>	<b>CE</b>	<b>Itapiúna</b>	<b>0</b>
175	CE	Alcântaras	6,9
176	CE	Salitre	4,1
177	CE	Palmácia	8,3
178	CE	Ipaporanga	9,3
<b>179</b>	<b>CE</b>	<b>Abaiara</b>	<b>0</b>
180	CE	Banabuiú	7,2
181	CE	Ibicuitinga	3,7
182	CE	Santana do Cariri	6,9
183	CE	Saboeiro	0,2
184	CE	Alto Santo	3,5
185	CE	Uruoca	4,5
186	CE	Catarina	5,5
187	CE	Orós	6,8
188	CE	Senador Pompeu	6,9
189	CE	Ipueiras	7,1
190	CE	Itarema	6
<b>191</b>	<b>CE</b>	<b>São João do Jaguaribe</b>	<b>10</b>
192	CE	Barro	4,7
193	CE	São Gonçalo do Amarante	7,8
194	CE	Quixeré	3,7
<b>195</b>	<b>CE</b>	<b>Assaré</b>	<b>0</b>
196	CE	Ibiapina	6,3
197	CE	Milagres	4,8
198	CE	Tabuleiro do Norte	5
199	CE	Guaraciaba do Norte	5
200	CE	Mauriti	5,5
201	CE	Santana do Acaraú	3,7
202	CE	Tamboril	7,1
203	CE	Eusébio	4,5
204	CE	Boa Viagem	4,7
205	CE	Crateús	4,3
206	CE	Aracati	6,4
207	CE	Aquiraz	7,9
208	CE	Canindé	4
209	CE	Morada Nova	4,7
210	CE	Juazeiro do Norte	7,9
211	CE	Iguatu	8,1

212	ES	Dores do Rio Preto	6,5
213	ES	Apiacá	5,9
214	ES	Vila Pavão	7,7
215	ES	Ibitirama	7,7
216	ES	Marechal Floriano	8
217	ES	Rio Bananal	5,8
218	ES	João Neiva	6,1
219	ES	Irupi	7,4
220	ES	São José do Calçado	5,8
221	ES	Brejetuba	9
222	ES	Iconha	8,6
223	ES	Mantenópolis	6,3
224	ES	Alfredo Chaves	8,5
225	ES	Vila Valério	4
226	ES	Muqui	2
227	ES	Itaguaçu	7,6
228	ES	Boa Esperança	6,8
229	ES	Águia Branca	5,2
230	ES	Pancas	7,7
231	ES	Marataízes	3,2
232	ES	Santa Maria de Jetibá	8,4
233	ES	Piúma	9,3
234	ES	Baixo Guandu	4,3
235	ES	Fundão	8,2
236	ES	Iúna	7,2
237	ES	Barra de São Francisco	3,6
238	ES	Alegre	7,8
239	ES	Castelo	7
240	ES	Afonso Cláudio	9,5
241	ES	Ibatiba	3,9
242	ES	Viana	8
243	ES	Vitória	9
244	ES	Guarapari	7
245	ES	Linhares	8,8
246	ES	Vila Velha	9,5
247	GO	Arenópolis	7,9
248	GO	Adelândia	4,8
249	GO	São Patrício	3,4
250	GO	Ouro Verde de Goiás	7,1
251	GO	Ipiranga de Goiás	8,2
252	GO	Nova América	7,3
253	GO	Trombas	6,9
254	GO	Turvelândia	7

255	GO	Palminópolis	7,1
256	GO	Guarinos	7,6
257	GO	Ivolândia	3,3
258	GO	São Miguel do Passa Quatro	6,8
259	GO	Turvânia	4,4
260	GO	Nova Iguaçu de Goiás	4,3
261	GO	Morro Agudo de Goiás	5,1
262	GO	Anhanguera	6,7
263	GO	Varjão	5,9
264	GO	Hidrolina	8,7
265	GO	Panamá	7
266	GO	Santa Tereza de Goiás	7,2
267	GO	Santo Antônio de Goiás	5,2
268	GO	Buriti Alegre	5,8
269	GO	Campo Alegre de Goiás	2,1
270	GO	Goianã	3,3
271	GO	Serranópolis	7,8
272	GO	Leopoldo de Bulhões	3
273	GO	Doverlândia	4,3
274	GO	Inaciolândia	4,4
275	GO	Caturai	3,9
276	GO	Santa Fé de Goiás	2,7
277	GO	Itarumã	4,9
278	GO	Alto Paraíso de Goiás	4
279	GO	Mambai	7,1
280	GO	Maurilândia	5,6
281	GO	Edéia	3
282	GO	Goianópolis	7,5
283	GO	Campinorte	6,7
284	GO	Cachoeira Alta	5,7
285	GO	Mozarlândia	7,9
286	GO	Firminópolis	1,7
287	GO	Jussara	7,2
288	GO	Quirinópolis	9,6
289	GO	Itaberaí	7,1
290	GO	Anicuns	7,6
<b>291</b>	<b>GO</b>	<b>Hidrolândia</b>	<b>0</b>
292	GO	Bela Vista de Goiás	6,4
293	GO	Itapuranga	7,9
294	GO	Goianira	4,3
295	GO	Jataí	5,6
296	GO	Cristalina	3,8
<b>297</b>	<b>GO</b>	<b>Anápolis</b>	<b>10</b>

298	GO	Luziânia	3,8
299	MA	São Félix de Balsas	6,6
300	MA	Lago dos Rodrigues	4,4
<b>301</b>	<b>MA</b>	<b>Benedito Leite</b>	<b>0</b>
302	MA	Milagres do Maranhão	0,8
303	MA	Tasso Fragoso	2,4
304	MA	Ribamar Fiquene	2,7
305	MA	São Roberto	3,9
<b>306</b>	<b>MA</b>	<b>Lajeado Novo</b>	<b>0</b>
<b>307</b>	<b>MA</b>	<b>Luís Domingues</b>	<b>0</b>
308	MA	Presidente Juscelino	1
309	MA	Alto Parnaíba	7,2
310	MA	Jenipapo dos Vieiras	2,4
311	MA	Maranhãozinho	3,6
312	MA	Presidente Vargas	0,6
313	MA	Pirapemas	0,2
314	MA	Gonçalves Dias	8,1
315	MA	Lagoa do Mato	2,6
316	MA	Jatobá	2,7
317	MA	Satubinha	3,3
318	MA	Guimarães	5,9
319	MA	Magalhães de Almeida	2,5
320	MA	São João do Soter	8,1
321	MA	Centro do Guilherme	2,6
322	MA	Poção de Pedras	1,9
323	MA	São Pedro da Água Branca	0,2
<b>324</b>	<b>MA</b>	<b>Cajari</b>	<b>0</b>
325	MA	Pastos Bons	6,8
326	MA	São Benedito do Rio Preto	0,2
327	MA	Altamira do Maranhão	2,3
328	MA	Palmeirândia	5,6
329	MA	Pio XII	2,4
330	MA	Alto Alegre do Pindaré	0,8
<b>331</b>	<b>MA</b>	<b>São Bernardo</b>	<b>0</b>
332	MA	São Mateus do Maranhão	3,7
<b>333</b>	<b>MA</b>	<b>Centro Novo do Maranhão</b>	<b>0</b>
334	MA	Peritoró	5,3
<b>335</b>	<b>MA</b>	<b>São Vicente Ferrer</b>	<b>0</b>
336	MA	Pedreiras	2,2
<b>337</b>	<b>MA</b>	<b>Buriti Bravo</b>	<b>0</b>
338	MA	Paulo Ramos	6,5
339	MA	Amarante do Maranhão	2,4
340	MA	Pindaré-Mirim	5,4

341	MA	Maracaçumé	0,4
342	MA	Carutapera	0,4
<b>343</b>	<b>MA</b>	<b>Mirador</b>	<b>0</b>
344	MA	Aldeias Altas	4,6
345	MA	Chapadinha	6,8
346	MA	Barreirinhas	2,6
347	MA	Pinheiro	2,9
348	MA	Barra do Corda	0,4
349	MA	Açailândia	2,4
350	MA	Bacabal	5,2
351	MG	Santa Rita de Ibitipoca	4,3
352	MG	Romaria	4,3
353	MG	Passa-Vinte	4,6
354	MG	São Sebastião do Rio Preto	4,4
<b>355</b>	<b>MG</b>	<b>Córrego Novo</b>	<b>0</b>
356	MG	Conceição das Pedras	5,2
357	MG	Cachoeira Dourada	5,1
358	MG	Dom Bosco	3,1
359	MG	Cachoeira da Prata	3,2
360	MG	Piedade dos Gerais	4,6
361	MG	Olaria	8,1
362	MG	Conceição da Barra de Minas	6
363	MG	Veríssimo	0,2
364	MG	Amparo do Serra	5,5
365	MG	Belmiro Braga	6,7
366	MG	Casa Grande	3,4
367	MG	São Miguel do Anta	0,8
368	MG	Guarani	4,4
369	MG	Gemeleiras	3,3
370	MG	Verdelândia	3,4
<b>371</b>	<b>MG</b>	<b>Antônio Dias</b>	<b>0</b>
<b>372</b>	<b>MG</b>	<b>Gurinhata</b>	<b>0</b>
373	MG	Itaverava	3,2
374	MG	Fruta de Leite	6,5
375	MG	Inhaúma	3,6
376	MG	Senador Amaral	3,5
377	MG	Ijaci	5,3
378	MG	Santa Bárbara do Leste	5,1
379	MG	Braúnas	2,7
380	MG	Araporã	2,9
381	MG	Riachinho	2,6
<b>382</b>	<b>MG</b>	<b>Francisco Dumont</b>	<b>0</b>
383	MG	Santa Rita de Caldas	2,9

384	MG	Santa Rita do Itueto	6,6
385	MG	Astolfo Dutra	5,4
386	MG	Chapada do Norte	3,2
387	MG	Santa Maria de Itabira	0,2
388	MG	Icaraí de Minas	5,7
389	MG	Itacarambi	5,1
390	MG	Poço Fundo	5,1
<b>391</b>	<b>MG</b>	<b>Carmo de Minas</b>	<b>0</b>
392	MG	Guapé	4,7
393	MG	Mar de Espanha	1,8
394	MG	Simonésia	5,9
395	MG	Campos Altos	0,9
396	MG	Juruáia	5,9
397	MG	Águas Formosas	5,9
<b>398</b>	<b>MG</b>	<b>Berilo</b>	<b>0</b>
399	MG	Minas Novas	4,8
400	MG	Bom Despacho	9,3
401	MG	Abaeté	5,9
<b>402</b>	<b>MG</b>	<b>Carai</b>	<b>0</b>
403	MG	Monte Santo de Minas	8,9
404	MG	São Gonçalo do Sapucaí	4,2
405	MG	Inhapim	9,5
406	MG	Nanuque	4,6
407	MG	Itambacuri	5,4
408	MG	Leopoldina	4,3
409	MG	Nova Lima	3,6
410	MG	Pará de Minas	8
411	MG	Lavras	1,8
412	MG	Araxá	4,1
<b>413</b>	<b>MS</b>	<b>Novo Horizonte do Sul</b>	<b>0</b>
414	MS	Taquarussu	5,7
415	MS	Bandeirantes	7
416	MS	Rochedo	8,9
417	MS	Paraíso das Águas	9,2
418	MS	Japorã	0,7
419	MS	Bodoquena	0,4
420	MS	Caracol	5,2
421	MS	Alcinópolis	4,4
422	MS	Inocência	8,6
423	MS	Glória de Dourados	0,2
424	MS	Sonora	5
425	MS	Nioaque	8,3
426	MS	Aral Moreira	3,2

427	MS	Fátima do Sul	4,7
428	MS	Dois Irmãos do Buriti	6,5
429	MS	Camapuã	6
430	MS	Coronel Sapucaia	1,3
431	MS	Eldorado	8,6
432	MS	Guia Lopes da Laguna	8,1
433	MS	Batayporã	3,9
434	MS	Bonito	4,8
435	MS	Aparecida do Taboado	7,9
436	MS	Nova Alvorada do Sul	3,1
437	MS	Rio Brilhante	5,6
438	MS	Anastácio	8,3
439	MS	Bela Vista	2,9
440	MS	Ladário	7,8
441	MS	Aquidauana	5,7
<b>442</b>	<b>MS</b>	<b>Miranda</b>	<b>0</b>
443	MS	Ivinhema	6,9
444	MS	Amambai	2,6
445	MS	Sidrolândia	5,4
446	MS	Nova Andradina	7,7
447	MS	Três Lagoas	4,4
448	MT	Figueirópolis D'Oeste	2,1
449	MT	Planalto da Serra	7,1
450	MT	Canabrava do Norte	0,3
451	MT	Santa Rita do Trivelato	2,6
452	MT	Nova Santa Helena	8,7
<b>453</b>	<b>MT</b>	<b>Novo Santo Antônio</b>	<b>0</b>
454	MT	Santa Cruz do Xingu	5,3
455	MT	Torixoréu	3,3
456	MT	Tesouro	6,1
457	MT	Araguaiana	2,9
458	MT	Nova Brasilândia	6,1
459	MT	Alto Boa Vista	3
460	MT	General Carneiro	6,5
461	MT	Curvelândia	0,2
462	MT	Tabaporã	3,4
463	MT	Jangada	6,3
<b>464</b>	<b>MT</b>	<b>Alto Taquari</b>	<b>0</b>
465	MT	Arenápolis	6,9
466	MT	Pontal do Araguaia	6,8
467	MT	Santa Terezinha	6,7
468	MT	Lambari D'Oeste	6,7
469	MT	Nova Lacerda	2

470	MT	Carlinda	7,9
471	MT	Marcelândia	9,2
472	MT	Alto Paraguai	6
473	MT	Vera	9
474	MT	Paranaíta	5,9
475	MT	Juscimeira	4,5
476	MT	Nova Ubiratã	6,2
477	MT	São Félix do Araguaia	3,3
478	MT	Alto Garças	8,7
479	MT	Porto Esperidião	2,5
480	MT	Cláudia	4,1
481	MT	Porto Alegre do Norte	4,1
482	MT	Barra do Bugres	3,6
483	MT	Água Boa	9,2
484	MT	Campo Verde	2
485	MT	Juína	6
486	MT	Colíder	0,8
487	MT	Nova Mutum	9
488	MT	Mirassol d'Oeste	8,5
489	MT	Sapezal	4,7
<b>490</b>	<b>MT</b>	<b>Tangará da Serra</b>	<b>10</b>
491	MT	Barra do Garças	4,3
492	MT	Rondonópolis	7,6
493	PA	Santa Cruz do Arari	0,2
<b>494</b>	<b>PA</b>	<b>Magalhães Barata</b>	<b>0</b>
495	PA	Pau D'Arco	3,3
<b>496</b>	<b>PA</b>	<b>Peixe-Boi</b>	<b>0</b>
497	PA	Bom Jesus do Tocantins	4
498	PA	São Francisco do Pará	1,9
499	PA	Ourém	5,9
500	PA	São Caetano de Odivelas	1,9
501	PA	Rio Maria	5
502	PA	Curionópolis	1,7
<b>503</b>	<b>PA</b>	<b>Terra Santa</b>	<b>0</b>
<b>504</b>	<b>PA</b>	<b>Aveiro</b>	<b>0</b>
505	PA	Mojú dos Campos	2,9
506	PA	Medicilândia	4,3
507	PA	Placas	2,2
<b>508</b>	<b>PA</b>	<b>Marapanim</b>	<b>0</b>
<b>509</b>	<b>PA</b>	<b>Santa Maria do Pará</b>	<b>0</b>
510	PA	Xinguara	0,2
<b>511</b>	<b>PA</b>	<b>Curuçá</b>	<b>0</b>
512	PA	Augusto Corrêa	1,7

513	PA	Mãe do Rio	0,4
514	PA	Prainha	5,5
515	PA	Santo Antônio do Tauá	4,8
516	PA	Almeirim	2,2
517	PA	Canaã dos Carajás	7,5
518	PA	Eldorado do Carajás	2,8
519	PA	Conceição do Araguaia	2,7
520	PA	Maracanã	0,4
521	PA	Mocajuba	7,4
522	PA	Uruará	0,8
523	PA	Anajás	1,9
524	PA	Oeiras do Pará	4,5
525	PA	Itupiranga	5,2
526	PA	Redenção	4,7
527	PA	São Miguel do Guamá	7,8
528	PA	Ipixuna do Pará	5,9
529	PA	Itaituba	4,3
530	PA	Acará	1,9
531	PA	Dom Eliseu	3,7
532	PA	Viseu	1,7
533	PA	Santa Izabel do Pará	1,7
534	PA	Castanhal	6,4
535	PA	Tailândia	5,3
536	PA	Cametá	3
537	PA	Parauapebas	5,6
538	PA	Belém	9,7
539	PB	Santa Inês	3,7
540	PB	São Bentinho	4,4
541	PB	Riachão	9
542	PB	Duas Estradas	8,5
543	PB	São João do Tigre	2,4
544	PB	Joca Claudino	8,3
545	PB	Passagem	6,1
546	PB	Parari	4,3
547	PB	Matinhas	7,3
548	PB	Areia de Baraúnas	7,6
549	PB	Mãe d'Água	8,1
550	PB	Poço de José de Moura	5,6
551	PB	São João do Cariri	7,3
552	PB	Quixaba	6,4
553	PB	Cacimba de Areia	5,7
554	PB	Amparo	6,5
555	PB	Brejo dos Santos	2,6

556	PB	Marizópolis	3,2
557	PB	São José dos Ramos	6,4
558	PB	Curral de Cima	5,6
559	PB	Maturéia	5,4
560	PB	Baía da Traição	7,3
561	PB	Santa Helena	6,8
562	PB	Cacimbas	5
563	PB	Areial	4,1
564	PB	Riacho dos Cavalos	6,6
565	PB	Aparecida	5,9
566	PB	Lagoa de Dentro	9,4
<b>567</b>	<b>PB</b>	<b>Pilõesinhos</b>	<b>0</b>
568	PB	Marcação	8,1
569	PB	São Miguel de Taipu	7,6
570	PB	Diamante	1
571	PB	Cacimba de Dentro	9,3
572	PB	Tavares	5,6
573	PB	Nova Floresta	9,8
574	PB	Manaíra	5,1
<b>575</b>	<b>PB</b>	<b>Lucena</b>	<b>10</b>
576	PB	Conceição	5,8
577	PB	Sumé	6,8
578	PB	Tacima	4,9
579	PB	Ingá	6,9
580	PB	Natuba	6,8
<b>581</b>	<b>PB</b>	<b>Pirpirituba</b>	<b>10</b>
582	PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	7,1
583	PB	Teixeira	7
584	PB	São José de Piranhas	5,1
585	PB	Araruna	7,8
586	PB	Cuité	7,2
587	PB	Alagoa Nova	6,4
588	PB	Bananeiras	9,3
589	PB	Caaporã	5
590	PB	Cajazeiras	6,5
591	PB	Patos	8,5
592	PE	Itacuruba	2,1
593	PE	Brejinho	1,1
594	PE	Palmeirina	3,4
595	PE	Ibirajuba	3,8
<b>596</b>	<b>PE</b>	<b>Iguaracy</b>	<b>0</b>
597	PE	Jataúba	3,1
598	PE	Sairé	5,4

599	PE	Correntes	6,2
600	PE	Barra de Guabiraba	0,6
601	PE	Poção	2,2
602	PE	Frei Miguelinho	0,4
603	PE	Xexéu	7,9
604	PE	Angelim	6,7
<b>605</b>	<b>PE</b>	<b>Primavera</b>	<b>0</b>
606	PE	Santa Filomena	6,2
607	PE	Santa Cruz da Baixa Verde	1,3
608	PE	Ferreiros	5,4
609	PE	Iati	6,7
610	PE	Salgadinho	1,4
611	PE	Saloá	8,3
612	PE	Itambé	0,2
613	PE	Canhotinho	6,3
614	PE	Tabira	4,6
615	PE	Vicência	5,5
616	PE	Chã Grande	7,7
617	PE	Orobó	2,8
618	PE	Altinho	8,6
619	PE	São José do Belmonte	2
<b>620</b>	<b>PE</b>	<b>Glória do Goitá</b>	<b>0</b>
621	PE	Bom Jardim	5,8
<b>622</b>	<b>PE</b>	<b>Aliança</b>	<b>0</b>
623	PE	Água Preta	4,5
624	PE	Riacho das Almas	3,4
625	PE	Cachoeirinha	4,9
626	PE	Vertentes	5,5
627	PE	Agrestina	3,1
628	PE	Panelas	3,8
629	PE	Quipapá	8
630	PE	Ilha de Itamaracá	0,2
631	PE	Pombos	6,4
632	PE	Timbaúba	5,5
633	PE	Ipojuca	5,3
634	PE	Palmares	1,6
635	PE	Belo Jardim	6,7
636	PE	Bezerros	4,9
637	PE	Escada	2,4
638	PE	Camaragibe	1,7
639	PE	Igarassu	5,6
640	PE	Olinda	5,4
641	PE	Jaboatão dos Guararapes	0,8

642	PI	Nossa Senhora de Nazaré	2,4
643	PI	Pavussu	5,9
644	PI	Cajazeiras do Piauí	3,4
645	PI	Palmeira do Piauí	5
646	PI	Floresta do Piauí	6,7
647	PI	Curralinhos	3,1
648	PI	São João da Varjota	8,4
649	PI	Passagem Franca do Piauí	4,3
<b>650</b>	<b>PI</b>	<b>Pajeú do Piauí</b>	<b>0</b>
<b>651</b>	<b>PI</b>	<b>Aroeiras do Itaim</b>	<b>0</b>
652	PI	Paquetá	2,8
<b>653</b>	<b>PI</b>	<b>Várzea Grande</b>	<b>0</b>
654	PI	São Félix do Piauí	7,8
655	PI	Antônio Almeida	9,2
656	PI	Tamboril do Piauí	8
<b>657</b>	<b>PI</b>	<b>São João da Canabrava</b>	<b>0</b>
658	PI	Capitão Gervásio Oliveira	4,9
<b>659</b>	<b>PI</b>	<b>Brejo do Piauí</b>	<b>0</b>
660	PI	São Miguel do Fidalgo	7,9
661	PI	Juazeiro do Piauí	2,4
662	PI	Caxingó	3,6
663	PI	Colônia do Gurguéia	8,6
<b>664</b>	<b>PI</b>	<b>Boqueirão do Piauí</b>	<b>0</b>
<b>665</b>	<b>PI</b>	<b>Lagoa do Sítio</b>	<b>0</b>
666	PI	São José do Piauí	2,4
667	PI	Francinópolis	8,9
<b>668</b>	<b>PI</b>	<b>Sigefredo Pacheco</b>	<b>0</b>
669	PI	Cajueiro da Praia	6,9
670	PI	Curral Novo do Piauí	4,6
671	PI	Sussuapara	8,8
672	PI	Barro Duro	6
673	PI	Redenção do Gurguéia	7,8
674	PI	Acauã	5,4
675	PI	Dom Inocêncio	4,3
<b>676</b>	<b>PI</b>	<b>Monsenhor Hipólito</b>	<b>0</b>
677	PI	Manoel Emídio	4,6
678	PI	Morro do Chapéu do Piauí	3,3
679	PI	São Francisco de Assis do Piauí	6,7
680	PI	Monte Alegre do Piauí	1,1
681	PI	Alto Longá	7
682	PI	Joaquim Pires	6
683	PI	Itainópolis	2,4
684	PI	Amarante	9,1

685	PI	Inhuma	7,1
686	PI	Guadalupe	8,7
687	PI	Castelo do Piauí	9
688	PI	Campo Maior	3,2
689	PI	União	8,2
690	PI	Batalha	8,9
691	PI	Piracuruca	10
692	PI	Paulistana	9,1
<b>693</b>	<b>PI</b>	<b>Floriano</b>	<b>0</b>
694	PR	Flor da Serra do Sul	8,7
695	PR	Munhoz de Melo	8
696	PR	Rio Branco do Ivaí	8,2
697	PR	Quarto Centenário	8,2
698	PR	Cruzeiro do Sul	7,6
699	PR	Anahy	6,3
700	PR	Nova Santa Bárbara	3
701	PR	Boa Esperança	2,4
702	PR	Ângulo	4,1
703	PR	Nossa Senhora das Graças	4,1
704	PR	Farol	3,9
705	PR	Boa Esperança do Iguaçu	9,1
706	PR	Ivatuba	7,1
707	PR	Atalaia	9,6
708	PR	Tunas do Paraná	6,1
709	PR	Diamante D'Oeste	8
710	PR	Mauá da Serra	8,3
711	PR	Rondon	0,7
712	PR	Antônio Olinto	4
713	PR	Nova Olímpia	2
714	PR	Abatiá	7,1
715	PR	Nova Santa Rosa	9,2
716	PR	São Jorge d'Oeste	4,2
717	PR	Bom Sucesso	9,3
718	PR	Icaraíma	2
719	PR	Luiziana	4,3
<b>720</b>	<b>PR</b>	<b>Mercedes</b>	<b>10</b>
721	PR	Boa Vista da Aparecida	6,7
722	PR	Santa Isabel do Ivaí	4,3
723	PR	Mariluz	2,1
724	PR	Ivaí	8,4
725	PR	Itapejara d'Oeste	6,8
726	PR	Inácio Martins	6,4
727	PR	Céu Azul	7,6

728	PR	Joaquim Távora	4,4
729	PR	Centenário do Sul	1,3
730	PR	Ribeirão Claro	4,8
731	PR	Manoel Ribas	9,3
732	PR	Florestópolis	5,1
733	PR	Piên	1
734	PR	Ampére	8,1
735	PR	Capitão Leônidas Marques	7,7
736	PR	Cafelândia	8,2
737	PR	Alvorada do Sul	9,4
738	PR	Cornélio Procópio	5,1
739	PR	Carambeí	7,4
740	PR	Medianeira	6,4
741	PR	Palmeira	9,6
742	PR	Pontal do Paraná	4,3
743	PR	Quatro Barras	7,7
744	PR	Ubiratã	5,1
745	PR	Altônia	1,4
746	PR	Castro	9,8
747	PR	Ibiporã	3,4
748	PR	Ponta Grossa	7
749	PR	Toledo	9,1
750	PR	Umuarama	2,6
751	RJ	Laje do Muriaé	6,1
752	RJ	São Sebastião do Alto	1,7
753	RJ	Comendador Levy Gasparian	5,9
754	RJ	Rio Claro	8,5
755	RJ	Porto Real	0,6
756	RJ	Natividade	4,1
757	RJ	Cardoso Moreira	3,2
758	RJ	Sumidouro	4,9
759	RJ	Trajano de Moraes	0,6
760	RJ	Sapucaia	3,9
761	RJ	Duas Barras	0,7
762	RJ	Engenheiro Paulo de Frontin	7
763	RJ	Itatiaia	4,8
764	RJ	Itaocara	0,5
765	RJ	Paraty	7,7
766	RJ	São Francisco de Itabapoana	0,2
767	RJ	São Fidélis	3,1
768	RJ	Pinheiral	6,3
769	RJ	Conceição de Macabu	5,3
770	RJ	Mangaratiba	7,5

771	RJ	Bom Jesus do Itabapoana	9,6
772	RJ	Cordeiro	4
773	RJ	Piraí	7,8
774	RJ	Seropédica	5,3
775	RJ	Rio Bonito	5,9
776	RJ	Valença	6,3
777	RJ	Paracambi	1,7
778	RJ	Saquarema	3,5
779	RJ	Volta Redonda	8,9
780	RJ	Petrópolis	7,5
781	RJ	Angra dos Reis	6,4
<b>782</b>	<b>RJ</b>	<b>Nova Friburgo</b>	<b>10</b>
783	RJ	Japeri	9,2
<b>784</b>	<b>RJ</b>	<b>Niterói</b>	<b>10</b>
785	RJ	Mesquita	5,6
786	RJ	Queimados	8,3
787	RJ	Itaguaí	6,9
788	RJ	São João de Meriti	6,9
<b>789</b>	<b>RJ</b>	<b>Duque de Caxias</b>	<b>10</b>
<b>790</b>	<b>RJ</b>	<b>Nova Iguaçu</b>	<b>10</b>
791	RN	Tibau	0,2
792	RN	Paraú	1,7
793	RN	Rafael Godeiro	0,9
794	RN	Olho-d'Água do Borges	8,4
795	RN	Pilões	3,1
796	RN	São José do Seridó	8,2
<b>797</b>	<b>RN</b>	<b>Caiçara do Rio do Vento</b>	<b>0</b>
798	RN	Frutuoso Gomes	3
799	RN	Ouro Branco	3,9
800	RN	Paraná	2,6
801	RN	Almino Afonso	0,2
802	RN	Riacho de Santana	0,2
803	RN	Senador Georgino Avelino	7,7
804	RN	Venha-Ver	1,5
<b>805</b>	<b>RN</b>	<b>Felipe Guerra</b>	<b>0</b>
806	RN	São Pedro	2,4
807	RN	Porto do Mangue	3,9
808	RN	Serrinha	6,2
809	RN	Lagoa de Pedras	7,6
810	RN	Pureza	3,1
811	RN	São Vicente	7,8
812	RN	Campo Novo	4,6
813	RN	São Miguel do Gostoso	4,1

814	RN	Sítio Novo	0,4
815	RN	Itajá	7,6
816	RN	Doutor Severiano	4,4
817	RN	Santa Maria	8,7
818	RN	Encanto	6,9
819	RN	Taipu	7,7
820	RN	Campo Redondo	6,7
821	RN	Espírito Santo	5,3
822	RN	Jardim do Seridó	7,8
823	RN	Vera Cruz	7,3
824	RN	Luís Gomes	6,4
825	RN	Montanhas	3,9
826	RN	Acari	8,5
827	RN	Tenente Ananias	2,1
828	RN	Guamaré	2,4
829	RN	Lagoa Nova	8,4
830	RN	Bom Jesus	4,6
831	RN	Santa Cruz	8
832	RN	Santo Antônio	3,9
833	RN	Goianinha	4,7
834	RN	Currais Novos	5,5
835	RN	Baraúna	5,3
836	RN	Areia Branca	0,2
837	RN	Macaíba	9
838	RN	Parnamirim	9,2
839	RO	Pimenteiras do Oeste	0,2
840	RO	Primavera de Rondônia	9,3
841	RO	Rio Crespo	8,9
842	RO	Nova União	8,9
843	RO	Vale do Paraíso	7,7
844	RO	São Felipe D'Oeste	7,8
845	RO	Corumbiara	5,2
846	RO	Cabixi	6,1
847	RO	Campo Novo de Rondônia	4,8
848	RO	Itapuã do Oeste	2,4
849	RO	Cerejeiras	6,3
850	RO	Alto Alegre dos Parecis	9,1
851	RO	São Francisco do Guaporé	7,7
852	RO	Costa Marques	8,9
<b>853</b>	<b>RO</b>	<b>Chupinguaia</b>	<b>0</b>
854	RO	Theobroma	8,6
855	RO	Monte Negro	8,9
856	RO	São Miguel do Guaporé	7,8

857	RO	Presidente Médici	6,6
858	RO	Alto Paraíso	9
859	RO	Cujubim	8,9
860	RO	Pimenta Bueno	3,3
861	RO	Machadinho D'Oeste	9,6
862	RO	Guajará-Mirim	2
863	RO	Ouro Preto do Oeste	0,7
864	RO	Vilhena	1
865	RO	Cacoal	8,6
866	RO	Ariquemes	5,9
867	RO	Porto Velho	9,8
868	RR	Caroebe	3,9
869	RR	São Luiz	5,5
870	RR	São João da Baliza	2,4
871	RR	Mucajaí	8,2
872	RR	Amajari	7,8
<b>873</b>	<b>RR</b>	<b>Alto Alegre</b>	<b>0</b>
874	RR	Bonfim	6,2
875	RR	Pacaraima	9,4
<b>876</b>	<b>RR</b>	<b>Normandia</b>	<b>0</b>
<b>877</b>	<b>RR</b>	<b>Caracaraí</b>	<b>0</b>
878	RR	Rorainópolis	5,5
879	RR	Boa Vista	7,9
880	RS	Alto Feliz	7,3
881	RS	São Jorge	5,7
882	RS	Sete de Setembro	8,7
883	RS	Barra do Quaraí	5,3
884	RS	Vila Nova do Sul	6,4
885	RS	Monte Alegre dos Campos	9,5
<b>886</b>	<b>RS</b>	<b>Santa Margarida do Sul</b>	<b>10</b>
887	RS	Pinheirinho do Vale	6,1
888	RS	Coronel Barros	8,1
889	RS	Gramado dos Loureiros	9,6
890	RS	São José do Hortêncio	7,8
891	RS	Pedras Altas	4,7
892	RS	Nova Candelária	9,1
893	RS	Jaboticaba	4,5
894	RS	Chiapetta	4,3
895	RS	Jacutinga	6,4
896	RS	Tunas	3,4
897	RS	Paulo Bento	7,3
898	RS	Arroio do Padre	5,9
899	RS	Centenário	9,6

900	RS	Boa Vista do Ingra	9,7
901	RS	Tabaí	7,8
902	RS	Benjamin Constant do Sul	8,3
903	RS	Linha Nova	9
904	RS	Coxilha	1,9
905	RS	Barra do Guarita	2,7
906	RS	Bossoroca	7,1
907	RS	Segredo	8,3
908	RS	Sertão Santana	8,3
909	RS	Chuí	9,2
910	RS	Morro Reuter	5,3
911	RS	Campina das Missões	4,5
<b>912</b>	<b>RS</b>	<b>Santa Clara do Sul</b>	<b>10</b>
<b>913</b>	<b>RS</b>	<b>São Nicolau</b>	<b>10</b>
914	RS	Ametista do Sul	7,5
915	RS	Sertão	4,4
916	RS	Entre-Ijuís	3,4
917	RS	Lindolfo Collor	7,5
918	RS	Cerrito	6,5
919	RS	Seberi	9
920	RS	Santo Antônio das Missões	8,5
921	RS	Dom Feliciano	5,6
922	RS	Xangri-lá	0,9
923	RS	Feliz	9,3
924	RS	Restinga Sêca	8,2
925	RS	Cacequi	8,8
926	RS	Gramado	8,6
927	RS	Júlio de Castilhos	8,9
928	RS	Nova Petrópolis	7,3
929	RS	Canela	6,6
930	RS	Quaraí	5,9
931	RS	Marau	7,2
932	RS	Três de Maio	8,6
933	RS	Flores da Cunha	7,5
934	RS	Camaquã	6,6
935	RS	São Gabriel	5,9
<b>936</b>	<b>RS</b>	<b>Santa Rosa</b>	<b>10</b>
937	RS	Alvorada	9,1
938	RS	Viamão	9
939	SC	Presidente Castello Branco	7,2
940	SC	Ibicaré	9,8
941	SC	Bocaina do Sul	7,8
942	SC	José Boiteux	7,5

943	SC	Lajeado Grande	9,6
944	SC	Xavantina	7,8
945	SC	Princesa	7,9
946	SC	Ponte Alta do Norte	6,9
947	SC	Planalto Alegre	8,5
948	SC	Celso Ramos	7,5
949	SC	Piratuba	7,1
950	SC	Jaborá	7,7
951	SC	Rio Rufino	8
952	SC	Paraíso	6,5
953	SC	Arvoredo	8,8
954	SC	Angelina	6,6
955	SC	São Bernardino	7,9
956	SC	Iomerê	7,8
957	SC	Passos Maia	8,4
958	SC	Chapadão do Lageado	8,5
959	SC	Alfredo Wagner	7,1
<b>960</b>	<b>SC</b>	<b>São Pedro de Alcântara</b>	<b>10</b>
961	SC	Paulo Lopes	8,9
962	SC	Imbuia	8,5
963	SC	Saudades	7,3
964	SC	Pescaria Brava	6,6
965	SC	Ipumirim	8,3
966	SC	Romelândia	8,6
967	SC	Maracajá	8,5
968	SC	Palma Sola	6,3
<b>969</b>	<b>SC</b>	<b>Praia Grande</b>	<b>10</b>
970	SC	Correia Pinto	8,5
971	SC	Cunha Porã	8,3
972	SC	Urubici	8,4
973	SC	Lauro Muller	9,5
974	SC	Campo Alegre	8
975	SC	Lebon Régis	7,9
<b>976</b>	<b>SC</b>	<b>Jacinto Machado</b>	<b>10</b>
977	SC	Rodeio	8,8
978	SC	São Carlos	10
979	SC	Governador Celso Ramos	10
980	SC	Schroeder	8,1
981	SC	Siderópolis	8,7
982	SC	Tijucas	8,7
<b>983</b>	<b>SC</b>	<b>Joaçaba</b>	<b>10</b>
984	SC	Laguna	9
985	SC	Braço do Norte	8,3

986	SC	Itaiópolis	7,8
987	SC	São Lourenço do Oeste	7,7
<b>988</b>	<b>SC</b>	<b>Timbó</b>	<b>10</b>
989	SC	Itapema	7,7
990	SC	Videira	6,5
991	SC	Indaial	9,2
992	SC	Criciúma	6,8
993	SC	São José	9
994	SE	Canhoba	3,3
995	SE	São Miguel do Aleixo	4,9
996	SE	General Maynard	4,7
997	SE	São Francisco	2,6
998	SE	Cumbe	0,6
999	SE	Muribeca	4,6
<b>1000</b>	<b>SE</b>	<b>Santana do São Francisco</b>	<b>0</b>
1001	SE	Macambira	1,3
1002	SE	Feira Nova	6,4
1003	SE	Ilha das Flores	4,8
<b>1004</b>	<b>SE</b>	<b>Itabi</b>	<b>0</b>
1005	SE	Pinhão	2
1006	SE	Riachão do Dantas	4,1
1007	SE	Tomar do Geru	3,2
1008	SE	Ribeirópolis	4,2
1009	SE	Carmópolis	3,3
1010	SE	Japoatã	5,8
1011	SE	Campo do Brito	5,6
1012	SE	Monte Alegre de Sergipe	3,2
1013	SE	Areia Branca	1,3
1014	SE	Pacatuba	4,9
1015	SE	Frei Paulo	4,4
1016	SE	Maruim	2,2
1017	SE	Itaporanga d'Ajuda	1,3
1018	SE	Propriá	5,6
1019	SE	Umbaúba	4,8
<b>1020</b>	<b>SE</b>	<b>Salgado</b>	<b>0</b>
1021	SE	Carira	0,8
1022	SE	Canindé de São Francisco	1,7
1023	SE	Poço Redondo	2,5
1024	SE	Boquim	4,9
1025	SE	Estância	6,5
1026	SE	Itabaiana	6,4
1027	SE	Lagarto	7,5
1028	SP	Inúbia Paulista	7,8

1029	SP	Dirce Reis	1,6
1030	SP	Pracinha	5,9
1031	SP	Itapura	7,1
1032	SP	Motuca	8,5
1033	SP	Sagres	5,1
1034	SP	Pedrinhas Paulista	8,1
1035	SP	Turmalina	3,3
1036	SP	Queiroz	6,4
1037	SP	Areias	6,9
1038	SP	Gavião Peixoto	7,6
1039	SP	Analândia	5,5
1040	SP	Iporanga	4,1
1041	SP	Itapirapuã Paulista	0,9
<b>1042</b>	<b>SP</b>	<b>Salmourão</b>	<b>0</b>
1043	SP	Vista Alegre do Alto	5
1044	SP	Paulo de Faria	5,3
1045	SP	Balbinos	0,2
1046	SP	Quintana	6
1047	SP	Jaborandi	4,3
1048	SP	Euclides da Cunha Paulista	0,4
1049	SP	Iacri	8,9
1050	SP	Cedral	5,4
1051	SP	Dumont	0,7
1052	SP	Coroados	3,8
1053	SP	Piacatu	6,5
1054	SP	Itirapina	7,5
1055	SP	Cajobi	4,6
1056	SP	Cafelândia	5,9
1057	SP	Divinolândia	6,3
1058	SP	Rinópolis	7,5
1059	SP	Pirapora do Bom Jesus	0,6
1060	SP	Itariri	2,5
1061	SP	Águas de Lindóia	5,5
1062	SP	Uchoa	4,3
1063	SP	Boa Esperança do Sul	8,3
1064	SP	Buritama	3,7
1065	SP	Guará	7,9
1066	SP	Jardinópolis	6,9
1067	SP	Ibaté	1,7
1068	SP	Cunha	5,5
1069	SP	Itaí	5,8
1070	SP	Barrinha	6,8
1071	SP	Brodowski	0,2

1072	SP	Monte Aprazível	5,2
1073	SP	São Manuel	4,8
1074	SP	Pontal	7,8
1075	SP	Novo Horizonte	9,1
1076	SP	Caieiras	7,1
1077	SP	Campo Limpo Paulista	3,4
1078	SP	São João da Boa Vista	7,2
1079	SP	Bertioga	5,5
1080	SP	Porto Feliz	7,3
1081	SP	Jaú	8,9
1082	SP	Santana de Parnaíba	6,9
1083	SP	São Caetano do Sul	7
1084	SP	Barueri	7,1
1085	SP	Barretos	6,8
1086	SP	Ribeirão Pires	3,3
1087	SP	Franco da Rocha	1,2
1088	SP	Guarulhos	5
1089	TO	Cariri do Tocantins	4,4
1090	TO	Jaú do Tocantins	5,7
<b>1091</b>	<b>TO</b>	<b>Luzinópolis</b>	<b>0</b>
1092	TO	Santa Rosa do Tocantins	8,3
<b>1093</b>	<b>TO</b>	<b>Muricilândia</b>	<b>0</b>
1094	TO	Lizarda	6,8
1095	TO	Angico	5,1
1096	TO	São Sebastião do Tocantins	2,7
1097	TO	Rio dos Bois	6,1
1098	TO	Fátima	5,9
1099	TO	Novo Jardim	2,9
1100	TO	Centenário	8,3
1101	TO	Nova Rosalândia	7,8
1102	TO	Dueré	3,5
1103	TO	Sandolândia	2,9
1104	TO	Piraquê	2,4
1105	TO	Talismã	6
1106	TO	Novo Alegre	2,9
1107	TO	Santa Rita do Tocantins	2,6
1108	TO	Sucupira	6,7
1109	TO	Sampaio	3,3
1110	TO	Recursolândia	6
1111	TO	Tupiratins	7,5
1112	TO	Pequizeiro	6,8
1113	TO	Filadélfia	2,9
1114	TO	Barrolândia	3,4

1115	TO	Pium	5,7
1116	TO	Rio Sono	3,1
1117	TO	Sítio Novo do Tocantins	0,4
1118	TO	Itacajá	6,8
1119	TO	Ananás	2,3
1120	TO	Campos Lindos	5,1
1121	TO	Dois Irmãos do Tocantins	6,8
1122	TO	Almas	2,7
1123	TO	Figueirópolis	2,6
1124	TO	Goianorte	5,9
1125	TO	Babaçulândia	1,8
1126	TO	Taguatinga	4,9
1127	TO	Wanderlândia	5,2
<b>1128</b>	<b>TO</b>	<b>Esperantina</b>	<b>0</b>
1129	TO	Lagoa da Confusão	5,9
1130	TO	Nova Olinda	7,5
1131	TO	Paraíso do Tocantins	6,5
1132	TO	Guaraí	7,3
1133	TO	Gurupi	6,5
1134	TO	Araguaína	5,1
1135	AL	Maceió*	9,5
1136	BA	Salvador*	9,1
1137	CE	Fortaleza*	9,2
1138	ES	Vitória*	9
1139	GO	Goiânia*	6
1140	MA	São Luís*	8,2
1141	MG	Belo Horizonte*	9
1142	MS	Campo Grande*	4,1
1143	MT	Cuiabá*	8,9
1144	PB	João Pessoa*	9
<b>1145</b>	<b>PE</b>	<b>Recife*</b>	<b>10</b>
1146	PI	Teresina*	6,2
<b>1147</b>	<b>PR</b>	<b>Curitiba*</b>	<b>10</b>
<b>1148</b>	<b>SC</b>	<b>Florianópolis*</b>	<b>10</b>
1149	RN	Natal*	7,7
<b>1150</b>	<b>RS</b>	<b>Porto Alegre*</b>	<b>10</b>
1151	RJ	Rio de Janeiro*	8,2
1152	SE	Aracaju*	5,1
1153	SP	São Paulo*	9,5
1154	TO	Palmas*	9,3

Nota: Os municípios destacados em negrito atingiram a pontuação máxima no RNT.

\*Municípios incluídos intencionalmente na amostra.

## APÊNDICE G – DETALHAMENTO DA COLETA DE DADOS

Dado	Fórmula para cálculo	Passos para a Coleta
Transparência	Não se aplica.	Acessar <a href="http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking">http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking</a> > Acesso por UF no mapa > pdf > Coluna “2ª Avaliação”.
Participação eleitoral	$Transp. = \frac{N^{\circ} \text{ de votos válidos}}{N^{\circ} \text{ de eleitores}} \cdot 100$	1) Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> > Eleitor e eleições > Eleições > Estatísticas > Eleições anteriores > Eleições 2014 a 2018 > Resultados > Preencher formulário (Ano: 2016; Abrangência: Municipal; Região e UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; ; Zona: Todas; Tipo de eleição: eleição ordinária; Turno: 1º turno [caso houve 2º turno, selecionar esta opção]; Eleição: Todas; Cargo: prefeito; Situação de totalização: Todas) > Número de votos válidos. 2) Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> > Eleitor e eleições > Eleições > Estatísticas > Eleições anteriores > Eleições 2014 a 2018 > Eleitorado > Preencher formulário (Ano: 2016; Abrangência: Municipal; Região e UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Zona: Todas.
Competitividade política	$Part. \text{ eleitoral} = \% \text{ de votos do } 1^{\circ} \text{ colocado} - \% \text{ votos do } 2^{\circ} \text{ colocado}$	Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> > Eleitor e eleições > Eleições > Estatísticas > Eleições anteriores > Eleições 2014 a 2018 > Resultados > Preencher formulário (Ano: 2016; Abrangência: Municipal; Região e UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Zona: Todas; Tipo de eleição: eleição ordinária; Turno: 1º turno [caso houve 2º turno, selecionar esta opção]; Eleição: Todas; Cargo: prefeito; Situação de totalização: Todas) > Percentual de votos.
Composição legislativa	$Comp. \text{ Leg.} = \frac{\sum \text{ vereadores aliados}}{N^{\circ} \text{ total de vereadores}} \cdot 100$	1) Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> > Eleitor e eleições > Eleições > Estatísticas > Eleições anteriores > Eleições 2014 a 2018 > Resultados > Preencher formulário (Ano: 2016; Abrangência: Municipal; Região e UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Zona: Todas; Tipo de eleição: eleição ordinária; Turno: 1º turno [caso houve 2º turno, selecionar esta opção]; Eleição: Todas; Cargo: prefeito; Situação de totalização: Eleito) > Acessar os dados do prefeito > Coligação partidária. 2) Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> > Eleitor e eleições > Eleições > Estatísticas > Eleições anteriores > Eleições 2014 a 2018 > Resultados > Preencher formulário (Ano: 2016; Abrangência: Municipal; Região e UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Zona: Todas; Tipo de eleição: eleição ordinária; Turno: 1º turno [caso houve 2º turno, selecionar esta opção]; Eleição: Todas; Cargo: vereador; Situação de totalização: eleito > Contabilizar o número de vereadores eleitos cujo partido político integra a coligação do prefeito eleito > Contabilizar o número total de vereadores eleitos.

Reeleição	Não se aplica.	<p>1) Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> &gt; Eleitor e eleições &gt; Eleições &gt; Estatísticas &gt; Eleições anteriores &gt; Eleições 2014 a 2018 &gt; Resultados &gt; Preencher formulário (Ano:2016; Abrangência: Municipal; Região e UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Zona: Todas; Tipo de eleição: eleição ordinária; Turno: 1º turno [caso houve 2º turno, selecionar esta opção]; Eleição: Todas; Cargo: prefeito; Situação de totalização: Eleito) &gt; Verificar o nome do prefeito.</p> <p>2) Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> &gt; Eleitor e eleições &gt; Eleições &gt; Estatísticas &gt; Eleições anteriores &gt; Eleições 2012 &gt; Resultado da eleição &gt; Preencher formulário (UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Eleição: Eleição Ordinária; Turno: 1º turno [caso houve 2º turno, selecionar esta opção]; Situação: Todas; Cargo: Prefeito) &gt; Verificar o nome do prefeito eleito.</p>
Gênero do prefeito	Não se aplica.	Acessar <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a> > Eleitor e eleições > Eleições > Estatísticas > Eleições anteriores > Eleições 2014 a 2018 > Resultados > Preencher formulário (Ano: 2016; Abrangência: Municipal; Região e UF: a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Tipo de eleição: eleição ordinária; Turno: 1º turno [caso houve 2º turno, selecionar esta opção]; Eleição: Todas; Cargo: prefeito; Situação de totalização: Eleito) > Acessar os dados do prefeito > Sexo.
Nível de desemprego	<i>Desemp.</i> = % População economicamente ativa – 100	Acessar <a href="https://cidades.ibge.gov.br/">https://cidades.ibge.gov.br/</a> > Selecionar município > Trabalho e Rendimento > População ocupada [2016].
Dívida municipal anual per capita	Não se aplica.	Acessar <a href="https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf">https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf</a> > Consultas > Consultar declarações > Siconfi > Preencher formulário (Abrangência:Municipal; Ente: estado a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Ano de referência: 2016; Órgão: Prefeitura Municipal de <município selecionado>; Código de segurança: conforme solicitado) > Abrir o arquivo pdf “Relatório de Gestão Fiscal Simplificado” (2º semestre ou 3º quadrimestre ou 6º bimestre) > “RGF-Anexo 02   Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – Municípios” > “Dívida consolidada líquida – DC (I)” (2º semestre ou 3º quadrimestre ou 6º bimestre) > Transformar em “per capita” na base de dados, a partir dos dados de tamanho da população.
Investimento municipal anual per capita	Não se aplica.	Acessar <a href="https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf">https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf</a> > Consultas > Consultar declarações > Siconfi > Preencher formulário (Abrangência: Municipal; Ente: estado a que pertence o município selecionado; Município: município selecionado; Ano de referência: 2016; Órgão: Prefeitura Municipal de < município selecionado>; Código de segurança: conforme solicitado) > Abrir o arquivo Balanço Anual (DCA) > Anexo “DCA-Anexo I-D   Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias” > Linha “4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital”, coluna “Despesas pagas” > Transformar em “per capita” na base de dados, a partir dos dados de tamanho da população.
Tamanho da população	Não se aplica.	Acessar > <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> > Estatísticas > População > Estimativas da população > Downloads >Arquivo “Estimativas_2016”.

## APÊNDICE H – TESTES ANOVA E QUI-QUADRADO PARA AS VARIÁVEIS DO ESTUDO

**Tabela 22 - Resultados dos testes ANOVA**

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Transparência	Entre Grupos	502,651	6	83,775	10,738	,000
	Nos grupos	8940,760	1146	7,802		
	Total	9443,411	1152			
Nível de desemprego	Entre Grupos	26315,022	6	4385,837	42,031	,000
	Nos grupos	119583,378	1146	104,348		
	Total	145898,400	1152			
Investimento municipal anual per capita	Entre Grupos	3761797,108	6	626966,185	21,440	,000
	Nos grupos	32401425,56	1108	29243,164		
	Total	36163222,67	1114			
Dívida municipal anual per capita	Entre Grupos	8603686,924	6	1433947,821	2,950	,007
	Nos grupos	443765483,8	913	486052,009		
	Total	452369170,7	919			
Participação eleitoral	Entre Grupos	24375,011	6	4062,502	52,254	,000
	Nos grupos	89096,543	1146	77,746		
	Total	113471,554	1152			
Competitividade política	Entre Grupos	6850,263	6	1141,711	4,990	0,00
	Nos grupos	262226,933	1146	228,819		
	Total	269077,197	1152			
Composição legislativa	Entre Grupos	16107,103	6	2684,517	8,275	,000
	Nos grupos	371790,851	1146	324,425		
	Total	387897,954	1152			

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

**Tabela 23 - Resultados dos testes de Qui-Quadrado**

		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Reeleição	Qui-quadrado de Pearson	21,260 <sup>a</sup>	6	,002
	Razão de verossimilhança	21,095	6	,002
	Associação Linear por Linear	,030	1	,863
	N de Casos Válidos	1153		
Gênero do prefeito	Qui-quadrado de Pearson	22,493 <sup>a</sup>	6	,001
	Razão de verossimilhança	24,708	6	,000
	Associação Linear por Linear	8,422	1	,004
	N de Casos Válidos	1153		

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

<sup>a</sup> 0 células (0,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 5,50.

## APÊNDICE I – RESULTADOS COMPLETOS DOS TESTES T

Tabela 24 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável participação eleitoral

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
Transparência	Variâncias iguais assumidas	0,099	0,754	-0,856	1151	0,392	-0,14430	0,16866	-0,47521	0,18661
	Variâncias iguais não assumidas			-0,856	1150,939	0,392	-0,14430	0,16866	-0,47521	0,18661

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Tabela 25 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável competitividade política

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
Transparência	Variâncias iguais assumidas	0,676	0,411	-0,127	1151	0,899	-0,02145	0,16871	-0,35247	0,30956
	Variâncias iguais não assumidas			-0,127	1150,097	0,899	-0,02145	0,16872	-0,35249	0,30958

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Tabela 26 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável composição legislativa

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
Transparência	Variâncias iguais assumidas	0,242	0,623	-0,243	1151	0,808	-0,04110	0,16906	-0,37281	0,29061
	Variâncias iguais não assumidas			-0,243	1135,245	0,808	-0,04110	0,16892	-0,37254	0,29034

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Tabela 27 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável reeleição

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
								Inferior	Superior	
Transparência	Variâncias iguais assumidas	0,730	0,393	3,620	1151	0,000	0,72263	0,19963	0,33095	1,11432
	Variâncias iguais não assumidas			3,674	440,999	0,000	0,72263	0,19670	0,33605	1,10921

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Tabela 28 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável gênero do prefeito

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
								Inferior	Superior	
Transparência	Variâncias iguais assumidas	1,687	0,194	-2,842	1151	0,005	-,74077	0,26061	-1,25209	-0,22944
	Variâncias iguais não assumidas			-2,757	170,053	0,006	-,74077	0,26868	-1,27114	-0,21039

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Tabela 29 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável nível de desemprego

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
								Inferior	Superior	
Transparência	Variâncias iguais assumidas	7,220	0,007	10,812	1151	0,000	1,73809	0,16074	1,42271	2,05348
	Variâncias iguais não assumidas			10,812	1144,569	0,000	1,73809	0,16075	1,42269	2,05350

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Tabela 30 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável dívida municipal anual

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
Transparência	Variâncias iguais assumidas	1,214	0,271	-0,829	918	0,407	-0,15348	0,18511	-0,51677	0,20981
	Variâncias iguais não assumidas			-0,829	916,317	0,407	-0,15348	0,18511	-0,51677	0,20981

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Tabela 31 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável investimento municipal anual

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
Transparência	Variâncias iguais assumidas	0,008	0,929	-5,688	1113	0,000	-0,95384	0,16770	-1,28288	-0,62481
	Variâncias iguais não assumidas			-5,688	1112,950	0,000	-0,95384	0,16769	-1,28287	-0,62481

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Tabela 32 - Teste de diferença de médias para amostras independentes da variável tamanho da população

		Teste de Levene		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
Transparência	Variâncias iguais assumidas	0,158	0,691	-1,550	1151	0,121	-0,26121	0,16853	-0,59188	0,06946
	Variâncias iguais não assumidas			-1,550	1150,978	0,121	-0,26121	0,16854	-0,59188	0,06946

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.